

LEONARDO VILAÇA DUPIN

**“A PAZ COMEÇA DENTRO DA FAMÍLIA”: UMA ETNOGRAFIA
NO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2010

LEONARDO VILAÇA DUPIN

**“A PAZ COMEÇA DENTRO DA FAMÍLIA”: UMA ETNOGRAFIA NO
SERTÃO DO SÃO FRANCISCO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 30 de junho de 2010.

Prof^a. Nora Beatriz Presno Amodeo
(Coorientadora)

Prof^a. Ana Louise de Carvalho Fiúza
(Coorientadora)

Prof. Marcelo José Oliveira

Prof. Douglas Mansur da Silva

Prof^a. Sheila Maria Doula
(Orientadora)

*Eu tô te explicando
Prá te confundir
Eu tô te confundindo
Prá te esclarecer
Tô iluminado
Prá poder cegar
Tô ficando cego
Prá poder guiar*

*Suavemente prá poder rasgar
Olho fechado prá te ver melhor
Com alegria prá poder chorar
Desesperado prá ter paciência
Carinhoso prá poder ferir
Lentamente prá não atrasar
Atrás da vida prá poder morrer*

(Tom Zé)

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| LISTA DE FIGURAS | v |
| RESUMO | vi |
| RESUMO | vi |
| ABSTRACT | vii |
| INTRODUÇÃO..... | 1 |
| Capítulo 1- Considerações iniciais sobre o trabalho de campo | 16 |
| 1.1 – Os bastidores de uma etnografia..... | 16 |
| 1.2 - Nas veredas do sertão: o primeiro contato empírico | 19 |
| Capítulo 2 – Família, poder e violência..... | 26 |
| 2.1 - Conflitos familiares no Brasil: ausência do Estado ou cooptação do poder público/familiar?..... | 26 |
| Capítulo 3 - Famílias em <i>questão</i> : aspectos de uma estrutura de ordenamento social..... | 38 |
| 3.1 - Os conflitos de família como estrutura | 38 |
| 3.2 - A genealogia das famílias no sertão pernambucano | 42 |
| 3.3 - A composição dos grupos em <i>questão</i> em Cabrobó | 44 |
| 3.4 - O início e as fronteiras de uma questão..... | 47 |
| 3.5 – Territórios, parentesco, simetria e outras condições para entrar em uma grande <i>questão</i> | 50 |
| 3.6 - Igualdade e hierarquia nas sociedades sertanejas..... | 53 |
| 3.7 - O tempo e o lugar dos conflitos | 57 |
| 3.8 - A violência dentro e fora do circuito da reciprocidade | 60 |
| 3.9 - Público e privado: conexão e ruptura nas relações entre família e política | 63 |
| 3.10 – A construção do acordo de paz, a imagem da família e novas atualizações | 69 |
| 3.11 - Mais sobre o acordo de paz: “o conviver não significa gostar” | 74 |
| 3.12 – Representações locais: a justiça da honra e da vergonha | 75 |
| 3.13 - Dizimando a riqueza e se diferenciando moralmente | 79 |
| Capítulo 4 - A Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto mediadora e a construção de um acordo de paz..... | 83 |
| 4.1 – os processos de mediação, enquanto estrutura | 83 |
| 4.2 - A CPI enquanto mediadora | 86 |
| 4.3 – Conhecendo uma CPI: histórico, atribuições e poderes | 88 |
| 4.4 – O acordo de paz, medidores e familiares em negociação..... | 90 |
| 4.5 – Mais sobre a CPI: quem ameaça o Estado? | 98 |
| 4.6 – “Questões incidentais”: o que investiga a CPI do Narcotráfico e da Pistolagem? | 102 |
| 4.7 - Duas formas de se fazer justiça: da aplicação da lei à desmoralização do oponente . | 105 |
| 4.8 – Composições e representações em torno da justiça..... | 107 |
| 4.9 – As várias articulações e persistência do fenômeno | 109 |
| Capítulo 5 - Aspectos prescritivos e performáticos da cultura sertaneja em Cabrobó..... | 112 |

| | |
|---|-----|
| 5.1 (a) - Sincronia e anacronia: um debate histórico numa ciência anacronicamente sincrônica..... | 116 |
| 5.1.2 (a) O evento Capitão Cook..... | 116 |
| 5.1.3 (a) História e Estrutura na Antropologia..... | 118 |
| 5.1.4(a) Revisitando a obra de Marshall Sahlins..... | 122 |
| 5.1(b) - A nova chegada a Cabrobó: mudanças na localidade e nas relações sociais..... | 126 |
| 5.1.2 (b) – As comemorações: “Cabrobó se transformou na metrópole do sertão”..... | 132 |
| 5.1.3 (b) – O sentido das comemorações: interpretando o espetáculo..... | 135 |
| 5.1.4 (b) - Ainda em campo: de volta às famílias em <i>questão</i> | 138 |
| 5.2 - História e Estrutura no sertão do São Francisco..... | 145 |
| 5.3 - Observações através de uma abordagem comparativa..... | 149 |
| 6 - Considerações Finais..... | 152 |
| 6.1 – Significados da passeata pela paz..... | 157 |
| 7 - Referências Bibliográficas:..... | 161 |
| 7.1 - Jornais e Revistas..... | 165 |
| 7.2 – Documentos institucionais..... | 165 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 01 – Moradores da cidade pedem paz..... | 4 |
| Figura 02 – Romeiros seguem em passeata..... | 4 |
| Figura 03 - Jornal do Commercio. Cidades, Recife, 2 de março de 1997..... | 50 |
| Figura 04 - Jornal do Commercio. Cidades, Recife, 3 de março de 1997..... | 52 |
| Figura 05 - Plano de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste..... | 113 |
| Figura 06 - A Cabrobó passa por um acelerado processo de crescimento econômico. . | 113 |
| Figura 07- A cidade recebe as contrapartidas do governo federal..... | 130 |
| Figura 08 - Construção do canal de transposição das águas do Rio São Francisco..... | 131 |
| Figura 09 - Desfile de comemorativo em Cabrobó: autoridades abrem a solenidade..... | 134 |
| Figura 10 - Pelotão do Exército Brasileiro compõe o desfile de mais de seis horas..... | 134 |
| Figura 11 - Grupo Tático de Operações Especiais da Polícia Militar se prepara o desfile..... | 135 |

RESUMO

DUPIN, Leonardo Vilaça, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2010. **“A paz começa dentro da família”**: uma etnografia no sertão do São Francisco. Orientadora: Sheila Maria Doula. Co-orientadoras: Ana Louise de Carvalho Fiúza e Nora Beatriz Presno Amodeo.

O tema deste trabalho delimita-se na relação entre família, Estado e violência no sertão do São Francisco, sendo *vingança*, *reputação* e *honra* as categorias analíticas fundamentais para o estudo. Atualmente em Cabrobó – PE, os sujeitos de disputas históricas locais têm despertado a atenção pela transformação dos modos característicos de socialização diante de novas configurações que chegam ao local. Conflitos que marcaram profundamente tantas biografias e a própria história da cidade, agora parecem ficar subentendidos em meio a mudanças nas configurações sociais. Considerando a importância dos valores e práticas locais diante de influências externas e macro-sociais, os moradores dessa pequena cidade têm desafiado leituras analíticas sobre seus modos específicos de dialogar com tradições e modernizações. Sob essa perspectiva é que a pesquisa propõe analisar a complexidade das dinâmicas de poder local, considerando, por um lado, os modos de ação familiar que tangenciam as relações sociais “nativas” e, de outro, a forma como essa estrutura simbólica local reage às intervenções exógenas.

ABSTRACT

DUPIN, Leonardo Vilaça, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, June 2010. **“Peace begins within the family”: an ethnography in the sertão of San Francisco**. Advisor: Sheila Maria Doula. Co-advisors: Ana Louise de Carvalho Fiúza and Nora Beatriz Presno Amodeo.

The theme of this work is defined in the relationship between family and state violence in the hinterland of San Francisco in the Brazilian Northeast. The analytical keys for this study are *revenge*, *honor* and *reputation*. Currently in Cabrobó - PE, topics of local historical disputes have attracted the attention of the transformation characteristic modes of socialization of new configurations before arriving at the site. Many conflicts that profoundly marked the history and biographies of the city, now seem to be implicit in the bowels of the changes in social settings. Considering the importance of local values and practices in the face of external influences and macro-social, residents of this small town have defied analytic readings on their specific modes of dialogue with tradition and modernization. Under this perspective is that the research aims to analyze the complex dynamics of local, considering, on one view, the modes of action that relate to the subtle family relations with the social manners "native". Second, how this symbolic structure reacts to real exogenous interventions.

INTRODUÇÃO

A paz começa dentro da família, no coração de cada um (discurso do arcebispo, durante uma solenidade pela paz em Cabrobó – PE. Setembro de 2009).

O último dia da minha pesquisa de campo, 30 de setembro de 2009, foi providencial para compreender todo o meu objeto de estudo. Era uma manhã de domingo e estava agendado para aquele horário uma passeata pela paz, organizada pela diocese regional da igreja católica, que partiria da praça principal de Cabrobó, no sertão do São Francisco Pernambucano.

Dei-me conta do ato, alguns dias antes, ao entrevistar um personagem importante, membro de uma das famílias que eu estava estudando. Ele me disse não entender o motivo da manifestação. Segundo ele, “o município era um exemplo na redução de assassinatos e não entendia o motivo para esse ato” e que em breve iria conversar com o padre sobre o assunto.

Atrasei minha partida e segui para a praça principal da cidade, intuí que se todos ali iriam marchar e falar sobre paz, conseqüentemente, iriam também abordar os conflitos da região. Era uma última oportunidade de ouvir mais sobre o assunto, que durante todo o período de trabalho de campo, estive encoberto por uma espécie de silêncio.

Às nove horas da manhã cheguei ao centro da cidade. Sol escaldante, ausência de brisa e centenas de pessoas vestidas de branco aglomeradas em uma concha acústica, onde um trio elétrico estava estacionado. Em cima do veículo autoridades militares, vereadores, secretários municipais, uma promotora de justiça e dois padres se revezavam em enfadonhos discursos.

Na platéia, dentro da concha, saltavam aos olhos as dezenas de sombrinhas que tentavam amortecer o impacto do sol. Cartazes e faixas esticados, com frases de efeito, a maior parte, escrita a mão: “Violência nunca mais”; “Que todos sejam um: apelo

desafiante para todos nós que desejamos ver crescer a cultura da paz”; “Nós cultivamos a paz: família Vidal”. Um dos padres empunha o microfone e inicia seu discurso: “a paz começa dentro da família, no coração de cada um”.

Na calçada, pequenos grupos de pessoas disputam as sombras das árvores. Uma fileira de ônibus ocupa as laterais das vias de acesso, alguns metros adiante. Fazem parte das caravanas que vieram, abarrotadas de peregrinos, das cidades espalhadas por todo sertão do São Francisco – Floresta, Orocó, Salgueiro, Santa Maria da Boa Vista etc. -, para acompanhar a caminhada pela paz.

No espaço entre a multidão de fiéis e os ônibus estacionados está outro grupo numeroso que também apareceu para acompanhar a carreata e chama bastante atenção: os militares. Não são poucas as viaturas estacionadas, novas, bem equipadas e com elas policiais militares, civis e federais, que ostentam fardas impecáveis e armas de grosso calibre para garantir que a paz não se perca na passeata pela paz.

O padre mais velho toma a palavra: “Estamos em busca da paz. Nos últimos anos aconteceram pontos não interessantes na história da cidade, mas que devem ser superados”, mas, ele não diz quais são os pontos e muda o assunto para a transposição do Rio São Francisco¹. “Vivemos em um momento de desenvolvimento e isso tem trazido emprego para a população. Não somos contra a transposição do rio São Francisco, mas temos que ficar atentos para o que ela traz, que não são somente benefícios”.

Um grupo de crianças começa a apresentar uma peça de teatro no alto do veículo, que traz o nome de um deputado federal. O sistema de som falha e a apresentação é imediatamente cancelada.

Para alívio da população, o cortejo tem início. A multidão segue em silêncio, parece desanimada, uma senhora de óculos escuros e terço na mão comenta “Isso aqui está parecendo é um enterro”. O trio elétrico, que havia ficado pelo caminho, ressurgiu por uma rua paralela, com o som funcionando. As caravanas se animam e os cânticos, puxados pelo padre, ganham volume.

¹ Como será melhor explicado adiante, a cidade de Cabrobó é um dos eixos onde se iniciava naquele período a transposição do Rio São Francisco.

Inicia-se o conhecido canto da oração de São de Francisco de Assis, o santo que dá nome ao rio que cruza a cidade, abastece a agricultura local e vem movimentando a região com o início das obras de transposição: “Senhor, fazei de mim um instrumento da tua paz. Onde houver ódio que eu leve o perdão. Onde houver ofensa que eu leve o perdão. Onde houver discórdia que eu leve a união (...)”

Na porta do ginásio de esportes do município, o veículo pára e recomeçam os discursos. Um oficial da Polícia Militar toma a palavra: “Estamos trabalhando cada vez mais forte para garantir a segurança do cidadão de Cabrobó. Nossos principais problemas hoje são o tráfico de drogas e os assaltos nas estradas, mas ambos estão sob controle. Nosso contingente é limitado, mas estamos nos esforçado. Receberemos nas próximas semanas o reforço de homens treinados e viaturas policiais, para oferecer cada vez mais segurança”.

Uma pequena pausa para tomar fôlego e o militar continua. “No mês passado computamos a redução do número de homicídios, foram apenas três. Este mês ainda não registramos nenhum. Mas garantir a paz não é apenas função do braço armado do estado, é dever de todos”. Recebe tímidas palmas. O padre mais novo retoma o microfone e se confunde com o nome do policial. O militar retoma o microfone e diz firme “Capitão Nascimento”. As risadas são iminentes².

Em seguida é a vez do presidente da câmara dos vereadores. Este afirma que vai criar um projeto de lei estabelecendo a criação de um conselho de paz no município e de uma semana comemorativa à paz. Cobra a presença da mídia que “só mostra a violência no município e nada do que é feito de bom aqui”. Dizendo-se econômico nas palavras, termina por ali.

Uma senhora negra, magra, de cabelos desgrenhados, que aparenta 60 anos de idade, puxa a manga da minha camiseta e pergunta: “Isso aqui tem a ver com a transposição?”. Respondo que não. Ela insiste e diz que tem, porque quem está puxando a caminhada é a igreja. “Quando o bispo esteve aqui ele ficou perto da minha casa.

² Aqui há uma referência por parte do público a um conhecido personagem do cinema brasileiro, que é também policial militar e tem o mesmo nome.

Muita gente não gostou do que ele fez porque cresceram o olho nos empregos, mas agora já estão arrependidas”, afirma convicta³.

O sol bate, cada vez mais, com menos piedade, procuro uma sombra. A procissão volta a caminhar, contorna todo o centro da cidade e segue rumo ao bairro Sub-Estação. Mais algumas quadras de caminhada e todos dão as mãos e rezam um Pai Nosso.



Figura 1: Moradores da cidade pedem paz.
Pesquisa de campo, 2009



Figura 2: Romeiros seguem em passeata.
Pesquisa de campo, 2009

³ Ela faz referência à primeira greve de fome de Frei Luís Cápio contra a transposição do rio. O assunto também será abordado posteriormente.

A passeata termina no local planejado, chamado Cruzeiro, na BR 428, onde existe uma cruz presa ao chão. A procissão paralisa o fluxo de veículos e os romeiros distribuem panfletos. Em poucos minutos os caminhões se aglutinam em uma fila. Alguns motoristas se impacientam e reclamam por passagem. O desenvolvimento da região não pode ser interrompido, é o que dizem as dezenas de placas de publicidade, fazendo coro com os impacientes motoristas que começam a buzinar.

Terminada a descrição do ato, partindo das evidências empíricas, são necessárias algumas perguntas iniciais: se há um conglomerado de pessoas que pedem ‘paz’, conseqüentemente, alguma violência se faz presente. Que violência é esta? De que falavam tantas faixas e cartazes? O policial militar dá alguns elementos dessa violência na cidade, mas serão verdadeiramente o motivo do ato ou omitem algo? Por que reforçar o contingente policial e seu armamento se a violência não é um fator significativo, como atestam o baixo número de homicídios? Ou mesmo, por que realizar uma passeata pela paz ou criar para esta uma semana comemorativa e um conselho municipal? E por que tantos policiais tão bem equipados numa passeata pela paz? Quais são os pontos “não interessantes” da história da cidade que, segundo o padre, precisam ser superados? E, finalmente, por que não são explicitados publicamente?

Estas questões não serão respondidas de imediato. Antes se faz necessário, conhecer mais a fundo alguns atores que estiveram presentes, outros que estiveram ausentes à caminhada e o sentido dado por estes ao rito. E também o processo histórico pelo qual vem passando a cidade. Só dessa forma poderemos responder com propriedade as questões, dando a essa descrição um caráter explicativo ou denso (Geertz, 1989).

Por hora, vale perceber um silenciamento que enfrentei em meu trabalho de campo. À exemplo da passeata, nem tudo foi dito abertamente. Porém, em uma ciência interpretativa como a antropologia, às vezes pelo silêncio se pode ouvir mais sobre uma sociedade do que em determinadas falas, como de fato acabou acontecendo. Ainda mais em eventos como esse, em que, como afirma Geertz, determinada sociedade conta a história dela para si mesma (Geertz, 1989). Horas e horas de entrevistas não dizem tanto quanto um rito vivenciado e, posteriormente, interpretado.

Trata-se, na realidade, de uma situação de pesquisa na qual o silêncio, a intenção da fala e as recusas são partes de um todo significativo. Percorrer a trilha sinuosa das falas, reticências, sentimentos e ressentimentos constituiu a atitude necessária a uma pesquisa dessa natureza (Barreira, 2007: 183).

Desse modo, a passeata pela paz será a nossa porta da entrada para analisar em sua dimensão simbólica os conflitos entre famílias no sertão pernambucano, mais especificamente na cidade de Cabrobó. Percebendo-os como drama social⁴ com suas linguagens e seus códigos locais, estes exigiram nesta trajetória de estudo uma abordagem etnográfica de modo a acompanhar os sentidos, o desenvolvimento e as conseqüências dos acontecimentos para os moradores daquele município.

Em nossa abordagem, os conflitos e as tensões são aqui tratados, antes de tudo, em sua positividade, como dimensões relacionais da vida social (Simmel, 1983).

Se toda interação entre os homens é uma sociação, o conflito – afinal, uma das mais vividas interações e que, além disso, não pode ser exercido por um indivíduo apenas – deve ser considerado uma sociação. E de fato, os fatores de dissociação – ódio, inveja, necessidade, desejo – são as causas do conflito; este irrompe devido as suas causas. O conflito está assim destinado a resolver dualidades divergentes; é um modo de conseguir algum tipo de unidade, ainda que através da aniquilação de uma parte conflitante. (...) Essa natureza aparece de modo mais claro quando se compreende que ambas as formas de relação – a antitética e a convergente – são fundamentalmente diferentes da mera indiferença entre dois ou mais indivíduos ou grupos. Caso implique na rejeição ou no fim da sociação, a indiferença é puramente negativa; em contraste com esta negatividade pura, o conflito contém algo positivo (Simmel, 1983: 122-123).

⁴ O conceito de drama social parte de Erving Goffman (1985). Tomando de inspiração que a vida é metaforicamente como um teatro, onde cada cultura fornece o texto que define as ações dos homens e mulheres, o autor encara os papéis como prescrições reais em que as várias partes de cada ator permitem-lhe adaptar sua conduta à do resto do elenco, diante de um público, conferindo-lhe, dessa maneira, uma posição no drama maior. Na antropologia vários autores partiram dessa noção, dentre eles podemos destacar Victor Turner.

Abdicamos, dessa forma, de abordá-los como episódios disruptivos que pressupõe, *a priori*, soluções restauradoras de um equilíbrio igual ou distinto do momento anterior, supostamente pré-conflitual. Em lugar de partir de supostas “faltas” ou “carências” de ordenamentos e de instituições capazes de impor determinadas condições sociais, buscou-se compreender o que há de positivo e específico nessas tensões (Palmeira e Goldman, 1996).

Como afirma Simmel (1983), o conflito e a contradição não só precedem a ordem, como operam em cada momento da sua existência. Segundo o autor, não existe relação social em que correntes convergentes e divergentes não estejam inseparavelmente entrelaçadas. Dessa forma, mais do que a função desses conflitos, indagou-se como eles operam, que significados carregam e que sorte de efeitos produzem (Marques, Comerford, Chaves, 2007: 34).

Eximirmo-nos de ver nos conflito uma forma de desequilíbrio, ou mesmo parte de um processo onde a ordem é finalmente restaurada, significa reconhecê-lo como inerente a vida social e identificá-lo como um fluxo, sem que tenha necessariamente uma resolução definitiva (Marques, Comerford, Chaves, 2007: 35).

Conflito e solidariedade, violência e paz, agrupamento e rupturas são pensados nesta pesquisa como estágios provisórios com alcances diferenciados e dotados de significados específicos (Marques, 2007). Por essa constante atualização, os conflitos, longe de serem tomados como excepcionais, um antagonismo à ordem, aparecem como pressupostos das relações cotidianas, dentro e entre as famílias, o que leva, por exemplo, Comerford (2003) a falar de uma “sociabilidade agonística”⁵.

“A sociabilidade cotidiana nessas localidades rurais e municípios é marcada por um caráter marcadamente agonístico” (Comerford, 2003: 86). Trata-se de uma estrutura simbólica em que o conflito está presente de maneiras distintas e em diferentes níveis e

⁵ Comerford afirma que o conflito é um pressuposto das relações e foco da estrutura social. O termo, segundo ele, inspirado nos estudos de Marcel Mauss e nos antropólogos “meditaranistas”, evoca a centralidade da luta, que por um lado é inerente a vida, e ao mesmo tempo possui a dimensão da arte, tanto no sentido de espetáculo ou dramatização pública, como de técnica que pode ser julgada e apreciada publicamente pelos que a praticam e conhece (Comerford, 2003:23).

graus nas várias situações cotidianas, onde a possibilidade de *provocar* e ser *provocado*, que dizer, faltar com respeito, está sempre iminente.

Apesar do caráter extraordinário e digno de nota e atenção das situações de conflito aberto, é a dimensão agonística que dá o tom às formas de sociabilidade. A tensão que favorece o *ethos* desafiante não é algo que se produz apenas em algumas circunstâncias específicas – ela é um dado primeiro da vida social das localidades rurais dessa região, um pressuposto. Uma conversa formal, respeitosa, é marca de distância, mas é também sinal de cuidado, de possibilidade de provocação, ainda que essa não se concretize (Comerford, 2003: 87).

Nesse contexto, os conflitos locais e seus desdobramentos são mais que a consequência da ausência de um Estado ou de uma modernidade incompleta; as famílias em disputa, facções políticas, clãs, ou como quer que sejam tomados os grupos conflitivos, não se reduzem à sobrevivência de um passado a ser abolido ou de uma tradição antiquada; as relações de tensão são vistas como constituintes do processo de organização e mesmo ordenamento social; os rituais e as representações a eles associadas não são mero suplemento desses tencionamentos; a constituição dos grupos são vistos como processos mutáveis e pouco previsíveis; e os mediadores passam a ser observados como fenômenos dotados de determinadas particularidades e eficácias.

Para definir esses conflitos que constituem essa sociabilidade utilizaremos duas categorias nativas, “*Intrigas*” e “*Questões*”, de acordo com sua variação. A mesma classificação foi adotada por Ana Cláudia Marques (2002), que realizou sua pesquisa também no sertão pernambucano. Apesar da definição não ser estanque, uma vez que são categorias nativas e, até certo ponto, intercambiáveis, a autora procura utilizar *questão* para o ato que inaugura as narrativas ou para disputas de caráter avantajado como um todo. É, de modo sintético, a efetivação de uma briga. Já por *intriga*, seria o que se segue à *questão* inicial e nunca se acaba, uma relação de medição de força, uma briga em latência, estabelecida entre partes tendencialmente iguais nos planos da hierarquia social moral, onde a possibilidade de retaliação da paz a alimenta, dia após dia. Seriam, como afirma a autora, como brasa (*intriga*) e fogo (*questão*).

A metodologia desta pesquisa consistiu basicamente na observação participante, em que foram realizadas entrevistas semi ou não estruturadas, e na pesquisa documental. Dessa forma, estabeleceram nossas referências metodológicas:

a) a experiência empírica no município de Cabrobó, em que, através de observação e das entrevistas, objetivou-se sistematizar evidências de formas de construção da identidade e o imaginário, observando também a construção local de narrativas e as relações de tensões e consensos. A conversa com as famílias e com outros moradores foi um meio para se conhecer suas interpretações sobre as situações com que estes se deparam normalmente e como constroem seu “cotidiano”, além de considerar as diferenças entre as visões locais sobre um mesmo evento. Desse modo, a experiência da pesquisa de campo proporcionou um aprofundamento do pensar/refletir sobre as dimensões simbólicas, expressivas e os fluxos de subjetividade das *intrigas* e *questões* entre famílias – aspectos fundamentais para a relativização e interpretação de narrativas e trajetórias dos sujeitos em questão.

b) a pesquisa bibliográfica e documental (jornais, revistas, relatórios e documentos das instituições públicas) sobre tais conflitos, especialmente valiosa pela delicadeza do objeto de estudo e pelos “silêncios” encontrados durante o período de trabalho de campo.

Podemos afirmar que a pesquisa de campo contou com dois momentos e recortes distintos:

O encontro com o objeto, da qual tratará o primeiro capítulo, consiste em considerações iniciais acerca da experiência etnográfica. O capítulo é um relato descritivo do encontro inicial e involuntário com o futuro objeto de pesquisa. Revelam-se ali os primeiros contatos e as dificuldades em um universo em que os códigos de convivência não nos são plenamente habituais, assim como as primeiras percepções acerca desse objeto de estudo. É o relato de um momento gratificante, mas também doloroso, que aconteceu alguns meses antes do início do ingresso no curso de mestrado.

O segundo recorte, que será abordado no capítulo final, consiste na volta ao campo de estudo, já munido de alguma orientação teórica. Um momento de retorno a Cabrobó em uma época de mudanças locais, em parte induzidas pelas políticas do

Governo Estadual e Federal, em especial o programa do Ministério da Integração Nacional de Transposição do Rio São Francisco.

Questionou-se ali, se naquela atual de Cabrobó, quando outras bases de socialização se destacavam e contornavam a vida cotidiana no município, se, e de que maneiras, velhas *intrigas* e *questões* poderiam (ou não) ainda estar subentendidas nas relações sociais do município. Sendo a resposta positiva, como o foi, questionou-se: como as representações locais, estruturadas por conflitos políticos e familiares, reagem a intervenções externas?

Nesse sentido, o objetivo principal foi analisar como as brigas entre famílias, especialmente uma grande *questão* que perdurou no município durante as décadas de 80 e 90⁶, estendeu-se até aquele momento; e como as condutas locais, no que se refere a *intrigas* e *questões*, foram reorientadas pela cultura, especialmente em virtude de intervenções externas como a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) *Estadual da Pistolagem e do Narcotráfico* e o projeto de transposição do rio São Francisco.

Para análise dos dados, especialmente aqueles observados em momentos de espetacularização da cultura, como a passeata pela paz ou as audiências públicas realizadas pela CPI, utilizamos o conceito semiótico de cultura, de Clifford Geertz (1989)⁷. Para o autor, a cultura é um texto dentro do qual podemos interpretar racionalidades, ações e comportamentos na busca de suas compreensões, enfim uma teia de significados.

Segundo o autor, é através da observação, interpretação e descrição densa de instituições, fatos, ações e comportamentos que podemos formular teorias passíveis de explicar o contexto cultural pesquisado e, assim, as formas como os sujeitos locais ali se inserem.

⁶ A *questão* será apresentada nos capítulos 3 e 4.

⁷ “O conceito de cultura que eu defendo, e cuja utilidade os ensaios abaixo tentam demonstrar, é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essa teias; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado” (Geertz, 1989: 15).

Utilizamos também os conceitos de sociedades *prescritivas* e *performativas*, do antropólogo Marshall Sahlins (1994), para avaliar mudanças e continuidades na estrutura⁸ simbólica do objeto em estudo. As primeiras, segundo o autor, tendem a processar uma “interpretação recuperativa” das novas circunstâncias, projetando nelas a ordem existente, mesmo quando acontece algo sem precedentes. Já as segundas, as sociedades com *estrutura performática*, ao contrário, tenderiam a assimilar de maneira linear as situações contingentes, que dizer, os acontecimentos circunstanciais são freqüentemente assimilados e valorizados por suas diferenças, pelo afastamento em relação aos arranjos existentes.

Com estes conceitos, pretendeu-se demonstrar que importantes orientações econômicas, sociais e simbólicas inerentes à participação em *questões* familiares, não são remanescentes do passado, nem anacronismos em uma época presente, incompatíveis uma racionalidade capitalista, que se acelera naquele município com as intervenções do governo federal. Dessa forma, como veremos ao longo deste trabalho, a sociedade estudada está mais para uma ordem *prescritiva* do que para uma ordem *performativa*, ainda que, como previu Sahlins (1994), ambos elementos sejam encontrados ali. Nela esses conflitos, que se encontram em confronto com situações eventuais em que são obrigados a renovar sua forma de existência, são constantemente atualizados de forma recuperativa.

O segundo capítulo consiste em uma discussão teórica, onde optamos por dialogar temporalmente com alguns importantes autores que discutiram a relação entre *parentesco*, *política* e *conflitos*. O capítulo se inicia com referências aos estudos realizados no país que pensaram essa tríade pela ótica da ausência do Estado ou de uma modernidade incompleta. Este se finda com os mais contemporâneos estudos realizados pelo Núcleo de Antropologia da Política (NuAP), sediado no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em que essa idéia dá lugar a uma simbiose, segundo a qual os diferentes poderes não funcionariam isoladamente, a contento.

Longe de fazer uma resenha exaustiva capaz de esgotar toda a produção acadêmica antropológica produzida sobre o tema, menos ainda abranger o conhecimento de diferentes áreas de estudo, a intenção aqui é mostrar o que tem motivado esses estudos e apresentar alguns dos principais problemas colocados. Para tanto foi selecionado um conjunto de obras

⁸ Sahlins define estrutura como relações simbólicas de ordem cultural (Sahlins,1994:8).

que estimamos possa atender satisfatoriamente o objetivo; dessa forma, acreditamos que a ausência de alguns autores não compromete o resultado final do capítulo.

No terceiro capítulo, abordaremos o tema família e *questões* tomando-o em sua operacionalidade. Ao invés de assumi-lo em seus contornos definidos, ou mesmo da busca de definições absolutas ou de sua função, trata-se de observar seu funcionamento social antes e durante uma *questão*. Foram descritas as motivações, as composições dos grupos, o início e as fronteiras de uma *questão*, as condições para entrar em uma delas, o tempo e o lugar onde acontecem, as relações entre *família* e *política* e, por fim, a construção do acordo de paz que cessou a *questão* estudada. A dinâmica entre e dentro desses grupos familiares é nossa chave de interpretação.

No quarto capítulo, trabalhamos o processo de mediação que culminou com a assinatura do acordo paz. Aqui, nos interessou menos discutir os fatos do que as representações em disputa que giram em torno deles. Como se verá, as motivações dos antagonistas desses conflitos nem sempre podem ser caracterizadas de modo bem “objetivo”. Como a briga será qualificada dependerá das circunstâncias do conflito, juntamente com a atribuição das motivações, da forma como se antagonizam, se apresentam e são apresentados, e isso foi objeto de conflito no plano das narrativas (Comerford, 2003: 78).

Fez-se necessário, especialmente nesse capítulo, um cuidado para não cair em uma armadilha epistemológica, não assumindo o ponto de vista do discurso jurídico, numa tentativa de conhecer a “verdadeira versão” dos acontecimentos (Barreira, 1998: 29). Tratou-se de observar perspectivas, o encontro das significações do Estado com os sentidos e as representações que se organizam no interior das famílias e como diferentes noções de justiça, locais e exógenas, servem para alimentar e redefinir as disputas. Tudo isso, não como um cruzamento insólito, mas como uma rede de relações que se alimentou com base em valores e práticas sociais, orquestrados em torno da *questão* aqui estudada.

E, no capítulo final, buscamos apreender como as intervenções exógenas vivenciadas em Cabrobó, em virtude principalmente das obras de transposição do Rio São Francisco, executada pelo Ministério da Integração Nacional, são incorporadas e reelaboradas localmente, especialmente nas famílias envolvidas em *questões*. Nesse

sentindo, buscamos, analisar as práticas e concepções locais, contrapostas às mudanças ocorridas com as intervenções federais na localidade. Em outras palavras, buscamos acompanhar as orientações dos sujeitos locais que presidiram a *questão*, em negociação com as atuais condições históricas e sociais.

Nesse foco reflexivo, como afirma Marshall Sahlins (2000), situações de contato cultural, como as intervenções externas vivenciadas por Cabrobó, aqui entendidas como eventos, são momentos importantes para se pensar a constituição e as transformações na estrutura no pensamento local. Neles, reprodução e transformação (estrutura e história) são perceptíveis de maneira privilegiada, apesar de não serem de maneira nenhuma exclusivos dessas situações.

Porque aqui, no embate entre entendimento e interesses culturais, tanto a mudança quanto a resistência a mudanças são elas mesmas assuntos históricos. As pessoas estão-se criticando uma às outras. Além disso, as suas diferentes interpretações sobre os mesmos eventos também se criticam umas as outras e, assim, permitem-nos chegar a uma compreensão mais adequada da relatividade cultural do evento e das respostas a ele (Sahlins, 2000: 140).

Vale ressaltar que este estudo procurou, através da análise das *questões* de famílias em Cabrobó e de suas influências no atual cenário de Pernambuco, dar uma contribuição aos estudos que relacionam parentesco e política, inserindo-se no campo de investigações de uma *Antropologia da Política*. Esperamos, então, que ele possa contribuir para a compreensão sobre o modo a partir do qual a *violência* perdurou na política e na família brasileira, e a medida em que determinadas características ainda se fazem presentes no cenário nacional.

Como diz Peregrina Cavalcanti (2003), a história destas famílias assemelha-se a um museu etnográfico e histórico dessa sociedade que vem passando por um processo de modernização econômica e política, ao mesmo tempo em que carrega códigos culturais ainda tradicionais. Tratou-se de apreender o modo como são postas em funcionamento as relações de poder e os valores culturais que orientam as práticas sociais em permanente movimentação. Além disso, acrescenta-se que, como acentua Ana Marques, essas disputas são ocasiões propícias para tais reflexões, uma vez que:

os vínculos de vários tipos, as relações de solidariedade, de poder e dependência, os “valores culturais”, as formas de apaziguamento, a articulação de múltiplas esferas sociais, como a família, a política, a jurídica, expõem-se muito agudamente. Uma vez que não há contradição entre vínculos e conflitos, trata-se de compreender o modo como se compõem e se supõem e, assim fazendo, alcançar uma certa compreensão de uma certa sociedade (Marques, 2002: 38).

Por fim, é necessário afirmar que pelo caráter delicado do tema fizemos a opção por não citar os nomes individuais dos participantes diretamente envolvidos nas *intrigas* e na *questão* estudada. Quando estes aparecem em documentos ou jornais, são suprimidos. Os nomes das famílias foram mantidos, mas posteriormente podem ser alterados, por acreditar que esse é um trabalho antropológico em que tais referências são irrelevantes em estudo deste tipo.

– Os outros embaixadores me advertem a respeito de carestias, concussões, conjuras; ou então me assinalam minas de turquesa novamente descobertas, preços vantajosos nas peles de marta, propostas de fornecimento de lâminas adamascadas. E você? – O Grande Kublai Khan perguntou a Polo – Retornou de países igualmente distantes e tudo o que tem a dizer são pensamentos que ocorrem a quem toma a brisa noturna na porta de casa. Para que serve, então, viajar tanto? (...)

Marco Polo imaginava responder (ou Kublai imaginava a sua resposta) que, quanto mais se perdia em bairros desconhecidos de cidades distantes, melhor compreendia as outras cidades que havia atravessado para poder chegar lá, e reconstituía as etapas de suas viagens, e aprendia a conhecer o porto de onde havia zarpado, e os lugares familiares de sua juventude, e os arredores de casa, e uma pracinha de Veneza em que corria quando era criança.

Neste ponto, Kublai Khan o interrompia ou imaginava interrompe-lo ou Marco Polo imaginava ser interrompido com uma pergunta como: *Você avança com a cabeça voltada para trás?* - ou então: - *O que você vê está sempre às suas costas?* - ou melhor: - *A sua viagem só ou dá no passado?*

Tudo isso para que Marco Polo pudesse explicar ou imaginar explicar ou ser imaginado explicando ou finalmente conseguir explicar a si mesmo que aquilo que ele procurava estava diante de si, e, mesmo que se tratasse do passado, era um passado que mudava à medida que ele prosseguia a sua viagem, porque o passado do viajante muda de acordo com o itinerário realizado, não o passado recente ao qual cada dia que passa acrescenta um dia, mas um passado mais remoto. Ao chegar a uma nova cidade, o viajante reencontra um passado que não lembrava existir: a surpresa daquilo que você deixou de ser ou deixou de possuir revela-se nos lugares estranhos, não nos conhecidos.

Marco entra numa cidade; vê alguém numa praça que vive uma vida ou um instante que poderiam ser seus; ele podia estar no lugar daquele homem se tivesse parado no tempo tanto tempo atrás, ou então se tanto tempo atrás numa encruzilhada tivesse tomado uma estrada em vez de outra e depois de uma longa viagem se encontrasse no lugar daquele homem e naquela praça. Agora, desse passado real ou hipotético, ele está excluído; não pode parar; deve prosseguir até uma outra cidade em que outro passado aguarda por ele, ou algo que talvez fosse um possível futuro e que agora é o presente de outra pessoa. Os futuros não realizados são apenas ramos do passado: ramos secos.

- *Você viaja para reviver o seu passado?* - era, a esta altura, a pergunta do Khan, que também podia ser formulada da seguinte maneira - *Você viaja para reencontrar o seu futuro?*

E a resposta de Marco:

- *Os outros lugares são espelhos em negativo. O viajante reconhece o pouco que é seu descobrindo o muito que não teve e o que não terá.*

Italo Calvino em *As cidades Invisíveis*

CAPÍTULO 1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O TRABALHO DE CAMPO

1.1 – Os bastidores de uma etnografia

É significativo o número de cientistas sociais que nos últimos anos tem se preocupado em elucidar os bastidores do trabalho de campo, um lado da pesquisa que até pelo menos o início dos anos 70 era pouco problematizado e, por isso, constituindo-se na parte menos evidenciada da tradição oficial etnográfica (DaMatta, 1978).

Exceção feita a nomes como Evans-Pritchard, que já na década de trinta expôs com grande riqueza de detalhes suas *Nuerosis*⁹ diante de incômodos nativos e realizou uma notável e pioneira reflexão acerca da prática do ofício do antropólogo¹⁰, os aspectos subjetivos da observação participante foram um tema de menor importância para a antropologia. Evans-Pritchard (1978) chegou a se queixar dos enfadonhos livros de pesquisa de campo, repletos de sistemas políticos, de parentesco e de rituais, mas com pouca “carne” e “sangue” (Evans-Pritchard, 1978: 315-316).

A publicação póstuma do diário de campo de Bronislaw Malinowski, em 1967, o fundador do método de trabalho de campo, é, simbolicamente, um marco importante deste (re)pensar o trabalho de campo. As implicações morais desencadeadas pela publicação desse diário, que mostra um Malinowski cotidianamente em tensão com os nativos, junto ao problema da construção do texto antropológico, desencadearam uma série de crises na disciplina que desde então foi obrigada a abrir sua “caixa preta”, no que diz respeito primordialmente às relações entre visitante e anfitrião.

Roberto DaMatta (1978), em um texto que se tornou referência sobre o tema no Brasil¹¹, o chama de lado “romântico” ou “anedótico” da Antropologia. Este consiste em uma parte humana da disciplina e, por consequência, subjetiva, mas não menos importante, onde estão questões significativas para a construção de uma ciência, seja ela funcionalista, interpretativa, estruturalista ou mesmo pós-moderna. Lado que, parafraseando Geertz, ao utilizar o exemplo do filósofo inglês Ryle, distingue uma *descrição densa* de um processo mecânico – como a fotografia ou um seco relato de um

⁹ Evans-Pritchard descreve a habilidade do povo africano *Nuer* para atrapalhar sua pesquisa de campo chamando-a de uma "Nuerosis"

¹⁰ Ver Apêndice IV de *Bruxaria, Oráculos e Mágia entre Azande* (1978).

¹¹ *O ofício de etnólogo, ou como ter Anthropolical Blues* (1978)

físico viajante -, baliza a leitura de um piscar de olhos gentil e de uma piscadela permissiva (Geertz, 1978).

São momentos nos quais o pesquisador, buscando se aproximar do outro para conseguir realizar suas rotinas de trabalho, aprendidas no seu grupo social de origem, se vê obrigado a agir de diversos modos, como médico, conselheiro, mediador de conflitos ou o que mais a situação vivenciada exigir. Funções que não são próprias da formação do antropólogo e que podem se confundir com a rotina nativa ou, simplesmente, obrigá-lo a assumir papéis realizados junto ao outro, como acidentalmente bancar o fugitivo após assistir a uma briga ilegal de galos em Bali (Geertz, 1978) ou se envolver com a criação de gado ou bruxaria (Evans-Pritchard, 1978).

É o que Maria Laura Cavalcanti chama de “deixar-se levar”. Um aparente abandono do pesquisador a certas situações, que é, na verdade, uma técnica profissional, cujo domínio requer amplo treinamento e exercício, ligado ao estranhamento (de si e do outro), condição primordial para produção do conhecimento. Embora afirme que o aprendizado e a transmissão dessa técnica tenham também seus imponderáveis, ela se mostra essencial diante “da natureza existencial e subjetiva do campo” (Cavalcanti, 2003).

Esse “deixar-se levar” e seus acontecimentos inusitados estreitam a aproximação e, pelo menos no meu caso, chegaram a fornecer a falsa ilusão de tornar-me momentaneamente o outro. É através dela que, segundo DaMatta (1978), se constroem a ponte entre dois universos de significação, em situações de mediação, muitas vezes imprevistas, realizadas com um mínimo de aparato institucional, de modo artesanal e paciente, dependendo essencialmente de humores, temperamentos, fobias e todos os outros ingredientes do contato humano.

Obscurecer esse lado humano da disciplina é, nas palavras do autor, “um modo de não assumir o ofício de etnólogo integralmente” (DaMatta, 1978: 4)

Tomando como base esses argumentos, não posso deixar de relatar o lado indigesto do meu primeiro contato com o campo, que de anedótico ou romântico teve muito pouco. Se este não se deu como resultado de uma metodologia de pesquisa, planejada e realizada com antecedência – uma vez que estava executando um trabalho anterior ao começo desta pesquisa - foi o *estar lá* que me despertou a curiosidade,

processo primordial em qualquer estudo científico. Pois, como afirma Geertz, o que define o trabalho etnográfico é o tipo de esforço intelectual que ele representa, não métodos predefinidos (Geertz, 1978:15).

Desta forma, início esse trabalho de descrição etnográfica com um texto autoral. Um relato em primeira pessoa de uma experiência de campo singular que serve como assinatura deste autor que esteve prematuramente em campo, sentiu medo e angústia, mas que teve curiosidade e descobriu em campo o objeto de pesquisa. Objeto que por seus aspectos subjetivos, como se observará adiante, ao longo de toda pesquisa de campo ganhou vida, se humanizou e, também, se demonizou, tornou-se *o outro* com qual confrontei e me apeguei, e que só se objetiva por completo nesse momento de escrita.

Seguindo os ensinamentos de Geertz (1989), sobre os desafios e dificuldades de uma ciência interpretativa ante a complexidade etnográfica da relação eu-outro e também no eu-texto, atendo-me para a enorme importância de um bom começo de texto etnográfico. Procuo nesse início a descrição detalhada do cenário, minha autoapresentação, como um (falso) etnólogo de “primeira viagem”, e também vislumbro a definição da tarefa antropológica.

Esse momento inicial de escrita do texto é, segundo ele, uma prodigiosa oportunidade para se comprovar o contato empírico, o fato de ter *estado lá*. É, metaforicamente, o “cartão postal” com o qual se conquista ou não credibilidade diante dos leitores, sejam eles ingênuos literatos em busca de um bom texto ou céticos acadêmicos a caça de falhas metodológicas.

É nele que se estabelece a ponte que evidencia o movimento constante do antropólogo entre o campo e a academia. São momentos que, segundo Vagner Silva (1997), podem ser melhor compreendidos quando vistos à luz da personalidade do autor e das situações particulares que marcaram a escolha dos temas e enfoques adotados. O primeiro *olhar* e *ouvir* tão fundamentais na penetração em uma forma de viver e que implica diretamente na escrita do trabalho (Oliveira, 1996).

Recordo por tudo isso minha descoberta do outro enquanto objeto etnográfico.

1.2 - Nas veredas do sertão: o primeiro contato empírico

Era uma sexta-feira, dia 28 de abril de 2007. Lembro-me bem quando o celular me despertou às seis horas da manhã para mais um dia de trabalho que se anunciava cansativo. Naquela manhã eu completava 40 dias residindo no sertão pernambucano, aonde cheguei após percorrer mais de 1.700 km, divididos em três pontes aéreas, três ônibus intermunicipais e ainda um longo trecho percorrido de automóvel.

Há menos de dois meses freqüentava a faculdade e me preocupava apenas com os trabalhos acadêmicos exigidos para finalizar o curso de Comunicação Social na Universidade Federal de Viçosa (UFV). Por um chamado do Ministério da Integração Nacional para trabalhar como técnico em um programa de desenvolvimento regional, parti às pressas.

Entreguei os trabalhos finais e deixei a instituição de ensino antes mesmo de passar por uma seqüência de ritos de passagem próprios desse meio social - missa de formandos, colação de grau e baile de gala – e que estando pendentes indicavam uma transformação inconclusa¹². Por esse motivo, meu deslocamento social não estava completo e, simbolicamente, eu ainda era um estudante. Porém, vivendo a toda aquela distância, o espaço-tempo que me separava desse passado recente parecia enorme.

Sonolento, pensei rapidamente em toda jornada diária e me levantei para folhear as últimas páginas de um clássico da literatura nacional que me acompanhava há três semanas, desde que o encontrei em uma biblioteca local, *Grande Sertão: Veredas*, de João Guimarães Rosa. “O diabo na rua, no meio do redemoinho”, é o que li incessantemente. Espécie de vaticínio.

Coligação das letras de um sertão confuso e tumultuado, que, passados mais de 50 anos desde a publicação, não envelhece. “É onde homem tem de ter dura nuca e mão quadrada”. Na ficção me embrenho, mas não consigo conhecer por completo este tal lugar místico, do penal, criminal. Após trinta minutos de leitura, tomo um banho gelado, uma xícara de café forte e sigo para o local de trabalho do dia.

Na frente da Escola Estadual José Caldas Cavalcanti distribuo sorrisos e camisetas que anunciam propaganda institucional do governo federal. É o lançamento

¹² O que só aconteceu alguns meses mais tarde, quando retornei à academia.

do *Programa de Organização Produtiva de Comunidades (PRODUZIR)*, em Cabrobó – PE. Um programa do Ministério da Integração Nacional realizado em convênio com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

Os convidados chegam aos poucos. Primeiro, os agricultores que acordam cedo e estão adiantados. Não costumam esperar nem o galo cantar para estarem de pé. Trinta minutos antes da hora marcada, trajando chinelo de dedo e camisa social ventilada por pequenos furos sobre a pele curtida, estampam um sorriso com poucos dentes e uma expressão de vida marcada, sem disfarçar a vergonha pela primazia da chegada. Recusam o convite e preferem, cabisbaixos e trocando cochichos, aguardar do lado de fora.

Em seguida, os vereadores, os secretários municipais e os representantes das entidades locais. Saem apressados de seus veículos populares - alguns até com mais pompa. Descem ensaiados com discurso pronto para compor a mesa de abertura. Na seqüência, o prefeito escolhe a discricção e, sorrateiro, desce de uma picape S-10 direto para o auditório.

A solenidade está quase completa. O quase, no entanto é muito, pois faltam os agricultores do assentamento de reforma agrária *Riacho dos Bois*. O sol incide forte e impaciente os presentes. O som do hino nacional indica que a cerimônia começou no auditório, mesmo sem os assentados que aparentemente são, junto com outras comunidades, os principais envolvidos no programa.

Um secretário municipal chega atrasado e informa que o pau-de-arara que trazia a comunidade *Riacho dos Bois* cruzou o caminho da polícia que perseguia bandidos. A polícia, por sua vez, não economizou munição. O combinado era que a prefeitura seria encarregada de transportar os agricultores em uma van, que é usada comumente na condução de estudantes. Porém, eles foram dispostos em um pau-de-arara abarrotado de arroz. Com medo da polícia, o motorista tentou uma via alternativa. No atalho achou os homens da lei despejando tiros para todos os lados. Como saldo da irresponsabilidade, duas pessoas da comunidade foram baleadas.

Na sala de pequenas cirurgias do hospital vejo um bate-boca entre um gordo policial militar e um magro líder comunitário. No sertão a gordura corporal não é padrão, quando ela se acomoda em um tipo agressivo, atarracado, com o maxilar tenso e

com a cintura recheada de um atributo que lhe dá poder - um revólver -, a antipatia é certa. O tipo expansivo tenta intimidar o adversário baixo, de bigode, com o rosto chupado pela magreza. O confronto é injusto, um sujeito branco, gordo e fardado, que a medida de seu destempero vai ganhando uma coloração avermelhada, contra um mulato raquítico, curvado para frente, algo do tipo descrito por Euclides da Cunha.

Alterado, mas sem levantar excessivamente a voz e sem também levantar-se da cadeira, o que lhe dá uma aparência ainda mais obesa, o militar ameaça processá-lo por ter a “língua abusada”. O líder comunitário responde, se queixando do comportamento dos policiais que “foram incapazes de prestar socorro”. Os ânimos se alteram, a cena se prolonga com um desfecho incerto.

Uma das vítimas feridas, mulher negra e magra, cerca de 40 anos, baleada de raspão no rosto, teve que suturar o local machucado enquanto assistia a cena. Amedrontada, ela concorda com o policial, este não estava presente no momento do tiroteio, mas carrega um revólver calibre 38 na cintura e emprega tom de voz de quem não está disposto a ser contestado, afirmando que as balas vieram dos bandidos. “Sim, eles estavam só fazendo o trabalho deles. As balas vieram dos bandidos”, afirma, nitidamente com medo e tentando pôr fim à discussão.

Outro agricultor atingido de raspão na perna, também ganha pontos na pele, mas prefere não se envolver na briga. Sem muleta, deixa o hospital mancando e diz que foi tudo muito rápido e quando percebeu o que estava acontecendo já tinha sido atingido. Segundo relata, o tiro que cortou sua perna ricocheteou no caminhão, passou pelo rosto da companheira que estava sentada de cócoras no pau-de-arara e só não matou uma outra senhora que estava sentada porque ela se abaixou na fração anterior.

Na saída do hospital, mais seis policiais armados de metralhadoras, fuzis e pistolas nos cercam. Com o olhar de poucos amigos, farda preta e sem largar o armamento, que não destoa da vestimenta, eles fazem uma série de perguntas sobre o incidente: posição dos carros? número de disparos? de onde vieram os tiros? Querem detalhes. Pegam nomes e endereços de todos os que estavam presentes. São do Grupamento de Ações Táticas Especiais (GATE) da Polícia Militar.

O arsenal assusta, mas não causa estranhamento. A cidade em números *per capita* talvez seja uma das mais policiadas do país. Saiu recentemente de dois grandes

conflitos que lhe deram a fama das mais violentas do sertão e está incluída na região conhecida como polígono da maconha. Embora a população deseje que o slogan da violência seja esquecido e não goste muito de falar no assunto, o passado ainda paira como uma nuvem negra que se descarrega quando a velha *Chevrolet Veraneio* anuncia em suas caixas de som a missa de anos de falecimento de ilustre cidadão assassinado.

O primeiro conflito, que será objeto desta pesquisa, consiste em uma *questão* envolvendo cinco importantes famílias da região que durou mais de dez anos e cujos mortos ainda são contados às dezenas. O conflito que se caracterizava pelo uso de armamento pesado (fuzis, metralhadoras, pistolas) em crimes de vingança, se desdobrou em seqüestros nas estradas da região, assaltos a bancos e carros-fortes em diversos municípios, ganhando grande espaço na mídia estadual e nacional.

Seu desfecho se deu com um acordo de paz assinado oficialmente, em novembro de 2000, no fórum da cidade vizinha de Salgueiro-PE, com a presença de representantes de cada família envolvida, cinco deputados estaduais, que integravam a *Comissão Parlamentar de Inquérito Estadual do Narcotráfico e da Pistolagem* e foram responsáveis pelo processo de mediação, o procurador geral do Estado, o superintendente da Polícia Federal em Pernambuco, o padre da Paróquia de Belém do São Francisco-PE, promotores de justiça e juízes de direito, um delegado de polícia e a prefeita do município, além da imprensa estadual e nacional¹³.

Já o segundo conflito, de menor proporção, mas que ainda merece um estudo aprofundando, envolveu os índios Truká, fazendeiros e o Estado de Pernambuco pela posse do arquipélago de Assunção: 84 ilhas banhadas pelo rio São Francisco, onde estão as terras mais férteis do município.

Durante o segundo período militar do país (1964-1985), o local foi utilizado pelo governo do Estado, através da *Companhia de Sementes e Mudas de Pernambuco* (Semempe), em conjunto com fazendeiros da região, para testes agrícolas chamados de “estratégicos”. A usurpação das terras indígenas teve como consequência uma grande reação dos Truká pela demarcação do território que ocupavam desde o século XVII. A contra reação por parte do Estado, segundo contam os moradores, foi drástica, com prática de seqüestros, torturas e assassinatos.

¹³ O tema será abordado com mais afinco no quarto capítulo.

Na década de 90 os índios realizaram nova retomada das terras. Os ocupantes das fazendas foram expulsos de forma violenta por milícias armadas. Desde então, a mágoa de parte da população urbana para com os índios, chamados de “canela cinza”¹⁴, é visível e as perseguições têm sido freqüentes.

Além desses problemas externos, com o povo da cidade e com o Estado, vale ressaltar que existem ainda problemas internos na Ilha. Segundo relatos da população, a etnia Truká não tem mais a unidade e atualmente passa por um conflito armado entre dois grupos dominantes locais, curiosamente chamados novamente de “famílias”.

É também em Cabrobró que acontece o início das obras de transposição do rio São Francisco, que levará a água que passa pelo município até as bacias dos rios Jaguaribe (CE), Piranhas-Açu (PB/RN) e Apodi (RN) a um custo estimado de R\$ 4,5 bilhões. Por isso, o município¹⁵ - localizado a extremo oeste do Estado de Pernambuco e que possui uma população de 28.793 habitantes para uma área de 1.658 km² - recebeu uma série de programas sociais do governo federal, incluindo o PRODUZIR.

Foi em uma modesta capela da cidade que Dom Frei Luiz Flávio Cappio iniciou sua primeira greve de fome, que durou dez dias. Bispos, freiras, ativistas sociais, ambientalistas, jornalistas, deputados, senadores, índios, camponeses vieram até a cidade, alguns meses antes da minha chegada, e demoveram o bispo da faraônica empreitada. O religioso, por sua vez, na época ganhou popularidade e dinamitou a pretensa candidatura presidencial do então Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes.

Porém, toda a fé do frei e as movimentações populares pelo país foram em vão. O exército chegou, fez licitações e alugou casas e lojas na cidade. Novos empregos vislumbrados com anseio por parte população, que em sua maioria apoiava a obra por estar cansada das sub-condições de vida tão comuns no sertão, apareceram, porém ainda não resolveram os graves problemas sociais da região.

¹⁴ Em certa ocasião, presenciei uma professora da rede municipal se queixando que seus alunos indígenas eram chamados assim, pejorativamente, pelos alunos da cidade. Segundo entendi, “canelas cinza” faz referência a coloração da terra que impregna os moradores da zona rural. Seria algo semelhante ao “pé vermelho”, também utilizado para habitantes do meio rural no sudeste do país. Muda a cor da terra, mas continua a qualificação ofensiva para quem não é de origem urbana.

¹⁵ Fonte IBGE (<http://www.ibge.gov.br>)

Apesar de estar próxima ao rio, a seca faz parte do cotidiano local. Os conflitos pela terra também. Os assentamentos e acampamentos - sejam eles provenientes de barragens, grandes projetos de irrigação, remanescentes de comunidades quilombolas, ocupação de terra ou expropriação pelo cultivo de drogas - se multiplicam e multiplicam a condição já precária da região do sub-médio São Francisco.

Nesse paiol de pólvora, encontrei policiais militares em cada esquina tentando reverter esse histórico de violência, isso quando em algumas ocasiões não entram em conflito com a população local. As polícias Civil e Federal, igualmente presentes, investigam as plantações de *Cannabis Sativa* comuns na região do sub-médio São Francisco. Há de se ressaltar ainda, a presença de alguns “coronéis”¹⁶ que, passados séculos, perduram, ainda que com uma nova roupagem, sob o signo da modernização.

Assustadas, as vítimas da imprudência policial dizem não ter visto como aconteceu e só confirmam o que são coagidos a dizerem. No sertão, como ouvi dizer, “voz ainda é um privilégio”.

No caminho de volta à escola, uma senhora que estava no pau-de-arara, também negra e bem magra, como é comum a essas que sobrevivem da terra onde brota xique-xique, palma, facheiro e mandacaru, me pergunta: - “Será que tem problema ir assim?”. Estica a camisa suja de sangue e suspende um olhar desses que vem de baixo para cima. Uma cena que se prolonga até hoje e que, passados vários anos, não consigo esquecer.

Terminado o evento, com as desculpas do poder público municipal, a comunidade faz uma última reunião para saber se vai haver queixa na delegacia local. A quase unanimidade decide pelo não, uma vez que alegam não ter condições de voltar à cidade todas as vezes que forem chamados a depor. O líder comunitário já mais calmo se aproxima de mim e diz, “tá vendo Leonardo, é daí que nasce a impunidade. Eles têm medo”. Ouço aquilo engolindo a seco, sem muita coragem para incentivá-los e conduzi-los a ir até a delegacia.

Longe da figura do herói clássico que alguns autores dizem se assemelhar ao ofício do antropólogo – aquele que vai a campo, se defronta com o outro e volta carregando as láureas da informação -, penso que esse não é o tipo de troféu que eu gostaria de trazer para casa. Deixo o local um tanto combalido, com certa sensação de

¹⁶ O termo é utilizado aqui como uma categoria local.

angústia e impotência. Como prêmio de consolação, receberia dias mais tarde o agradecimento de um dos baleados por ter acompanhado o grupo.

No final da tarde, repasso as últimas páginas do livro. Porém, não há como digeri-lo do mesmo modo. Diante desse universo tão rico e complexo, ficou o questionamento: como compreender esses caminhos tortuosos do Sertão? Riobaldo, o protagonista principal, em seu dilema sobre o bem e o mal, afirma que o real não está na partida nem na chegada, ele se dispõe é no meio do caminho: “o Diabo não há! É o que eu digo, se for... Existe é homem humano. Travessia”.

Travessia que é também a base do trabalho antropológico. Seja ela uma viagem horizontal ao encontro de outros povos, como um explorador que busca se familiarizar com o exótico, ou vertical, para dentro da própria cultura, como um *xamã* que se dispõe aprofundar-se no estranhamento dos próprios costumes e, desse modo, novamente encontrar-se com o outro.

Ambas se constituem em pontes cada vez mais atravessadas em duas vias, entre o “estar lá” e o “estar aqui” (campo e academia). São os caminhos em que o homem parte para encontrar o homem e se defronta com uma espécie de espelho, que reflete fenômenos sociais estranhos e familiares, e que independente de serem lidos e interpretados como textos particulares (Geertz) ou decifrados como enigmas universais (Lévi-Strauss) são o alicerce da ciência que se ocupa com culturas.

O trabalho de campo constitui, assim, um dileto e sempre refeito rito de passagem disciplinar, um ir e vir constante que, associando experiência subjetiva à reflexão teórica e expressando-se no modo etnográfico de narrar, está no âmago do ofício (Cavalcanti, 2003: 118).

E com o cair daquela noite se findava, ou melhor, se iniciava ali, mais uma das veredas do Grande Sertão, com o nascimento de reflexões e tormentos que geraram meses mais tarde esta pesquisa.

CAPÍTULO 2 – FAMÍLIA, PODER E VIOLÊNCIA

2.1 - Conflitos familiares no Brasil: ausência do Estado ou cooptação do poder público/familiar?

Para iniciar a discussão sobre “conflitos de famílias” no Brasil faz-se necessária uma breve exposição sobre como o tema tem sido historicamente discutido no país. Já adiantando um ponto de vista sobre o assunto, afirmamos que a abordagem sobre o tema passou por dois momentos distintos. O primeiro, cujas análises de caráter sociológico prevaleceram, centrou-se nas macroestruturas. Como afirma Ana Cláudia Marques (2002), o tema foi objeto de reflexões apenas ocasionais, geralmente compondo um mote cujo foco central lhe é afim. Segundo ela, muito da abordagem que foi dada ao assunto passa pelo argumento do “local” como “atrasado”, com uma modernidade incompleta. Nesses lugares o Estado não se faz presente na aplicação das leis ou disputa espaço com o poder dos Coronéis, sendo incapaz de evitar ou solucionar os conflitos.

Já no segundo momento, esse ponto de vista é substituído por uma perspectiva antropológica, em que se sobressai a idéia de entrelaçamento entre o poder público e o privado. Nela o Estado se faz presente e utiliza a todo momento, de acordo com os interesses ali engendrados, certas instituições cooptando o poder local. E, em sentido inverso, as instituições locais farão o mesmo uso do Estado. Trata-se de mútuo condicionamento e apropriação, em processos de negociação e composição de caráter provisório.

Na perspectiva de um olhar sobre as formas de operação dos conflitos, os enfoques etnográficos inspiram um conjunto de pesquisas que entendem as disputas familiares como partes de um mapa cognitivo e cultural complexo, capaz de informar uma rede de relações que ocorrem em contextos políticos locais, envolvendo sindicatos, associações e outras instituições públicas (Barreira, 2007: 184).

Objetivando reconstruir essas perspectivas, começaremos a construção teórica com a discussão sobre as origens do nosso processo de organização social, que se

traduz, como consequência, na maneira como nos organizamos hoje em sociedade. E para isso, utilizamos de início um livro que, nas palavras de Antônio Candido (1986), é “clássico de nascença” e remonta as origens das ciências sociais brasileiras: *Raízes do Brasil*.

Escrito por Sérgio Buarque de Holanda, em 1936, no fervor do modernismo nacional e suas preocupações *antropofágicas*, a obra busca analisar a formação da identidade nacional através das formas hierárquicas, historicamente construídas e internalizadas pela população brasileira e que, segundo ele, representam as razões do atraso nacional.

Buscando nos tipos ideais de Weber as formas de dominação presentes no país, Buarque cunha o conceito de ‘cordialidade’ para retratar uma forma de “dominação tradicional” que compõe a identidade nacional. Trata-se de uma construção conceitual que tipifica um padrão de convivência marcado pela assimetria e um conjunto de valores enfeixados por relações pessoais de lealdade afetiva, alimentadas por constantes trocas de favores; são dádivas que solidificam a subserviência e impedem a construção de um espaço público no país.

Buarque argumenta que a influência da família nos diversos setores sociais desde os idos coloniais determina o que somos e como vivemos até os dias atuais. Diferente da lógica moderna, própria dos países de capitalismo avançado, o Estado brasileiro formou-se, segundo ele, a partir de um prolongamento da estrutura familiar sobre a vida pública, dando gênese ao Estado patrimonialista que constitui, na visão do autor, o ponto determinante e o empecilho central para a construção de um estado moderno e democrático no país.

Para Sérgio Buarque, as condições que levaram o Brasil a se tornar República não permitiram que as instituições públicas construíssem as rotinas necessárias para se evitar práticas como o tráfico de influências e a corrupção. Segundo ele, a República se consolidou a partir das representações do poder local, ancoradas ao tempero do jogo político, construindo instituições dirigidas ao desenvolvimento de oportunidades de emprego e de sustento da família patriarcal.

Desta forma, a elite se adaptou aos elementos da modernidade, beneficiando-se cada vez mais do esvaziamento da ética na dimensão do público em detrimento do

privado. As relações patrimoniais que passaram a ocupar o espaço público deram origem a uma forma típica de poder, centralizada na figura do Coronel. Este, com sua cordialidade, gerenciava as relações, media os conflitos e também financiava as demandas comunitárias e pessoais.

Outro autor que também se deteve na formação da sociedade brasileira foi Costa Pinto, o pioneiro no país a fazer uma análise deste tipo, na perspectiva das ciências sociais, centrada nos *conflitos de família* (Marques, 2002). Em *As lutas de família no Brasil* (1980)¹⁷, ele situou esses conflitos como um estágio do período colonial que refletiam a hipertrofia do poder privado e atrofia da organização política colonial.

Segundo ele, a vingança privada representou no período colonial um modo típico de controle social e de repressão ao delito. Longe de ter chegado por aqui no bojo das instituições transplantadas pelos colonizadores, foram condições históricas específicas que fizeram brotar as brigas de família na colônia, onde preponderava o que o autor chama de “comunidade de sangue”. A família concentrava todas as funções sociais, como um “pequeno Estado”: controle da produção, baseada na propriedade latifundiária e trabalho escravo; unidade religiosa, com seus deuses e templos, e uma unidade política, com suas leis e sua justiça interior, acima da qual não haveria outra a que se pudesse apelar.

Com o desenvolvimento da sociedade, que passou a ser mais numerosa e composta de outros grupos sociais “neutros” - o que acabou por minar a solidariedade baseada no sangue - e o desenvolvimento de instituições como Igreja, Estado e escola (funções que até então estavam dentro da família), as vinganças tomaram outras características. De acordo com Costa Pinto, já no Império o poder normativo da vingança desapareceu, deixando de ser uma forma de controle social. Nesse outro contexto, ela toma uma nova forma e passou a sobreviver como germe da desordem¹⁸, e não mais da ordem, mantenedora da segurança e do equilíbrio, como se apresentava no período colonial.

Desde então, na perspectiva do autor, os conflitos dessa ordem sobreviveram como um fator de persistência, sob a condição das instituições sociais estarem em certo grau de desenvolvimento ainda “atrasado”. Segundo ele, a debilidade da organização política,

¹⁷ A primeira edição de data 1943, publicada em São Paulo na *Revista do Arquivo Municipal*.

¹⁸ Como *Lei do Talião*: olho por olho, dente por dente, mão por mão, queimadura por queimadura, ferida por ferida (Pinto, 1980: 6).

incapaz de impor-se em definitivo à ordem doméstica familiar, com a qual entrava em disputa, foi um fator preponderante.

A história do poder político no Brasil, desde então, é a história dessa competição entre, de um lado, os fatores de dispersão social e política que suscitam e engendram a formação de agências de autoridade privada e, de outro, os fatores de unificação e centralização do poder social que contribuem para a consolidação definitiva da organização estatal que aliás, até hoje, não se pode dizer completada (Pinto, 1980: 29).

À luz de outro clássico *Coronelismo, enxada e voto*, de Vitor Nunes Leal (1975), publicado pela primeira vez em 1948, é possível perceber que esse fenômeno de disputa entre poder local e central se mostra fundamental nos estudos de conflitos que abarcam o meio rural brasileiro.

Deixando parcialmente de lado o comportamento social tipificado em relações personalistas, Leal discute a relação entre Estado e poder local num dado momento histórico pelo qual o país havia passado, a república velha. Focando-se na temática da centralização ou descentralização do poder instituído, ele afirma que o coronelismo era resultado de um mútuo condicionamento entre um poder local em declínio, mas ainda forte, e um poder central em ascensão, mas ainda fraco.

Para ele, o coronelismo era um fenômeno datado, conseqüência do alargamento da base eleitoral sobre o controle dos proprietários de terra. Pela constituição de 1891, criou-se a "política dos governadores", dando forma às relações sociopolíticas dentro dos limites da troca de favores, sob o lema "é dando que se recebe". Esse quadro, segundo ele, deu início a uma cadeia de favores, que se estendia desde o relacionamento entre o presidente da República e os governadores dos Estados até o relacionamento entre os coronéis e os trabalhadores rurais.

Em sua análise, o coronelismo representa uma sobrevida do poder local frente ao poder central, num sistema de representação em que os potentados mantêm o controle do voto rural. Em outras palavras, de acordo com Leal, esse é um fenômeno complexo, resultado da superposição de formas desenvolvidas pelo regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada.

Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia construiu fenômeno típico de nossa história. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual resíduos do antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime de extensa base representativa (Leal, 1986:20).

Esse fenômeno se iniciava em pequenos municípios, passava pelo apoio do governo estadual e chegava ao âmbito federal. Para Leal, a base desse poder local vinha, senão da propriedade da terra, pelo menos da riqueza, uma vez que essas eram essenciais para alimentar a troca de favores e as despesas eleitorais. Tal poder só pode ser entendido considerando-se o tipo de relação de estrita dependência, estabelecida entre trabalhadores e proprietários, uma relação fundada em mútuos compromissos, não somente econômicos, solidificada por vínculos sociais e trocas de benefícios mútuos.

Alguns anos mais tarde, a norte americana Linda Lewin (1993), em sua tese de doutorado apresentada em 1975, *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*, também aborda esta interseção entre as esferas pública e privada, através de uma análise histórica entre parentesco e organização política. A autora procura descobrir as técnicas engendradas pela oligarquia paraibana para preservar o aparato estatal por tantos anos em uma fase de transição econômica e social, a chamada modernização.

Ao longo do livro, ela discorre sobre alguns mecanismos utilizados durante a República Velha por essa política de parentela – tais como as relações de parentesco, agregação e compadrio, política dos casamentos endógenos, além de fenômenos como o ‘empreguismo’ e a ‘panelinha’ – mostrando que não existe um antagonismo entre estes e as instituições modernas.

Lewin (1993) revela também como o centralismo do Estado Novo tentou golpear essas organizações informais de base familiar, e em consequência essas ‘lutas de família’, que, a partir daí, vão passar por uma transformação em que se sobressairão os laços de amizade e compadrio, em detrimento dos de parentesco. Por fim, ela conclui que mesmo isso não livrou o Estado de muitos atributos associados com o patrimonialismo.

Já Maria Sylvia de Carvalho Franco, em *Homens livres na ordem escravocrata* (1983), buscando analisar os modos de produção no período colonial, se viu obrigada a se debruçar sobre a violência familiar, que, segundo ela, aparecia como um elemento característico das relações daquela realidade social.

A autora foca sua atenção em duas modalidades de produção econômica no período colonial, interligadas como “práticas constitutivas uma da outra”: produção direta de meios de vida e produção de mercadorias. A primeira tinha como base a mão-de-obra livre e a segunda se estruturava sobre o trabalho escravo. Ela chama esse fenômeno de “unidade contraditória”. Para a autora, “essa síntese, determinada na gênese do sistema colonial, sustentou, com suas ambigüidades e tensões, a maior parte da história brasileira” (Franco, 1983: 11).

Segundo ela, enquanto parte de um sistema mercantil voltado à exportação, a escravidão se expandiu condicionada a uma fonte externa de suprimento. Esta situação deu origem à formação de homens livres que não foram integrados à produção mercantil.

Assim, numa sociedade em que há concentração dos meios de produção, onde vagarosa, mas progressivamente, aumentam os mercados, paralelamente forma-se um conjunto de homens livres e expropriados que não conhecem os rigores do trabalho forçado e não se proletarizaram. Formou-se antes, uma ‘ralé’ que cresceu e vagou ao longo de quatro séculos: homens a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais à sociedade. A agricultura mercantil baseada na escravidão simultaneamente abria espaço para sua existência e os deixava sem razão de ser (Franco, 1983: 14).

Foi no espaço ocupado por esses homens livres dentro das relações comunitárias, que segundo ela, a violência apareceu cotidianamente como elemento constitutivo das relações comunitárias. No local da proximidade social, não regulamentado (como os espaços lúdicos), a luta surge e a violência “projeta-se até a codificação dos valores fundamentais da cultura”. A autora destaca três aspectos dessa relação: “‘proximidade espacial’ (vizinhança), os que caracterizam uma ‘vida em condições comuns’ (cooperação) e aqueles que exprimem o ‘ser comum’ (parentesco)” (Franco, 1983: 25).

Ali os contendores mediam-se e punham em dúvida a capacidade recíproca de se enfrentarem. Estabelecia-se o que ela denomina de “código do sertão”, onde a luta surgia regularmente nas condutas cotidianas e onde se sobressaia a desproporção entre motivo e violência. A violência, segundo ela, atravessava toda a organização social e projetava-se como código de valores fundamentais da cultura, sendo incorporada não apenas como um comportamento regular, mas simbolizada onde a valentia se constituía como um dos símbolos nucleares.

A constante necessidade de afirmar-se ou defender-se integralmente como pessoa, ou seja, a luta ingente na relação comunitária surge conjugada à constituição de um sistema de valores em que são altamente prezadas a bravura e a ousadia. Realmente, a ação violenta não é apenas legítima, ela é imperativa. De nenhum modo o preceito de oferecer a outra face encontra possibilidade de vigência no código que norteia a conduta do caipira (Franco, 1983: 51).

A partir de 1997, esses estudos apresentaram notáveis avanços com a contribuição do Núcleo de Antropologia da Política (NuAP), do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que colocou o tema desses conflitos novamente em discussão. O foco da análise agora centra-se nas interseções entre o que, do ponto de vista nativo, é interpretado como “política”¹⁹, e o que é tido como da ordem de outros domínios da vida social e cultural (como a família, o mercado ou a religião). Por meio da etnografia de eventos, situações, rituais e processos sociais, os estudos de campo procuram revelar alguns significados da política no Brasil, borrando os contornos da distinção entre público e privado (Marques, 2007: 13).

Dentro dos trabalhos realizados no âmbito do Nuap, destaca-se inicialmente a obra de César Barreira *Crimes por Encomenda*, de 1998. Nela o autor realiza um importante estudo em que expõe as malhas do poder tradicional utilizando-se da figura do pistoleiro. Através do trabalho etnográfico, mas também da profunda análise da literatura de cordel, seu estudo discute a representação social da pistolagem no sertão nordestino, privilegiando a construção do imaginário da honra e da violência nessa sociedade.

¹⁹ Moacir Palmeira cunha o termo “Antropologia da Política” com o objetivo de evitar conceber a política como domínio ou processos específicos utilizados por outras disciplinas.

Mostrando o caráter peculiar do crime de mando, surge em sua pesquisa a mudança do personagem romântico do justiceiro, ligada aos crimes de honra por instituições familiares ou ligadas ao banditismo, para o crime cometido por profissionais, gerenciado por um sistema de pistolagem. Nesse contexto, as atividades de pistoleiro passam a ser gerenciadas dentro de uma rede complexificada que ultrapassa os limites de uma propriedade, de um estado ou de uma região.

Os “desafetos” do patrão, antigamente, eram eliminados sem, necessariamente, ser desembolsada nenhuma quantia, criando, normalmente, uma dívida do patrão para com o homicida. O patrão saldava a dívida dando proteção. Atualmente, o pagamento do pistoleiro é realizado somente monetariamente, pecuariamente (Barreira, 1998: 157).

Entra-se, nesse contexto, em uma hierarquia de valoração dos crimes cometidos no sertão, onde novos elementos são analisados. O crime de pistolagem, motivado por questões financeiras - geralmente condenado como execrável -, é colocado em contraposição àquele cometido em nome da honra - muitas vezes aceito e até valorado -, e ganha novos elementos como, por exemplo, um apelo à opinião pública, mobilizada para desqualificar a vítima que passa a ser parcialmente responsável pela própria morte.

Uma das dimensões dos estudos do *Nuap* são as representações da violência na política, o que conduz o tema inevitavelmente para as questões familiares.

Ana Cláudia Marques, uma dessas pesquisadoras, em *Intrigas e questões: vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco*, nos mostra a importância de ir além da perspectiva usual que entende esses conflitos sob a ótica bipolar – ‘Familismo X Ordem Pública’ – caracterizado muito mais pela ausência do poder do Estado. A pesquisadora relata a importância da imersão em um complexo painel formado por fluxos de relações de diferentes atores e ordens – familiar, política, jurídica, moral – que ora se sobrepõem, ora colaboram ou mesmo se opõem. Através desse tipo de abordagem a autora oferece uma compreensão desses conflitos como agregadores e desagregadores de grupos, que marcam e apagam fronteiras locais, portanto constitutivos da sociedade local e não simplesmente um elemento desintegrador de uma ordem social.

Vale ressaltar que, por focar menos o “sistema de vingança” e mais as rupturas e ligações fomentadas por esses episódios, a preocupação de Marques não são tanto os momentos de conflito, mas o espaço que vai dar impulso a esses atos extremos. Os anos de “trégua” entre as famílias fomentarão uma série de elementos que estruturará as relações sociais até o embate, assim como os anos de “guerra” serão congregadores de novo grupos. Desse modo, ela demonstra que não há contradição entre esses vínculos e os conflitos.

John Comerford, outro pesquisador do *Nuap*, tratou também desses conflitos familiares; porém, ao invés do nordeste, fez a opção pela Zona da Mata Mineira, estudando-os nas ocupações dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR's) da região. Comerford desvia o foco da centralidade da dimensão institucional, optando por analisar não o uso destes sindicatos pela sua eficácia política, e sim pela sociabilidade ali existente. Família e parentesco, reputação e localidade fornecem o eixo para a sua interpretação. Longe de serem excepcionais, estes conflitos dentro e entre as famílias aparecem nas relações cotidianas do local, o que leva o autor a falar em “sociabilidade agonística”.

O autor cunha alguns conceitos importantes, e que serão utilizados ao longo deste estudo, como “familiarização e desfamiliarização” utilizados para uma melhor compreensão da instituição familiar e seu caráter extremamente dinâmico. Segundo ele, mais do que pressupor a família como unidade da análise, as famílias são vistas como se fazendo e refazendo permanentemente umas diante das outras (Comerford, 2003:183). Ele também propõe o conceito de “territórios de parentesco”, locais vinculados a certas famílias no mapeamento social e que, geralmente, apresentam uma posição fundamental na apresentação da política e na poética das reputações e do respeito. É através desses territórios que, segundo autor, uma família pode tornar-se respeitável e forte.

À exemplo de Marques (2002), Comerford discorre sobre como os conflitos adquirem caráter público, sendo colocados à prova de uma vizinhança que vai julgar essas ações. Com isso, entra-se num jogo de representações, onde consolidam-se reputações e fama – que pode se referir a pessoas ou famílias - através da construção de interpretações que fazem dos conflitos, segundo ele, um fenômeno também do discurso, da retórica e da hermenêutica nativa.

A retórica dos conflitos, construída em inúmeras conversas e discussões cotidianas, repõe e impõe os conflitos entre e dentro das famílias como

pressuposto das relações (...). Assim, as narrativas dos conflitos são de certo modo uma dimensão dos próprios conflitos e não aspecto separado ou posterior, não só porque a interpretação do conflito construída nos eventos narrativos de algum modo dá continuidade ao conflito “por outros meios”, como porque tende a haver em função disso (ou seja, em função da referência permanente a um público ou segmentos de público que julgam e conferem sentido aos eventos conflitivos) uma relação “interna” entre a lógica estruturadora de um gênero narrativo (contar casos no sentido de narrar os conflitos) e a lógica das ações públicas dos agentes em conflito (Comerford, 2003: 70).

Nesse contexto, as brigas de família são necessariamente públicas e envolvem as mais diversas redes sociais, criando um tenso campo de negociação em que as reputações e os próprios valores são objetos de disputa. Ao mesmo tempo em que são orientadores das ações e decisões, os valores comungados são objetos de permanente negociação.

Ana Marques (2002) explora as várias articulações locais que esses episódios comportam. Uma delas, que é importante salientar, é o fato de questões “familiares” e “políticas” se alimentarem mutuamente. Ali estão em jogo, em múltiplas negociações, espaços de composição em que estas “famílias” disputam aparatos do Estado como forma de prestígio e vantagens e que, por conseqüência, impulsionam as “questões”. É o entrelaçamento do público e do privado, com agentes destas famílias acionando instrumentos modernos e legais — como a justiça e a polícia — ou mesmo, agentes estatais assumindo, por exemplo, um papel de mediação entre as partes. Se ocupantes de cargos públicos são, como ela coloca, alvos preferenciais nas “questões” é porque seu prestígio e influência política podem interferir nos desdobramentos da Justiça e da polícia e, portanto, nos cálculos dos oponentes.

A vida política municipal está de fato completamente atrelada aos imperativos de uma aparelhagem administrativa que transborda os seus limites territoriais e que lhe impõe uma ordenação específica e não espontaneamente gerada ali. Ao mesmo tempo que esta aparelhagem produz uma reformulação inevitável da ordem interna, ela se fará também objeto da apropriação local, tudo isso refletindo em seu funcionamento (...). Quando a estrutura de um sistema político nacional dotado de uma centralidade externa à comunidade lhe impõe as suas engrenagens, ela por um lado se serve dos arranjos que concebivelmente precedem sua chegada. Porém, ao instalar-se ali cria modificações muito fundamentais ao sistema local que produz, em contrapartida, efeitos sobre aquele primeiro sistema (Marques, 2002: 299).

Longe de ser simplesmente o preenchimento pelo "poder privado" de uma ausência ou deficiência do "poder público", trata-se de mútuo condicionamento e apropriação, em processos de negociação e composição provisória que contextualizam as relações sociais locais.

Nessa concepção, as grandes unidades ou instituições (o Estado e o Coronelismo) deixam de ser a principal realidade a ser estudada, uma vez que são apenas o resultado de equilíbrios parciais e transitórios. Jorge Mattar Villela (2004), em *O Povo em Armas: Violência e Política no Sertão de Pernambuco*, pesquisa realizada também no âmbito do NUAP, estudando os conflitos no sertão de Pernambuco na primeira metade do século XX, propõe uma microanálise que retire o foco das pesquisas dessas macroestruturas.

Villela (2004) aponta três problemas da abordagem macroestrutural: primeiramente, por ela não corresponder às representações nativas e desconhecer o regime fundiário existente no sertão pernambucano. Em seguida, o não reconhecimento da indissociabilidade entre violência, política e parentesco, gritante em discursos e práticas da região. E, por último, o fato de essa abordagem desconsiderar que o poder não é paralelo, sobrevivência ou um resíduo cuja função e condição de possibilidade de existência é o preenchimento de um espaço deixado vazio. Segundo ele, tais práticas de poder lutaram, e ainda lutam, por sua existência, quando se nota uma tensão para jogá-las para os confins da vergonha e do atraso, ao se atribuir a elas a existência das oligarquias, do nepotismo, do patrimonialismo.

Ele afirma que nesse plano de estudo não existem oposições simples, como aquela entre Estado e um poder paralelo que se desenvolveria na sua ausência; o que se analisa é o equilíbrio de inúmeras forças, as quais podem tanto se opor ao Estado, quanto compor com ele, cooptando-o.

À microscopia não corresponde um objeto pequeno, mas antes uma posição, um certo ângulo de visão. Posicionar-se entre as moléculas e não nas macroestruturas, verificar a interação entre as duas, retirar estas primeiras para ver as relações de forças existentes sob elas que as compõem. (...) Minorar as relações sociais através de uma tal operação cirúrgica, é retirar de cena os coronéis para verificar o que restou. Neste caso, restaram as relações de forças, compósitas,

atravessadas pelas instituições locais e pelas nacionais – cada uma já impregnada pela outra (Villela, 2004: 27).

Consideramos que nos últimos anos esse foco de análise trouxe contribuições importantes sobre o tema e que serão aqui utilizadas. Porém, essa pesquisa se propõe a dar um outro passo nessa discussão.

Se as pesquisas desse último campo de análise chegaram à conclusão do entrelaçamento entre público e privado, de composições e oposições provisórias, agora nos perguntamos: depois de todos esses anos de conflitos e estudos sobre estes, o que tem sido incorporado por essa estrutura conflitiva de poder local? Indo além do simples mecanismo de cooptação e ruptura, como distintas lógicas nativas reagem a novos elementos que chegam ao local? Elas não se alteram? Ou melhor, quando e como elas se alteram? E o que se mantém como estrutura de longa duração?

CAPÍTULO 3 - FAMÍLIAS EM *QUESTÃO*: ASPECTOS DE UMA ESTRUTURA DE ORDENAMENTO SOCIAL

3.1 - Os conflitos de família como estrutura

Os Maciéis, que formavam, nos sertões entre Quixeramobim e Tamboril, uma família numerosa de homens válidos, ágeis, inteligentes e bravos, vivendo de vaqueirice e pequena criação, vieram, pela lei fatal dos tempos, a fazer parte dos grandes fastos criminais do Ceará, em uma guerra de família. Seus êmulos foram os Araújo, que formavam uma família rica, filiada a outras das mais antigas do norte da província.

Viviam na mesma região, tendo como sede principal a povoação de Boa Viagem, que demora cerca de dez léguas de Quixeramobim.

Foi uma das lutas mais sangrentas dos sertões do Ceará, a que se travou entre estes dois grupos de homens, desiguais na fortuna e posição oficial, ambos embravecidos na prática das violências, e numerosos.

Assim começa o narrador consciencioso breve notícia sobre a genealogia de Antônio Conselheiro.

Os fatos criminosos a que se refere são um episódio apenas entre as razias, quase permanentes, da vida turbulenta dos sertões. Copiam mil outros de que ressaltam, evidentes, a prepotência sem freios dos mandões de aldeia e a exploração pecaminosa por eles exercida sobre a bravura instintiva do sertanejo. Luta de famílias -- é uma variante apenas de tantas outras, que ali surgem, intermináveis, comprometendo as próprias descendências que esposam as desavenças dos avós, criando uma quase predisposição fisiológica e tornando hereditários os rancores e as vinganças. (Euclides da Cunha in *Os sertões*)

“Eu fui ao velório e seu M. disse para mim: mataram meu filhinho, mas eu me desfaço de tudo o que tenho e vingo a morte dele. E se desfez da casa, vendeu propriedades e foi embora de onde ele estava tentando se vingar” (Entrevista de campo, realizada em setembro de 2009). Esse relato de um dos membros da família Araquan, diz respeito a um marco de uma *questão*²⁰ no sertão pernambucano. Trabalharemos nesse capítulo o desenrolar dos acontecimentos.

²⁰ Expliquei os termos *intriga* e *questão* na introdução do trabalho.

Esse assassinato acarretou uma série de vinganças, geridas pelos vários lados que se antagonizavam. Uma seqüência de ações pautadas na violência planejada e ritualizada se desdobrou em dezenas de mortes: era o princípio de mais uma longa e violenta briga de famílias²¹, que durou mais de dez anos e só cessou no ano 2000²², com a assinatura de um acordo de paz assinado em cartório, cuja mediação foi realizada por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)²³.

Centenas de pessoas, acobertadas sob o nome de cinco tradicionais famílias da região, estiveram envolvidas e o conflito se multiplicou em seqüestros nas estradas, assaltos a bancos e carros-fortes em diversos municípios. Na época, a briga chegou a ser chamada pelos requintes de violência de *cangaço moderno*²⁴ e os jornais, o poder público e a população local muito especularam sobre o motivo e o desenrolar de toda aquela violência, se esta poderia estar relacionada ao tráfico de drogas, confronto político, vingança por honra ou mesmo todos eles entrelaçados.

Para se manterem fortes no conflito de famílias no município de Cabrobó, localizado no sertão de Pernambuco, alguns membros dos Gonçalves/Araquans e Cláudio/Russos entraram num ciclo de marginalidade. Fizeram dos assaltos a carros-fortes, caminhões e veículos nas estradas e do tráfico de maconha uma profissão, como forma de obter dinheiro e armas do mais alto calibre para se defender dos inimigos. (...) “O mais interessante desse confronto é que não existe luta pelo domínio da venda de droga ou das áreas de assalto. Cada um atua no seu local e não se mete com os outros. O interesse deles é conseguir armas para brigar entre si” (Jornal do Commercio. *Roubo e tráfico fornecem armas para briga* – Recife, 03 de março de 1997).

O fenômeno pode até parecer um extremo conflituoso, mas não é raridade no sertão nordestino. Pelo contrário, uma abordagem “histórica-cum-etnográfica” dessas questões demonstra que as brigas de e entre famílias e também a mediação realizada em torno delas é uma estrutura de longa duração no meio rural brasileiro (Barreira, 1998; Villela, 2007) ou um pressuposto das relações sociais nessas localidades (Comerford, 2003).

²¹ Para caracterizar ‘Briga de Famílias’, como será aprofundado adiante, utilizaremos o conceito de Ana Cláudia Marques (2002), que compreende indivíduos articulados provisoriamente sob bandeiras de insígnias ou nomes familiares.

²² O termo cessou, não significa o término em definitivo, apenas assinatura de um contrato de paz. Após esse desfêcho não houve, na interpretação local, mais assassinatos relacionados com a *questão*, porém seria precipitado profetizar uma conclusão desse tipo.

²³ O tema será abordado no capítulo seguinte.

²⁴ A dimensão narrativa desses conflitos tem como praxe, como se verá adiante, recriar ícones do passado que serão atrelados a nomes do presente, dando a fama e prestígio a personagens individuais e coletivos. (Marques, 2002).

Como afirma Villela (2007), trata-se de uma tendência pois, segundo o autor, a rigor não é correto falar em padrão, uma vez que as formas sob as quais as *intrigas* brotam são bastante circunstanciais e as variações são também recorrentes nos modos de mediação. Esta tendência, segundo ele, consiste na seguinte sequência de acontecimentos: um indivíduo ou uma coletividade de dimensões e identificação flutuantes, diante da ameaça da *desmoralização*, põe-se diante do seguinte dilema: perder o “respeito”, ao ser encarada por todos os demais como *frouxos*, ou reagir violentamente aos insultos recebidos e construir, individual e coletivamente, a sua *fama*, mas ao mesmo tempo ser punida pelo Estado (Villela, 2007: 126 e 127).

São os chamados, de acordo o ponto de vista local, conflitos de honra. Situações em que a fidelidade à família ou ao grupo social ao qual se pertence deve ser demonstrada de muitas formas. Na mais comum delas, na obrigação de retribuir a violência, quando, por exemplo, ocorre uma “ofensa grave” a um membro do grupo. Tais obrigações de solidariedade podem dar origens a *questões* marcadas por grandes ciclos de vingança.

Somente no último século, citando apenas as brigas de famílias de maior repercussão no sertão nordestino, é possível relembrar da “guerra” de mais de 70 anos entre os *Pereira* e os *Carvalho*, no município de Serra Talhada - PE; as dos *Sampaio* e *Alencar* versus os *Saraiva* em Exu - BA; além dos *Ferraz* contra os *Novaes* no município de Floresta – PE²⁵. Há também, e não poderíamos deixar de mencionar, a briga que envolveu a família de Antônio Conselheiro, entre os Maciéis e os Araújo, retratada por Euclides da Cunha, em *Os Sertões*. Esta, que está descrita no texto de abertura deste capítulo, é apontada pelo autor como uma das razões na mudança de trajetória desse personagem para se tornar o líder messiânico que liderou Canudos.

Portanto, os conflitos relacionados a reputações familiares, e as ações de vingança daí decorrentes, compõem a estrutura pela qual se organizam tais sociedades. Estas ações são naturalizadas com um atributo específico de famílias de prestígio (Barreira 1998: 174). É, geralmente, nessa instituição, caracterizada por um círculo de proximidade social, que, diante de um público comum, se constituem as partes antagônicas de uma *intriga* ou *questão*.

²⁵ Jornal do Commercio, *Clãs disputam poder através de gerações no interior do Estado*. Cidades. Recife, 02 de março de 1997.

Nesse círculo, em que a família é o ponto fundamental e o parentesco é o princípio organizador básico do “mapa social”, agregam-se e irrompem membros de uma mesma família, aliam-se e enfrentam-se vizinhos, compadres, parentes, ou ao menos pessoas “familiarizadas”, cujos atos são de responsabilidade não apenas e estritamente pessoal, mas compartilhada, por imposição social (Comerford 2003: 76).

É nesse contexto de proximidade social dentro das relações comunitárias que a luta surge e a violência se repete como regularidade. Franco (1983), em seu estudo que abrange o período imperial, destaca três aspectos dessa relação: “nos fenômenos que derivam da ‘proximidade espacial’ (vizinhança), nos que caracterizam uma ‘vida em condições comuns’ (cooperação) e naqueles que exprimem o ‘ser comum’ (parentesco)” (Franco, 1983: 25). Segundo ela, essa violência atravessa toda a organização social surgindo nos setores menos regulamentados da vida (como nas relações lúdicas) e projetando-se até a codificação dos valores fundamentais da cultura.

Ali os contendores medem-se e põem em dúvida a capacidade recíproca de se enfrentarem. Num processo de auto-afirmação, os grupos envolvidos se definem como antagonistas e suas ações exteriorizam um padrão em que, ainda segundo a autora, pesa a desproporção entre os motivos imediatos e o seu curso violento (Franco, 1983: 24).

Dessa forma aconteceu no sertão pernambucano com a *questão* abordada anteriormente, como demonstra o relato a seguir, de um membro de uma dessas famílias, sobre o início dessa *questão* e sua proximidade social com seu inimigo.

“Tudo começou por causa do C. que matou meu pai (...). Quando o conheci era gente boa, mas quando se juntou com os Russos não ficou valendo nada. Através do C, com quem tive aproximação, perdi meu pai, irmão e primo. Aí pensamos: vai tudo ficar assim?” (Jornal do Commercio. “*Tanta gente morreu que não me lembro*”, Recife, 05 de agosto de 1997).

Segundo ele, esta proximidade acabou-se quando “alguém conhecido” aliou-se a um grupo inimigo, “sujando” sua reputação. Para o momento da vingança, ele utiliza a primeira pessoa do plural, indicando a decisão ou responsabilidade conjunta.

Como afirma Ana Cláudia Marques (2002), as *questões de famílias* são parte constitutiva da sociedade sertaneja e não simplesmente um elemento desintegrador de uma ordem social, gerada pela solidariedade. Para a autora, os conflitos revelam, no lugar de unidades coesas, feixes de relações que se compõem e descompõem, em um movimento incessante. Segundo ela, “(...) as brigas tanto desagregam quanto congregam, demarcam e apagam fronteiras de grupo. Constituem grupos.” (Marques, 2002: 26).

Como se verá adiante, os conflitos de famílias – executados com planejamento e organização sob o signo dessa instituição –, longe de serem uma exceção ou momento de desordem anômica, são um drama social que, ao agregar e desagregar pessoas e grupos, compõem e disciplinam a organização da sociedade. E, por isso, mesmo após um processo de modernização, perduram, envolvendo variáveis políticas, econômicas e culturais, que se relacionam com dimensões simbólicas da honra e da vergonha em seus sentidos regionais.

3.2 - A genealogia das famílias no sertão pernambucano

Família no sertão pernambucano é um termo polissêmico, podendo ter significados ambíguos, dependendo do contexto em que é utilizado. Geralmente, o termo se refere a: 1) família sobrenome: extensas árvores genealógicas, ou seja, todo o conjunto dos descendentes que carrega o mesmo sobrenome; 2) família linhagem: um segmento dessa cadeia criado dentro de certos limites flexíveis (descendentes de um mesmo casal até uma certa geração, independente de possuir ou não o mesmo sobrenome)²⁶; 3) família nuclear: grupo doméstico, formado por pai, mãe, filhos e, em alguns casos, avós.

Há ainda o chamado parentesco ritual (compadrio, apadrinhamento de batismo, de crisma, e, até poucos anos, de São João), relações que extrapolam os laços de sangue e fazem proliferar o número de pessoas que, em caso de necessidade, podem ser consideradas da família (Villela, 2007:110). Como afirma Emília Godoi (1999), “os

²⁶ A profundidade da linhagem é, geralmente, determinada pela existência de um ancestral comum que desfrute, mesmo que no interior do próprio grupo, de algum prestígio, cuja história pessoal tenha possibilitado transformá-lo num personagem da memória familiar (Villela 2007:111). Classificação bem próxima, como será explicitado adiante, às designações locais utilizadas em Cabrobó para definir as famílias em conflito.

termos de parentesco estão condicionados pelas relações que eles simbolizam” (Godoi, 1999: 76).

Dessa forma, pelas constantes atualizações, alianças e separações que se processam durante as várias gerações, delimitar em qualquer uma dessas noções quem está dentro ou fora do campo familiar não é uma tarefa nada fácil – ainda mais complicada para alguém que está fora do grupo. As várias rupturas ou aproximações, seja nos conflitos ou nos intervalos entre eles, dão a esta instituição um caráter extremamente dinâmico, sempre em transformação.

Como afirma Villela (2004), a genealogia construída pelos genealogistas é apenas o material em que se operam as redes mutantes de pertenças, rupturas, composições e recomposições e sobre a qual se constroem constantes interpretações moldadas pelas circunstâncias. Segundo o autor, dada a filiação indiferenciada, as adesões a determinados grupos familiares permanecem abertas, arrastando com elas as ajudas e os ódios, as solidariedades e inimizades. “Isso porque, no limite do indiferenciado genealógico, todos são, de alguma forma, parentes” (Villela, 2004: 28).

Comerford (2003), em um estudo sobre tema na Zona da Mata mineira, cunha os termos “familiarização e desfamiliarização”, que tomaremos como referência constante:

Mais do que pressupor a família como unidade da análise, as famílias são vistas como se fazendo e refazendo permanentemente umas diante das outras, em público – um público formado por famílias. Parece mais adequado portanto falar em termos de análise, em processos de familiarização e desfamiliarização do que, propriamente em famílias como unidades empiricamente delimitadas (Comerford, 2003: 183).

Dessa forma, abordaremos o tema “família” tomando-o em sua operacionalidade. Ao invés de assumi-lo como unidade empírica em seus contornos definidos, ou mesmo da busca de definições absolutas ou de sua função, trata-se de observar seu funcionamento em um contexto, nas suas várias atribuições sociais. Como afirma Villela (2004), a família sertaneja não é monolítica. A solidariedade familiar, ou parental, não é automática nem mecânica. Estas são sistemas abertos de circulação de solidariedade, alianças e rupturas (Villela, 2004: 28).

Sua atualização depende de uma série de fatores não antecipáveis e freqüentemente imprevisíveis. Assim, por exemplo, os casamentos podem garantir laços de afinidade que interferem na leitura de uma árvore genealógica unificada, enquanto uma divisão de herança pode representar seu desmembramento, de modo que esta passa a ser operacionalizada pelos grupos sociais de modo segmentado.

O relato abaixo, de um membro de uma das famílias na *questão* abordada, assegura a proximidade das várias partes envolvidas, mas evidencia como as composições são provisórias:

Na realidade essas famílias eram todas unidas, eram todos amigos, viviam juntos, conviviam pacificamente em todos os sentidos. Na realidade, se você olhar bem, era tudo uma família só, o parentesco é com todos. Para você ver, tinha Araquan casado com Gonçalves, Gonçalves casado com Russo, Russo casado com Benvindo. E quando o conflito aperta, as vezes tem que romper com primo, com a família da esposa. Aqui era assim, tanto que eu perdi muitos amigos dos dois lados, nós perdemos muitos amigos que conviviam juntos e foram se matando por uma besteira (Membro de uma das famílias. Entrevista, pesquisa de campo, realizada em setembro de 2009).

Esse tipo de abordagem nos oferece a compreensão dessas instituições como agregadora e desagregadora de indivíduos, com fronteiras que se marcam e apagam, em que a genealogia imputada aos indivíduos é um meio de preservar a memória coletiva e de construir um mapa sócio-moral da comunidade. Nesse âmbito, cada indivíduo é pressionado a optar por uma ou mais filiações - “como romper com a família da esposa ou um primo” -. Assim, as genealogias tanto dão quanto se nutrem dos princípios de união e divisão (Marques 2007: 20).

3.3 - A composição dos grupos em *questão* em Cabrobó

A noção de briga de família no sertão do São Francisco, região com a qual trabalharemos aqui, compreende conflitos protagonizados por sujeitos articulados sob bandeiras de nomes de famílias, que podem estar ou não ligados por consangüinidade e cujos propósitos, atualizados ou cogitáveis, são retaliatórios (Marques, 2002).

DaMatta (1990) nos lembra que em sistemas hierarquizados e holísticos, como são as instituições familiares, o nome tem por função classificar e demarcar uma posição social na hierarquia, de modo que a degradação da posição é igual a “manchar”, “macular”, “sujar” e “ofender” o nome. Dessa forma, este se encontra preso a certas posições no sistema, de modo que pronunciá-lo sem o necessário respeito equivale a atacar a posição que o grupo de parentesco ocupa na hierarquia local. Por exemplo, o nome de algum familiar de “prestígio” é igual ao próprio familiar. Assim, o desrespeito ao nome é idêntico à degradação do papel social, exigindo uma satisfação (DaMatta, 1990: 161).

Em situação como uma briga as designações devem ser bem demarcadas, podendo exigir a adoção de um “nome de guerra”, permitindo uma individualização e marcando a mudança na situação social. No sertão do São Francisco, como me relataram alguns entrevistados, os nomes das famílias nessas ocasiões geralmente se ligam a alguma liderança, chamada localmente de “cabeça da família”.

A insígnia remete a alguém que comanda a articulação dos planos de defesa e retaliação, segundo me foi dito, “é o ‘cabeça’ quem pensa as estratégias familiares”. Este pode ou não estar envolvido diretamente nos assassinatos, mas é mais comum que não esteja. Em algumas entrevistas eles foram diferenciados dos que brigam, evidenciando uma divisão não-estranque dos trabalhos dentro dos grupos, durante as *questões*. Dessa forma, alguns se ocupam de executar as vinganças (geralmente, os mais jovens), outros planejam as estratégias familiares e as relações diplomáticas com “cabeças” de outras famílias (alguém mais velho, com experiência e prestígio dentro do grupo), existe também os que se ocupam dos arranjos logísticos e há ainda aqueles que se ocupam da boa manutenção das redes de informação, sobre fatos e intenções dos aliados e inimigos, da opinião pública (mulheres e pessoas menos envolvidas, podem se ocupar desta função) (Marques, 2002: 308).

Esta divisão de trabalho conduz, eminentemente, para uma coordenação de esforços dentro da família, porém é complicado deduzir daí uma hierarquização estável ou medir até que ponto o “cabeça” possui o comando dentro da sua instituição. Uma vez que esta titulação de liderança não é algo instituído formalmente, sendo também objeto de tensão e disputa, geralmente velada para o olhar de fora da instituição. Às vezes é possível que se identifique mais de um “cabeça” em uma família; nesse caso, havendo

divergência entre eles, esta pode resultar em novas atualizações dentro do grupo, em um processo de desfamiliarização.

São os “cabeças”, através do prestígio adquirido, os responsáveis pelo processo de familiarização, quer dizer, agregação de novas pessoas ao grupo. Às suas insígnias se juntam solidariamente uma série de personagens, aos quais podem estar ou não ligados por consangüinidade e que são atualizáveis de acordo com as alianças e rompimentos nos diversos momentos vivenciados. Em contrapartida, eles são alvo preferencial das outras famílias, numa estratégia de desarticular as ações do grupo opositor. Como afirma Marques (2002), seu prestígio e influência política nas localidades permitem interferir nos desdobramentos na justiça e na polícia e, portanto, nos cálculos dos oponentes (Marques, 2002).

Na *questão* aqui estudada, por exemplo, os *Russos*, como é chamada uma das famílias envolvidas nos conflitos, carregam uma designação que não é um sobrenome, apenas o apelido de um “cabeça” dessa família. Este, na verdade, tinha como sobrenome *Simões de Medeiros* e, segundo conta sua família, ganhou a alcunha devido à pele e aos cabelos claros. Ele foi assassinado em 1997, porém a insígnia continuou sendo adotada, inclusive por um dos filhos em sua campanha para vereador no município em 2008. A família, no entanto, assina *Simões, Almeida* ou *Medeiros*.

Os *Benvindos*, outra das famílias envolvidas, assinam os sobrenomes *Santana, Maximiniano* e *Mulungu*, mas ficaram conhecidos também pelo nome de um de seus “cabeças” que era chamado dessa forma. O codinome perpassou para outras lideranças, uma delas ganhou bastante fama devido a sua atuação na *questão* citada, quando seu nome foi por meses repercutido na mídia local e nacional, sendo ainda hoje comentado nas ruas e considerado por alguns também como um “cabeça”.

Os *Cláudios* são outra família que ganharam a denominação de uma liderança da família, que tinha essa designação como primeiro nome, e que também foi morto nos confrontos. Um dos sobrenomes dessa família é *Gonçalves*, mesmo sobrenome de seus inimigos, os *Araquans*, que também assinam *Gonçalves*. Para fazer a diferenciação surgiram outros signos, dessa vez fazendo referência à cor da pele²⁷: *Gonçalves Pretos* e *Gonçalves Brancos*. Estes últimos também carregam o sobrenome *Araquan*, porém

²⁷ Barreira (2007: 195) descreve um caso muito semelhante de divisão familiar pela cor da pele, no interior do Ceará.

assinam ainda *Gonçalves, Gomes, Sá*. E são conhecidos no local, como se verá adiante, como uma família unificada ou duas famílias aliadas.

Se cada um dos lados de uma *questão* constitui uma totalidade, como afirma Marques (2002), “trata-se de uma totalidade desprovida de unidade, que não ultrapassa a soma das partes, não *sui generes* nesse sentido” (Marques, 2002: 308). A atomização de uma *questão* está explícita na dificuldade de se designar os antagonistas com um único nome.

3.4 - O início e as fronteiras de uma questão

É difícil delimitar o início e o fim de uma grande *questão*, pois, como se diz no sertão, a *intriga* é coisa que não tem fim. E se esta é algo que não acaba, não é também fácil delimitar como, quando e, às vezes, porque começa (Villela, 2007: 116). Nesse campo, a produção de verdade parece um tanto quanto maleável e em disputa, como, por exemplo, apontam as diferentes motivações locais que constam nos jornais ou no relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (2001) que mediu a *questão*:

Uma briga entre famílias está transformando o município de Cabrobó (...). Em três anos oficialmente, 13 pessoas foram assassinadas, sem nunca ter descoberto o motivo. Em números extra-oficiais as vítimas chegam a 56. Mata-se pelo simples orgulho de não levar desaforo para casa (Jornal do Commercio. *Mortes fazem Cabrobó virar cidade sem lei*. Cidades, Recife, 02 de março de 1997).

Os Benvindos acusaram os Gonçalves de provocá-los jogando cerveja na cabeça de um ancião da família. O resultado não podia ser outro – uma onda de crimes (Jornal do Commercio. *Clãs disputam o poder através de gerações no interior do Estado*. Cidades, Recife, 24 de março de 1997).

Durante muitos anos a cidade de Belém do São Francisco se viu amedrontada pela guerra entre ‘Gonçalves’ e ‘Benvindos’, cuja motivação é possível que nem eles saibam; a matança só diminuiu quando os ‘Gonçalves’ se retiraram para o município de Cabrobó, em meados de 1992. Trata-se da disputa entre clãs mais sangrenta do Estado de Pernambuco; com requintes de crueldade, onde nem as mulheres, crianças e idosos são poupados (PERNAMBUCO,

Durante a pesquisa de campo, a versão predominante que ouvimos nas disputas das narrativas locais, diz que tudo começou no ano de 1987, em um bar no município de Belém de São Francisco - PE, onde dois jovens das famílias *Benvindo* e *Gonçalves*, alterados por algumas doses de cachaça, iniciaram uma discussão que se findou com a morte de um deles. O assassinato acarretou uma vingança, aliás, uma série delas que se estenderam para outros municípios.

Após anos de conflito, dezenas de assassinatos e uma tentativa frustrada de um acordo de paz, os *Gonçalves* foram expulsos de Belém do São Francisco, se juntando, no ano de 1992, em Cabrobó –PE, aos *Gomes de Sá* que eram também, como relataram alguns envolvidos na briga, parte desta família. Nesse momento, em certa perspectiva local, houve uma atualização de dois troncos de parentesco que, ao se juntarem, se *familiarizaram* formando uma família que vai ser comumente vista durante o conflito como unificada, os *Araquan*.

Passados mais alguns anos, este último grupo já unificado, vivendo em Cabrobó-PE, entra em conflito com duas famílias do município, os *Russos* e os *Cláudio*, que fizeram aliança entre si e, posteriormente, também com os *Benvindo*. Esse processo foi interpretado localmente apenas como uma união estratégica e não como um processo de *familiarização*. O quadro, publicado na época por um jornal estadual, mostra claramente essa versão das composições (Figura 1).

Inicia-se em Cabrobó uma nova *questão* ou prolonga-se a já existente, nascida em Belém do São Francisco? Em outras palavras, será uma *questão* alargada ou são várias delas que se cruzam? A resposta à pergunta é sempre uma disputa de interpretação local que depende do ponto de vista adotado e, principalmente, dos interesses em jogo. O que mantém a coesão de uma *questão*, evitando que os episódios de vingança sejam tomados enquanto fatos independentes, são as relações entre seus intervenientes, - que pode ser de inúmeros tipos (amizade, parentesco, compadrio, patronagem) - e as interpretações em cima delas.

Dessa forma, a delimitação das fronteiras dessas *questões* é sempre maleável, enquanto alguns a unificam, outros segregam. A dificuldade de se anotar o início de uma *questão* se interpõe com as dificuldades de se delimitar as fronteiras entre as várias *questões*, como mostram os exemplos:

Isso começou de uma coisa simples, em uma briga de bar. Duas pessoas se desentenderam e começou por causa daquela rixa ali. Muita gente pensa que foi por terra, por plantio de maconha e não foi. A briga que estou falando é só Cabrobó, Belém do São Francisco é outra rixa. Houve o conflito em Belém entre os Araquan e os Benvindos, nada a ver com o conflito aqui, isso foi na década de 80. E briga lá começou por besteira também (Membro de uma das famílias. Entrevista, pesquisa de campo, realizada em setembro de 2009).

O terror que atualmente impera em Cabrobó teve origem dez anos atrás, em Belém do São Francisco, famílias de agricultores naturais da cidade, promoveram a matança de cerca de 40 pessoas, metade de cada lado, de 87 a 92. A briga, assim como de Araquans e Cláudios começou por motivo fútil, uma discussão em uma festa (Jornal do Commercio. Recife, 03 de março de 1997).

Briga entre as famílias Gonçalves e Benvindo envolveu outro clã com ramificações em outro Estado. Integrantes da família Bento, oriundos dos municípios de Juazeiro (BA) e Cabrobó (PE) acabaram envolvidos no conflito (Diário de Pernambuco. *Briga no Sertão envolve mais um clã*. Recife, 06 de outubro de 1999)

Demonstra-se com as várias versões a dificuldade de se delimitar os limites das *questões* familiares. A construção de alianças e rompimentos, processos de composição e decomposição, que chamamos aqui de familiarização e desfamiliarização, são um pressuposto das relações cotidianas, dentro e entre as famílias (Comerford, 2003), portanto, um elemento de organização simbólico e também, como se verá a seguir, espacial dessa sociedade.



Figura 3: Jornal do Commercio. Cidades, Recife, 2 de março de 1997.

3.5 – Territórios, parentesco, simetria e outras condições para entrar em uma grande *questão*

A região onde aconteceu a *questão*²⁸ aqui estudada, localizada no sertão pernambucano, pertence a uma área conhecida nacionalmente como *polígono da maconha*. A designação não é nativa e nem bem é aceita pelos moradores do local, o que inclui as famílias envolvidas que rechaçam o termo, uma vez que o tráfico de maconha não é algo bem visto. Segundo dizem, a designação traz prejuízos econômicos e também da ordem da reputação moral aos moradores da região.

²⁸ Ou as questões, dependendo das interpretações. Optamos pela forma singular.

É certo que todas essas famílias envolvidas na *questão* viviam principalmente da agricultura e eram proprietárias de terras em determinados territórios da região, onde residia uma parcela significativa de seus parentes. As condições de (re)produção familiar nesse local estavam próximas ao que Comerford (2003) denomina de “territórios de parentesco”, local em que certas famílias se vinculam no mapeamento social e que pode apresentar uma posição fundamental na apresentação pública da família.

A família com seu nome associado ao lugar aparece com uma densidade (numérica, expressiva ou simbólica) que a faz notável, ela se dá a ver e fornece matéria prima para narrativas, dá a conhecer a sua luta cotidiana (com sua cota de sofrimento), a exemplaridade dos chefes das famílias nucleares que compõem, a *ajuda* que pode dar aos seus e aos outros, a capacidade de fazer respeitar as divisas das terras e de casa (ou expandi-las), a capacidade de controlar adequadamente os seus tempos, a habilidade de cada membro de responder corajosamente ou habilmente a *provocações*, de aproveitar as oportunidades em proveito da família, de impor suas versões dos enfrentamentos e de seus desfechos, tudo diante da observação atenta e do julgamento dos vizinhos, parentes, compadres, e de todos os que ficarem sabendo do que aí se passa, por ouvir falar. (Comerford, 2003: 63).

Essas condições, como afirma o autor, são imprescindíveis para se exercer a política e a poética de reputações e do respeito, pois, é através desses territórios que uma família pode tornar-se respeitável e forte, ou seja, adquire a “respeitabilidade” no mapeamento social como prática semiótica e discursiva:

a familiaridade da família e daqueles que são “como família” está sempre sendo posta a prova, e essas provas passam pela interpretação mútua dos atos e relatos. A relação desses atos e relatos como o território é uma das chaves importantes na interpretação fazendo dos territórios de parentesco um fenômeno da ordem do discurso, da retórica e da hermenêutica nativa, mais do que da ordem topográfica, jurídica ou econômica (Comerford, 2003: 41).

Além disso, estas famílias, que eram grandes produtoras de culturas agrícolas (principalmente, arroz e cebola), ocupavam espaços vizinhos, como demonstra o mapa também retirado de um jornal da região (Figura 2).

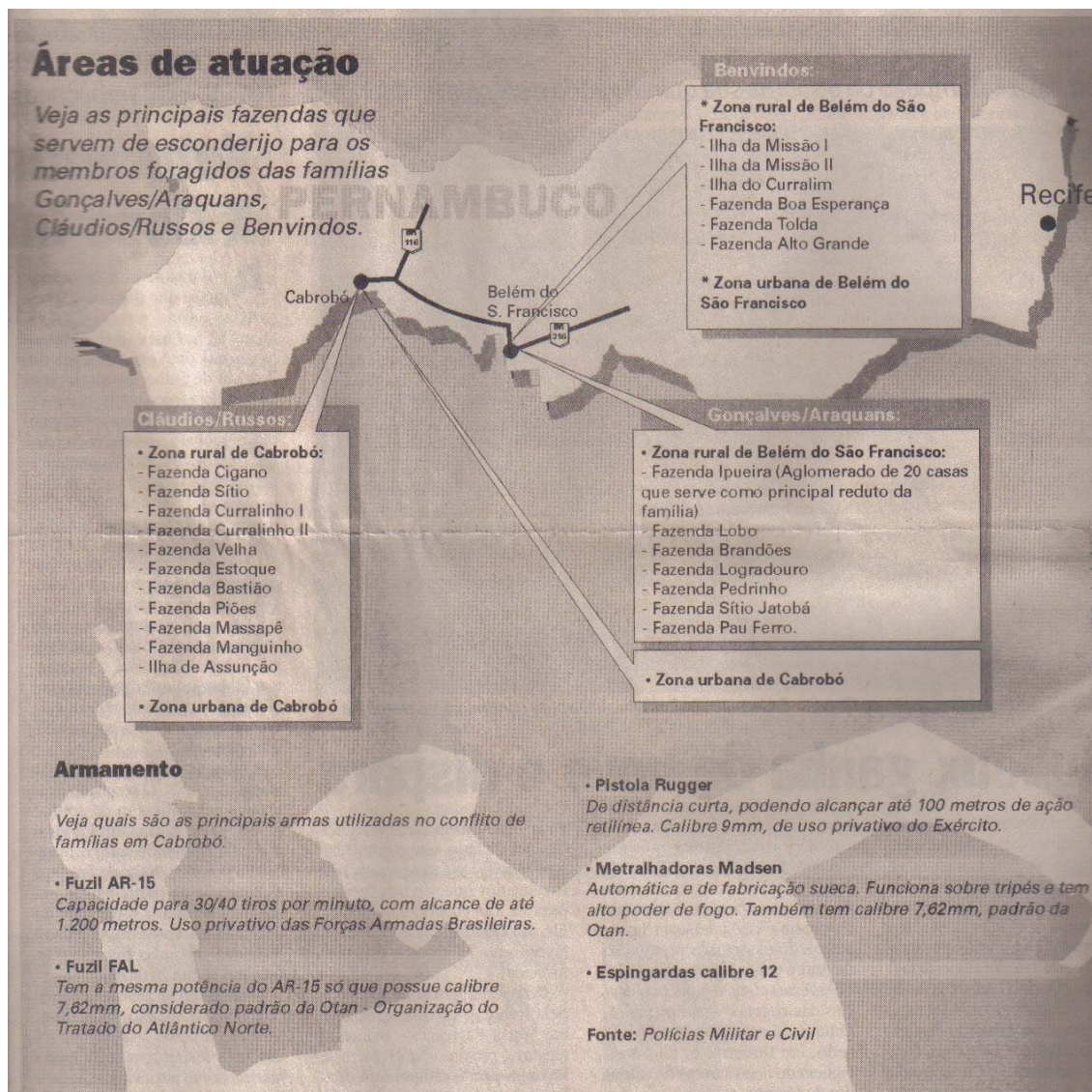


Figura 4: Jornal do Commercio. Cidades, Recife, 3 de março de 1997.

Eram também numerosas, em duas delas os “cabeças” possuíam no núcleo familiar com mais de 20 filhos, além da proximidade com primos, tios, genros,

cunhados e outros braços capazes, por relação de hierarquia e afinidade²⁹, de serem acionados em momento de disputa³⁰.

Dessa forma, a propriedade da terra, a grande produção agrícola e o número elevado de homens capazes de prestar solidariedade em caso de “necessidade” davam à famílias prestígio e respeitabilidade na região. Com todas essas condições, existia ali certo equilíbrio de condições de confronto entre as partes, uma vez que em todas elas havia a possibilidade de dar uma resposta “à altura” a uma suposta “provocação”, condição de simetria essencial para o desenrolar de uma *questão*.

Segundo Marques (2002), uma das condições para que o conflito se efetive e perdure enquanto *questão* é a equivalência social e moral dos antagonistas. Segundo a autora, as *intrigas* e as *questões* são meios de estabelecer distinção entre parceiros tendencialmente iguais. A tensão entre cumplicidade e antagonismo, normalmente implicada na relação entre próximos - como foi explicitado -, é a ambiência na qual as ações de vingança nas "brigas de família" surgem.

Nesse sentido, com condições materiais e simbólicas semelhantes, as famílias se opuseram e se enfrentaram porque eram iguais em sua pretensão de se fazer respeitar mas demandavam ser diferentes, e isso as colocava como adversárias “legítimas”. Dessa forma, “os antagonistas são sempre, de ambos os lados, pessoas que demandam *respeito* a si, a seu nome e a sua família” (Comerford, 2003: 78).

3.6 - Igualdade e hierarquia nas sociedades sertanejas

Existe, como no caso acima, uma equação entre a igualdade e violência que foi objeto de estudo de alguns autores e merece ser discutida aqui. Focando sua atenção em um grupo de homens livres no período colonial, em igualdade de posição social, responsáveis pela produção direta dos meios de subsistência, Franco (1983) fala da institucionalização da violência como um padrão de comportamento nas sociedades agrárias.

²⁹ Temos aqui uma proximidade com o conceito de *cordialidade* de Sérgio Buarque, explicado no capítulo anterior.

³⁰ Capazes de serem acionados em momento de disputa, mas também de se decompor e provocar novas disputas, como foi exemplificado no tópico anterior.

Historicamente o estabelecimento de núcleos de povoação se fez na base de famílias independentes, de sítiantes, proprietários ou posseiros, mas todos com acesso à terra e em igualdade de posição de social. As atividades de subsistência organizaram-se como uma economia fechada, no plano dos bairros, bastante isolados dos centros de população maiores e mais densos. As funções econômicas desempenhadas por cada família eram do mesmo tipo e a rede de relações supletivas que as ligavam importava unicamente em um contraponto de serviços semelhantes e não numa interdependência de atividades diversificadas. (Franco, 1983: 31).

Segundo a autora, a falta de uma discriminação de autoridade e ausência de hierarquia não são funções propícias à constituição de mecanismos disciplinadores. Favorecida pela falta de uma divisão social do trabalho, juntamente com a existência de vínculos frágeis, típicas de uma sociedade de grande mobilidade, a indiferenciação social serviu como um dos mecanismos responsáveis pela violência, que aparece nessa sociedade como uma forma rotinizada de ajustamento nas relações de vizinhança.

Outro a abordar essa violência entre personagens “iguais” na estrutura social, foi César Barreira (1998), em *Crimes por Encomenda*. O autor realiza um estudo sobre a relações de poder na sociedade sertaneja, onde surge a figura do pistoleiro. Dentro de uma rede de relações hierárquicas e de mecanismos de lealdade, esta figura surge como um mediador, carregado de atributos de compensação e diferenciação social, pronto a desencadear a violência especialmente naqueles que ocupam a mesma posição na estrutura.

O pistoleiro e o mandante aparecem, então, perfeitamente engendrados no sistema de pistolagem: um tem poder e dinheiro, e o outro coragem e valentia. Na relação de troca, os ‘dons’ desiguais possibilitam um equilíbrio social, neutralizando possíveis agressões físicas no interior do sistema de pistolagem. As agressões físicas terminam ocorrendo entre dois iguais ou semelhantes: pistoleiro eliminando pistoleiro (Barreira, 1998: 153).

Já DaMatta (1990), partindo das instituições e do institucionalizado nas representações nacionais, buscou compreender como o capitalismo se realiza diante dos

valores e práticas culturais no país. Para ele, em situação de igualdade a violência ocorre porque ela denuncia uma necessidade de hierarquização que está na estrutura social do país. O autor enxerga aqui traços de uma sociedade que ele chama de semitradicional, em que sistemas de caráter universal são permeados por sistemas de relações pessoais, ou seja, uma sociedade de leis universalizadas e que se veste com uma moldura igualitária, mas que tem um forte esqueleto hierárquico, carregando um viés aristocrático que forma e guia as relações pessoais.

O autor fala da existência no país de uma estrutura social extremamente preocupada em demarcar as hierarquias e, por isso, avessa ao conflito. Aversão que obviamente não o elimina, uma vez que como foi relatado ao longo do capítulo, este aparece como elemento estruturador e ordenador das relações sociais. Mas, como afirma DaMatta (1990), entre a existência do conflito e seu reconhecimento existe um distanciamento.

Dessa forma, segundo ele, o conflito é visto aqui não como um problema a ser resolvido, mas como uma fraqueza, uma revolta que precisa ser reprimida.

Há formações sociais que logo buscam enfrentar as crises, tomando-as como parte intrínseca de sua vida política e social, enquanto que, em outras ordens sociais, a crise e o conflito são inadmissíveis. Numa sociedade a crise indica algo a ser corrigido; noutra ela representa o fim de uma era, sendo sinal de catástrofe. Tudo indica que, no Brasil, concebemos os conflitos como presságios do fim do mundo, e como fraquezas – o que torna difícil admiti-los como parte da nossa história, sobretudo nas versões oficiais e necessariamente solidárias (DaMatta, 1990: 148).

Numa sociedade, como a nossa, que se move obedecendo às engrenagens de uma hierarquia “naturalizada”, os conflitos tendem a ser tomados como irregularidades, uma vez que esta deve se movimentar em termos de uma harmonia absoluta. É, portanto, nesse sistema onde o conflito aberto é evitado que encontramos, dentro das relações, a idéia de *consideração* como um valor fundamental (DaMatta, 1990: 149).

Por aqui, ainda segundo ele, as relações pessoais mostram-se como fatores estruturais do sistema e a noção moderna de indivíduo foi super imposta a este. Revela-

se aí uma complexa convivência de um forte sistema de relações pessoais, embaraçado a um sistema legal, universalmente estabelecido e racional. “Aqui temos a prova de que o sistema legal (importado e aplicado com toda força) pode ser sistematicamente deformado pela moralidade pessoal, de modo que sua aplicação não se faz num vazio, mas num verdadeiro cadinho de valores e ideologias” (DaMatta, 1990: 203).

E nessa sociedade onde convivem o pessoal e o universal, o vertical e o horizontal, todos jogam com inúmeras possibilidades classificatórias (bons e maus chefes de família, autoritários ou flexíveis, competentes ou incompetentes, fortes ou fracos), estabelecem-se padrões de compensação e diferenciação em bases que operam por cima do eixo econômico. Segundo o autor, por um lado, existem nesse sistema possibilidades para a hierarquização contínua e múltipla de todas as posições, compensando as diferenciações sociais radicais e conflituosas (como a de patrão e empregado, por exemplo). Por outro, em sentido inverso, existe a busca por uma diferenciação contínua e sistemática dos iguais, como acontece com os grupos estudados. Em outras palavras, ao lado da perspectiva compensatória que busca a igualdade, temos a atitude hierarquizante, que diferencia os iguais.

Nessa estrutura, situações de extrema igualdade, como a *questão* demonstrada no tópico anterior, aparecem como insuportável, engendrando momentos de conflito, com a briga de honra funcionando como um mecanismo capaz de estabelecer, senão uma hierarquia, pelo menos uma gradação na situação. Os conflitos familiares funcionam então como mecanismo de diferenciação moral em uma situação de intolerável equidade.

Se essas famílias vivem em sociedades de leis universalizadas, elas não deixam de fazer parte de uma formação social cujos centros difusores e dominantes são hierarquizados. Como afirma DaMatta (1990), os valores dessas coletividades são no mínimo duplos: voltados para uma igualdade vista como um ideal e que em situação social concreta, pode ser atualizada para algumas esferas da vida; de outro lado, há valores hierarquizados que se sustentam por meio das relações pessoais, em que a esfera moral se faz intensa.

Deste modo, ainda segundo o autor, a violência se constitui como um recurso quando é impossível fazer gradações por outros meio ou quando a moralidade é

rompida ou ofendida (o que por si só já estabeleceu uma gradação). “A violência no mundo brasileiro é mais um instrumento utilizado quando os outros meios de hierarquizar uma dada situação falham irremediavelmente” (DaMatta, 1990: 174).

3.7 - O tempo e o lugar dos conflitos

As vinganças no sertão do Pajeú (...) são capazes de comover todo o conjunto social e de preencher a integralidade das atenções e do cotidiano do lugar, alcançando uma temporalidade própria: *o tempo das brigas* ou *o tempo das questões* (Villela, 2007: 115).

Outras regularidades dessas *questões* são sua temporalidade e seu espaço uma vez que essas disputas desdobram-se sempre em momentos e lugares demarcados. Palmeira (1996) explorou essas dimensões do tempo no interior de Pernambuco. Dimensões essas que, segundo ele, indicam uma maneira da população “recortar/representar a estrutura social”.

De acordo com o autor, essas definições visam menos estabelecer um desenho qualquer de temporalidade e mais descrever ou postular um conjunto de atividades adequadas e um ritmo próprio da população em um determinado momento. “Trata-se de criar um tempo para o desempenho de atividades consideradas importantes pela sociedade” (Palmeira, 2002: 173). Dessa forma, a ordem social é percebida não como tempo mecânico, mas em termo de adequação de comportamentos a determinadas finalidades.

São recortes sociais do tempo marcados por sua capacidade de dominar outras atividades socialmente reconhecidas, como por exemplo, o “tempo das festas e da política” e sua capacidade de sobrepujar outros acontecimentos; “fazer com que tudo vire política ou festa, de converter as demais atividades à atividade definidora do tempo, é uma das características diferenciais dos *tempos* no sentido restrito” (Palmeira 2002: 175-176).

Comerford (2003) evidencia uma “dinâmica agonística” em determinados tempos e lugares em que as tensões se reforçam e são colocadas a prova, certos períodos em que as atividades públicas (que não são necessariamente as mesmas do calendário institucional) se intensificam e com isso intensificam também a “publicização” do respeito.

Dessa forma, como demonstra o autor, a “sociabilidade agonística” não se organiza de maneira aleatória, em uma “conflitividade generalizada”. As ocasiões públicas como eleições, festas, jogos de futebol, bares e forrós são ocasiões em que os antagonismos se constroem e se regulam. “As reuniões públicas constituem assim modalidades de exercício de controle e ordenamento dos antagonismos (mais do que a ‘resolução’ deles)” (Comerford, 2003: 112). Ciclos de reunião e separação, de formalidade e intimidade, formas mais e menos ritualizadas de enfrentamento e entendimento marcam o calendário dos pequenos municípios³¹.

Ainda segundo o autor, ao estabelecer momentos, locais e formas específicas de construção pública dos antagonismos, com o respeito às regras dos jogos e à etiqueta dos encontros, ou, em sentido contrário, ao estabelecer o contraponto a todos os antagonismos, através das regras da hierarquização, como, por exemplo, em uma celebração religiosa, essa sociedade “domestica” seus antagonismos e valoriza o autocontrole.

Como afirma Palmeira (1996 e 2002), o “tempo da política” é o tempo de adesões, em que são possíveis os rearranjos – ou em que são formalizados os rearranjos de compromissos realizados entre as duas eleições - e, por isso, “adequado para explicitação de certos conflitos que em outros tempos seriam profundamente desagregadores” (Palmeira 2002: 173). Segundo ele, esse tempo “permitirá mudanças de fronteiras capazes de readequar a sociedade à imagem que faz de si própria”.

³¹ “Essas tensões e conflitos ganham ordenamento e sistematicidade em formas específicas de sociabilidade agonística, que demarcam o cotidiano, os eventos especiais, os locais e momentos de agrupamento e disputa pública, bem como o vocabulário que será usado para interpretá-las. Essas formas são sempre modalidades específicas de publicização das tensões, que se produzem e reproduzem nessa publicização. É nessas tensões publicamente expressas que as unidades antagônicas vão se fazendo” (Comerford, 2003: 131).

O tempo da política não envolve apenas candidatos e eleitores, mas toda a população, cujo cotidiano é subvertido. Nesse período de conflito autorizado, as facções políticas em que se dividem as municipalidades – ao longo do ano, mais uma referência para a ‘navegação social’ das pessoas do que grupos substantivos – se explicitam plenamente. A sociedade exhibe suas divisões. Não é casual que se trate de um período marcado por rituais e interdições. Nele, mais do que a escolha de representantes ou governantes, parece estar em jogo um rearranjo de posições sociais (Palmeira, 2002: 172).

Nele acontecem modalidades de eventos não cotidianos em que diferentes tipos de lealdade são solicitados e que colocam a existência da amizade, do respeito à prova, por modalidade de intimidade forçada e tensão multiplicada, e em paralelo o buscam controlar com regras através das quais esses mesmos antagonismos podem ser expressos. Ocasões regulamentadas em que, por exemplo, a violência não é legitimamente aceita (Barreira, 2007).

Já, em sentido contrário, aquelas ocasiões fora desses espaços – as atividades cotidianas, entre e dentro da família ou vizinhança -, por sua vez não são passíveis de ordenamento, pois a intimidade é forçada a todo tempo e as *intrigas* se acumulam fora dessas regras. Se nas primeiras atividades as *intrigas e questões* estão geralmente regulamentadas, são nestas últimas que estouram as brigas, são “o tempo das questões ou tempo das brigas” (Villela, 2007).

Nesse espaço de intimidade forçada, constroem-se os períodos e lugares de latência e ação. Como afirma Marques (2002), entre o fato que motiva um revide e a efetiva realização deste, quer dizer, entre o surgimento de uma *intriga* e a sua efetivação enquanto *questão*, estende-se um intervalo durante o qual se estabelece um modo de relação em que as disputas se fazem tão agudas quanto latentes e surdas (Marques 2002: 55). Nesses intervalos, segundo ela, as tensões nunca estão ausentes, mas sempre em reprodução. É o caráter moral das motivações, que será mediado de acordo com a opinião pública, em uma espécie de jogo de fama e reputação em que se combinarão “expectativa do público” versus “desempenho dos atores envolvidos”.

Dessa forma, estas *questões* perpassam não somente os momentos de briga, mas também seus intervalos, o espaço e o lugar que vão dar impulso a esses atos extremos. Os anos de “trégua” entre as famílias – como o período em que foi realizado o trabalho de

campo – fomentação, especialmente nos espaços de publicização das tensões, uma série de elementos que estruturará as relações sociais até o embate, que acontecerá, com mais frequência, nas ocasiões informais de vizinhança, onde a ‘guerra’ será, ao mesmo tempo, congregadora e desagregadora de novo grupos.

3.8 - A violência dentro e fora do circuito da reciprocidade

E as confusões começaram como? um veio discutiu e brigou, aí veio outro, se juntou e matou o pai de umas das famílias que brigavam. Aí quando matou, os filhos automaticamente entraram. Qualquer um, se matassem meu pai eu ia querer a vingança e foi o que aconteceu. Aí eles foram tentar vingar a morte e mataram outras pessoas de outras famílias, aí mataram o irmão de outra pessoa, aí começou a confusão assim, um querendo vingar a morte do outro e essa confusão perdurou por causa disso (Membro de uma das famílias. Entrevista, pesquisa de campo, realizada em setembro de 2009).

Apesar da *questão* aqui abordada acontecer nas imediações do município, os moradores de Cabrobó consideram, mesmo durante os anos de conflito, a cidade como um lugar “tranquilo de se viver”. Certo dia, um jovem nativo do município, pertencente a uma das famílias, me disse que muitos ali possuíam armas, mas ali não era um lugar violento, uma vez que as armas não eram utilizadas contra quem “não se metia em briga”.

O nosso município é taxado como violento, mas na realidade ele nunca foi. Isso eu digo para você com muita consciência. Quem vem de fora podia dormir na rua, com o carro aberto. Agora as pessoas que eram envolvidas na briga é com quem tinha violência. Mas você chegando de fora ia perceber que é uma cidade pacata que recebe muito bem (Membro de uma das famílias. Entrevista, pesquisa de campo, realizada em setembro de 2009)

Segundo ele, violentas são as cidades Rio de Janeiro e São Paulo, das quais ele têm notícias nos telejornais. Locais de muitos “assaltos”, “latrocínios” e “balas perdidas”.

Derivada de motivações diversas aos conflitos locais de reputação a violência aparece, na lógica local, como descontrolada e inconcebível. Já no município, ela é controlada, “é só não mexer com quem está quieto, que não há violência”, ele completou a frase, indicando implicitamente as condições de ordem moral em que pode se recorrer a ela, quer dizer, como forma de contraprestação moral, ou seja, como vingança, como forma reativa.

Roberto DaMatta (1990) entende esta última como uma categoria reificada de comportamento em estruturas hierárquicas, por isso, considerada uma forma justa de reciprocidade política e social. Analisando-a como instituição social, o autor destaca o circuito de reciprocidade como linha mestra de um tecido social, em que a vingança é realizada como uma contraprestação moral (DaMatta, 1990: 265).

Desta forma, como sugere o próprio autor, pode-se vislumbrar nesses ciclos uma espécie da dádiva Maussiana, fundamentada na lógica do dar-receber-retribuir. Raciocínio compartilhado com Godbout (1999), ao analisar a presença desta instituição nas sociedades contemporâneas. Este autor considera a vingança como um tipo de “dádiva maldita”, ainda presente nas sociedades atuais, com uma lógica própria de funcionamento:

No âmago da dádiva ritual, como na feitiçaria, na vingança, na aliança e também, provavelmente, na guerra e no sacrifício, reina implicitamente uma guerra no fundo estranha, que estabelece que só é possível dar, jogar, cada um por sua vez. Um lance cada um, um quebranto, uma morte ou uma mulher cada um (...). Se um membro de um clã matou um membro de outro clã, não pode haver outra iniciativa, a vingança terá de ser aguardada. Somente depois de haver sofrido a dor de uma morte é que será possível, por sua vez, vingar-se, e assim por diante até o infinito (Godbout, 1999: 159).

Seguindo essa perspectiva, DaMatta (1990) destaca a existência de um *ethos* que estrutura a convivência dos indivíduos, no qual a motivação de executar uma vingança é aceita com naturalidade e tem um valor positivo, sendo tomada como uma regra. Segundo ele, a honra, lavada com sangue no sertão, é justificada mediante o respeito que parte da força, da palavra e da tradição.

Porém, em Cabrobó, é um equívoco pensar a descrição uma *questão* como um sistema de vingança fechado, acontecendo segundo uma ordem de parentesco. Elas aparecem muito mais ali como um tecido aberto de encaixes entre propósitos de vingança e também outros propósitos, não necessariamente idênticos nem perfeitamente ajustáveis (Marques, 2002).

Nesse contexto, nem sempre vingança e violência são tomadas enquanto termos convergentes, ao contrário, estes podem ser pensados como desconexos. A violência se mostra sempre vinculada a uma ordem moral obscura, sempre atribuída ao outro, a quem se acusa de fazer uso indevido da força física, inclusive no ato de vingança. Para o executor a vingança está dissociada da violência. Tanto assim que quem comete a vingança não se auto-afirma “violento” e geralmente atribui essa característica ao oponente. A violência aparece, assim, como uma categoria de alteridade. Dessa forma, o atrelamento entre estes atributos dependerá da forma e do lugar onde serão utilizados.

Como afirmam Marques, Comerford e Chaves, (2007), a violência é pensada apenas como uma das formas de vivenciar o conflito, mas ele pode ser vivenciado sem ela. Segundo afirmam, o uso nativo do termo dota-o de valor negativo, servindo geralmente para desqualificar o oponente. Dessa forma, a violência pode se opor ao conflito de honra, dotado de legitimidade. (Marques, Comerford, Chaves, 2007: 53).

A imputação e a qualificação de atos tidos como violentos são termos centrais na disputa. Como pólo negativo das relações, normalmente – embora nem sempre – desqualificador, a violência sempre torna os sujeitos morais e seus atos sociais objeto de avaliações e julgamento público. Vista como um ponto limite da vida social, a definição e qualificação dos atos e sujeitos contendores como violentos é sempre mecanismo fundamental de elaboração e desdobramento do conflito, ou seja, dos termos legítimos de pertencimento a comunidade moral (Marques, Comerford, Chaves, 2007: 53).

3.9 - Público e privado: conexão e ruptura nas relações entre família e política

Em Cabrobó quem faz política são famílias (morador da cidade, Entrevista, pesquisa de campo, realizada em setembro de 2009).

No sertão pernambucano, política e parentesco não são domínios que se sobreponham perfeitamente e nem que possam ser vistos separadamente, como domínios autônomos, uma vez que costumam alimentar-se mutuamente. Trânsitos complexos envolvem tramas familiares e políticas que se misturam como parte de um mesmo enredo, contrariando os princípios de separação entre público e privado, conforme dita a noção ocidental de ordenamento de sociedade (Marques, 2002 e 2007).

Nesses trânsitos, estão em jogo, em múltiplas negociações, espaços de composição em que diferentes ‘famílias’ disputam aparatos públicos como forma de prestígio e vantagens o que, por consequência, impulsionam as *questões*. Já, em sentido contrário, o domínio público interfere na constituição (nos processos de familiarização e desfamiliarização) dessas instituições “privadas” e também em suas ações. Como afirma Comerford (2003), a dimensão pública está o tempo todo no centro dos processos de composição e decomposição das famílias, uma vez que elas se constituem constituindo suas reputações (Comerford 2003: 131).

Trata-se de mútuo condicionamento e apropriação, em processos de negociação e composição provisória que contextualizam as relações sociais locais. Longe de ser simplesmente o preenchimento pelo "poder privado" de uma ausência ou deficiência do "poder público", é o entrelaçamento dessas duas esferas, com o nome da família servindo como capital político e seus agentes acionando instrumentos modernos e legais — como a justiça e a polícia — e agentes estatais assumindo, como aconteceu na *questão* estudada, um papel de mediação entre as partes e até mesmo de protagonista do conflito. (Marques, 2002).

Vários trabalhos produzidos recentemente mostram como público e privado estão contidos um no outro, a ponto de não convir tomá-los como domínios distintos. Se todo conflito é publicamente vivido e conduzido na sua evolução, essa publicidade não precisa ser vista como uma esfera que se oponha ao privado.

A família fundamentalmente apresenta-se como fenômeno comunitário, local e privado, mas também como capital político, jurídico e militar, associado a uma multiplicidade de locais. Querelas entre vizinhos, casais, parentes, amigos, podem ser e são também assuntos de debate informal, de fofoca, mas também de política, de justiça, de arbitramento não oficialmente reconhecidos (Marques, Comerford, Chaves, 2007: 36).

Segundo Barreira (2007), as disputas entre famílias, ou dissidências no interior de uma mesma família, permeadas por conflitos políticos, fazem parte do cenário de pequenas cidades e municípios do país. Esses locais, segundo ele, são caracterizados por uma rede de relações complexas, na qual as instâncias do público e do privado estão fortemente conectadas, “muitas localidades vivem a política como extensão da família ou, a própria família, como sendo a continuidade da política pela via das relações pessoais” (Barreira, 2007:183).

O circuito de reprodução de poder municipal, atravessado por dinâmicas de sociabilidade cotidiana, demonstra o quanto a política não pode ser percebida apenas com base em lugar de centralidade institucional. As regras de solidariedade política e a cumplicidade familiar confundem-se em um contexto com essas características, pois é a partir da condição de pertença familiar que os membros almejam assumir cargos de representação política. Assim votam, empresta-se apoio e desenvolve-se estratégias de solidariedade (Barreira, 2007:197).

No sertão pernambucano a conexão entre política e família é iminente, de modo que essas instâncias não podem ser vistas com fragmentas. Como demonstra a fala de um irmão de um vereador assassinado durante a *questão* aqui estudada, as relações de afinidade e desavença familiares estão imbricadas na construção do espaço público.

Meu irmão tinha cinco mandatos consecutivos de vereador e sempre ganhou as eleições, numa prova de que o povo de Cabrobó gosta da nossa família, enquanto os bandidos que não têm nada aqui vieram para acabar com a cidade (Jornal do Commercio. *Família diz que*

criminosos estavam rondando a cidade. Cidades, Recife, 22 de março de 1997).

Como afirma Marques (2002), a correlação entre *questão* e disputa política pode ser estabelecida de várias maneiras; pode-se julgar que se trata da mesma *questão* assumindo duas diferentes manifestações, ou que somente uma delas descreve a verdadeira natureza do conflito, política ou moral. E ainda, que se trata de conflitos independentes que, no entanto, se cruzam em algum ponto. Segundo ela, o trânsito entre a intimidade e o público é bastante fluído em qualquer nível de conexão de rede política e familiar (Marques 2002: 295).

Porém, nem sempre as linhas de tensão política da localidade coincidem exatamente com as linhas de pertencimento familiar, nem necessariamente, com as linhas de tensão inter e intrafamiliar que perpassam o espaço político (Comerford 2003: 105), como parece ter acontecido em Cabrobó. Na atual concepção dos moradores da cidade, duas famílias locais, que não coincidem com as que participaram da *questão*, fazem a disputa política no município: os *Caldas* e os *Freire de Menezes*.

Segundo a explanação dos moradores do município, que ficou explícita durante o trabalho de campo, ambas as famílias que “fazem política” em Cabrobó não fizeram parte da *questão* aqui abordada. Segundo eles, estas têm uma origem comum, um grupo político que se dividiu em duas partes e hoje disputam os poderes Executivo e Legislativo do município. São, portanto, resultantes de um processo de desfamiliarização.

A família Caldas são herdeiros do patrimônio político do José Caldas, que foi prefeito três vezes. Só que esse pessoal aí que estão na oposição (os Freire de Menezes) vieram desse mesmo grupo aí. É gente que é dissidente da família Caldas. Os dissidentes desse grupo político formaram a oposição. Então se você pegar da década de 60 para cá, Cabrobó sempre teve domínio dos Caldas, que não é uma família grande. É uma família que soube a partir da liderança de seu patriarca construir grande patrimônio eleitoral. Não é que a família fosse grande, ele sabia fazer política. Então ele deixou o legado político para seus filhos (Morador da cidade. Entrevista, pesquisa de campo, realizada em setembro de 2009).

Se “quem faz política são famílias”, como afirmou esse morador da região, é possível afirmar que, em sentido contrário, a política também constrói famílias. O processo de composição e decomposição, que ficou nítido no exemplo acima, implica na necessidade de fazer opções por lados que, sem dúvida, ocasionam novas atualizações nos processos de familiarização e desfamiliarização.

Dessa forma, nenhuma destas duas partes, na interpretação local, coincide exatamente com as famílias que participaram da *questão*. No entanto, apesar da disputa política não coincidir precisamente com as linhas de pertencimento da *questão* familiar, observa-se que nada impediu, durante o período “ativo” da *questão* - tomados os acontecimentos e interpretações em torno deles -, que uma dessas famílias “que fazem política” fosse percebida como compondo (se familiarizando) com um lado em *questão*. Houve uma situação, segundo relatam os jornais, em que a esposa do Prefeito do município (pertencente à família *Caldas*) foi espancada por membros de uma das famílias em *questão*:

O atual prefeito de Cabrobó, E. Caldas tem motivos de sobra para evitar comentários sobre a matança de pessoas na cidade. Em julho do ano passado, sua residência foi invadida por xxx e xxx Araquan que estavam a procura de E. José Caldas Cavalcanti Neto. Os acusados queriam matar yyy, dos Cláudios, e como não conseguiram, fizeram ameaças contra o prefeito e espancaram a esposa (Jornal do Commercio: *Medo impõe silêncio a Cabrobó*, 02 de março de 1997).

Há de se levar em conta, mais uma vez, a dinamicidade dos processos de familiarização e desfamiliarização e as interpretações em torno deles. Se em algum momento identificou-se essa composição (entre os *Cláudio* e os *Caldas*), alguns anos mais tarde - no período de trabalho de campo -, havia nas interpretações locais uma separação bem nítida entre as famílias envolvidas na *questão* citada e aquelas que “fazem política”, o que parece não ter acontecido nos “anos de briga”.

Como atualmente nas interpretações locais as linhas de tensão política e tensão familiar não coincidem, há em Cabrobó famílias ou segmentos delas que estavam abertamente em disputa e que hoje votam em um mesmo “lado” - ou mesmo se juntam em uma mesma coligação na composição dos poderes executivo e legislativo -, bem

como há partes de famílias que estavam “unidas” durante a *questão* e atualmente votam/disputam em lados diferentes as eleições locais e o mesmo acontece nas opiniões e na participação nas obras do governo federal em execução na localidade³². Como afirma Comerford (2003), é preciso levar em conta as várias afinidades para política, que não é do “gosto” de todos. “Há pessoas e famílias que são reconhecidas como “partidárias” e há as que nunca o foram” (Comerford, 2003: 105).

Outro ponto importante consiste em dizer que o fato dessas linhas de tensão (política e familiar) não se cruzarem não significou que as famílias em *questão* não compunham os diferentes locais da máquina pública em seus três poderes.

Sempre que um conflito irrompe entre partidos em posição de equilíbrio entre si e bastante próximos das esferas de poder, vigora a suspeita de favorecimento de um dos lados por parte dos representantes que possuem *prestígio*. Desse modo, o prestígio alcançado na política serve aos propósitos da *questão*: apoio financeiro, favorecimento na esfera da segurança pública e da justiça e porventura a intervenção mais direta na orientação do *lado* apoiado são meios que efetivamente podem ser disponibilizados em circunstâncias como essas. Tanto mais que, quanto maior o prestígio atribuído aos envolvidos nas disputas, mais motivos se tem para confirmar as adesões quer no campo da questão, por parte dos políticos, quer no campo da política por parte dos *intrigados* (Marques, 2002: 299).

Durante “o tempo da briga” os momentos de composição e rompimento com os agentes públicos e suas instituições ficaram evidentes em muitas ocasiões.

O Tribunal do Juri, conhecido como “júri popular”, foi uma delas, um dos modos pelo qual a justiça estatal permitiu que o tensionamento familiar desse o direcionamento de uma instância pública. Nele, membros da sociedade civil, escolhidos alguns dias antes, decidiram a culpa ou inocência do acusado, cabendo ao juiz apenas a aplicação da pena.

³² Voltarei ao tema adiante.

Até hoje, está bastante claro na memória da promotora o clima de tensão criado em torno do julgamento dos acusados do assassinato de G. ‘Eu cheguei a pedir várias vezes a transferência do julgamento para outra cidade, como medo de que o fórum fosse invadido. Não foi possível e o júri terminou acontecendo aqui mesmo, sob forte esquema policial’, conta. MH (promotora do município), assim como os vários moradores, já sabia que os sete acusados do crime seriam absolvidos, como de fato aconteceu (Jornal do Comércio. *Famílias causam medo até a justiça*. 04 de março de 1997).

Como se vê, os conflitos familiares penetraram no sistema legal do Estado sendo aceitos pelo júri do município por afinidade, medo ou mesmo porque os delitos são considerados como “crimes legítimos”. Posteriormente, a instalação desse tipo de tribunal foi vetada no município.

Durante a *questão*, houve também muitos casos envolvendo, por exemplo, a polícia local. Esta foi acusada em vários momentos de favorecer um dos lados. Em um deles, um delegado de polícia encabeçou uma lista de “marcados para morrer”³³ pregada em praça pública por uma das famílias. Sendo acusado de ter ligações com uma das famílias e receber apoio logístico desta para perseguir suas adversárias, o militar foi visto compondo e utilizando “sua” instituição na briga familiar.

Em outro momento, segundo contam os moradores da cidade, um delegado transferido para o município prometeu capturar e perpetrar uma vingança de cunho pessoal contra um procurado membro de uma dessas famílias de bastante prestígio. Segundo os relatos, em uma jogada ousada, este último ligou de um telefone público ao promotor da cidade, explicou a situação e ameaçou matar o delegado se ele continuasse na cidade. O promotor imediatamente pediu o afastamento do policial militar do município.

Por meio destes e outros exemplos, vê-se como conflitos familiares e instituições públicas estão interligadas. Sobre essa relação durante os anos de conflito, o presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito Estadual do Narcotráfico e da Pistolagem, mediadora do acordo de paz, fala de forma contundente:

³³ “Guerra” entre famílias tem lista dos marcados para morrer (Jornal do Commercio. Recife, 24 de março de 1997) ou Agricultor denuncia capitão (Jornal do Commercio. Recife, 12 de abril de 1997)

A relação era a pior possível. Porque existiam grupos de policiais de combate ao crime e a erradicação de maconha na região que também estavam envolvidos com o tráfico. Inclusive oficiais da PM. Estavam envolvidos com esses grupos. Por outro lado, você tinha policiais que pertenciam às famílias. Existiam policiais que eram membros desse clãs e aí utilizavam do mando militar, quer dizer, da função militar deles para a perseguição e extermínio a outro grupo. E vice-versa. Então, tomamos a decisão de afastar na época toda a companhia militar da região. Todos os militares que se tinha notícia de envolvimento com a guerra das famílias ou com o tráfico foram afastados da região e realocados em outras unidades militares. Nós fizemos trocas de militares em todas as regiões do Estado. Sem falar que recebemos denúncias contra juízes. Membros do poder judiciário também envolvidos com esses grupos (Presidente da CPI. Entrevista realizada na pesquisa de campo, em outubro de 2009).

Os casos demonstram como essas *questões* têm um caráter de trânsito entre público e privado, com as famílias construindo publicamente suas reputações e acionando a todo o momento os mecanismos do Estado em favor próprio e contra os adversários. E, por outro lado, com o espaço público construindo e destruindo famílias e também as autoridades públicas utilizando de artifícios da moral e justiça familiar em espaços públicos que vão refletir na configuração destas instituições.

Como afirma DaMatta (1990), entra-se numa oposição entre ética “pessoal” e “burocrática”, com a moralidade familiar exigindo o burlar da regra ou sua aplicação rígida. Utiliza-se o âmbito das relações pessoais para obter vantagens em espaços que deveriam ser espaços impessoais ou exige-se a aplicação das leis aos inimigos. Para os adversários o tratamento generalizante da lei, aplicada sem atenuantes; já aos amigos e familiares, tudo, inclusive tornar as leis irracionais, ao abrir a possibilidade de não cumpri-las.

3.10 – A construção do acordo de paz, a imagem da família e novas atualizações

Aos dezessete dias do mês de outubro de dois mil, às xx:xx horas no plenário da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, foi realizada uma Audiência Pública de Pacificação, presidida por Sua Excelência o Deputado Pedro Eurico, cujo desiderato foi promover a

paz na região sertaneja de Pernambuco, assolada há décadas por brigas entre as famílias Araquan, Gonçalves, Benvindo, Cláudio e Russo, que ceifaram incontáveis vidas; esta audiência Pública de Pacificação foi Promovida pela Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI Estadual do Narcotráfico e da Pistolagem, em atenção aos reclamos da sociedade pernambucana, que já cansou da violência e da impunidade que grassam em nosso Estado, e contou com a colaboração das Instituições envolvidas no combate ao avanço da criminalidade em Pernambuco. Durante a Audiência Pública de Pacificação, os representantes das famílias Araquan, Gonçalves, Benvindo, Cláudio e Russo celebraram um **acordo de paz** entre as respectivas Famílias, pelo qual assumiram um pacto de não agressão, se comprometendo a por fim às matanças no Sertão pernambucano, sendo que os processos-crime a que respondem os membros das respectivas famílias serão acompanhadas pelo Poder Judiciário, pelo Ministério Público e pelos membros da CPI Estadual do Narcotráfico, afim de garantir aos réus todos os direitos que lhes são constitucionalmente assegurados (Termo de compromisso assinado na Assembléia Legislativa de Pernambuco, em 17/10/2000).

Durante a negociação para a assinatura de um acordo de paz, houve também outros exemplos contundentes desse trânsito e que merecem ser citados.

Em outubro de 2000, houve a assinatura do termo de compromisso acima, que após algumas audiências de negociação, resultaria na assinatura de um acordo de paz, firmado em cartório. Na cerimônia estavam presentes: Membros da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), Representantes das famílias em conflito, sendo um deles vereador, um coronel da Polícia Militar, um bispo da Igreja Católica, o secretário especial de reforma agrária, ligado ao ministério da Agricultura, um representante do governo do Estado de Pernambuco e um representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Ausentes estavam os intervenientes diretos da contenda. Além de foragidos da justiça, sua presença poderia animar os ódios entre os grupos. Porém, alguns deles fizeram contanto por telefone durante a audiência. (Vilella, 2007: 125).

Houve na ocasião a promessa de concessão de benefícios jurídicos aos presos, como transferência de penitenciária, a revisão das penas, distribuição de crédito agrícola às famílias e até reforma agrária nas terras destas, tudo isso para que o pacto fosse assinado (Jornal do Commercio. *Família rivais selam hoje acordo de paz*. Cidades, Recife, 17 de outubro de 2000).

Segundo o presidente da CPI, que mediou o acordo, os termos do acordo de paz foram:

Primeiro, a não agressão a famílias a partir daquele momento. Segundo, o tratamento condizente ao direito dos que estavam presos. Terceiro, a aceleração dos processos. Porque eles reclamavam, que tinham prisão preventiva decretada há mais de um ano e os processos não andavam, os que estavam fora também começaram a delinquir. Então, uma das formas que a gente viu de reduzir o nível de radicalização e delinquência na questão. Como é que se dava isso, com uma aceleridade processual. A justiça tinha que dar também a sua parte. E aí nós envolvemos também o judiciário no pacto, para que os processos fossem agilizados. Para se dar um fechamento a situação (Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito. Entrevista, pesquisa de campo, realizada em outubro de 2009).

Como afirma ele, ali estavam “intervenientes no sentido de fortalecer a cultura de paz e garantidora do acordo”.

Foi uma sessão pública com a presença do ministério público, tribunal de justiça que foi uma coisa inusitada. Porque pela primeira vez se celebrava um pacto que não era jurídico, mas era um pacto, um contrato, uma declaração formal, de interesse dos grupos conflitantes em buscar uma cultura de paz, que era o que a gente queria (Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito. Entrevista, pesquisa de campo, realizada em outubro de 2009).

E, por fim, um dos mediadores propôs um projeto para alterar a lei em um dos municípios como o propósito de atenuar essa e novas *questões* familiares.

Depois da assinatura do acordo de paz no sertão, os líderes das famílias temem agora qualquer ruptura do pacto. (...). Na festa de ontem, o líder da família, xxx, anunciou a elaboração de um projeto de lei para evitar o funcionamento dos bares depois da meia-noite. Os adolescentes exageraram durante o final de semana, colocando em risco qualquer iniciativa de paz. (Jornal do Commercio. Recife, 29 de novembro de 2000).

Mais uma vez, é o político interferindo nos modos e configurações familiares e são famílias “fazendo política”, executando a justiça e até ditando leis. É a dimensão

privada ocupando o Estado, sendo a família um capital político importante. E, em sentido contrário, a dimensão pública constituindo famílias.

Ainda durante o mesmo processo de negociação, alguns participantes da contenda criaram empecilhos e chegaram a recusar a assinatura do acordo de paz, ameaçando não cumpri-los, caso esse fosse firmado, e indo contra uma parte da família que articulava o acordo. Temendo que o acordo fosse quebrado, membros mais velhos dessas famílias que carregavam certo prestígio, especialmente dentro da própria instituição, deram declarações públicas ameaçando punir esses parentes em caso de violação do trato:

Eternos rivais há mais de duas décadas. Araquans e Benvindos/Russos concordam com um ponto fundamental do pacto de paz. Os responsáveis pela ruptura do termo de compromisso deverão ser punidos pela justiça, conforme as leis. Há até quem vá mais longe e proponha uma pena ainda mais severa aos traidores da trégua: quem não respeitar a bandeira branca deve ser entregue ao inimigo e sofrer todas as conseqüências, inclusive a morte (Jornal do Commercio. *Famílias rivais selam hoje acordo de paz*. 17 de Outubro de 2000).

Se um parente meu fizer qualquer coisa, eu vou mandar para a cadeia e para a justiça. Se precisar entrego até um filho meu para ter paz na região para sempre (Jornal do Commercio, 29 de novembro de 2000).

Situações como essa, geralmente, não são bem aceitas nesta instituição, uma vez que mostram fissuras onde se deveria mostrar coesão e força e podem resultar em rompimentos. A união é um dos valores mais importantes dentro dos grupos hierarquizados, sobretudo na exposição pública da imagem da família, pois manter a união da família é garantir cotidianamente a disciplina e, por essa via, representar a hierarquia (Comerford, 2003: 115). Quer dizer, a garantia de que os braços familiares estão sempre prontos a serem invocados, demonstrando superioridade sobre as outras famílias.

Uma das dimensões da vida em família é portanto a constante representação (no sentido dramático) de noções de união,

solidariedade, de autoridade, de ordem, de hierarquia, e também de igualitarismo. (...). A confiança que a princípio se deve aos familiares parece ser, em uma das dimensões fruto da experiência de disciplinarização interna da família e de sua apresentação pública (para dentro e para fora), que é ao mesmo tempo a vivência de um modelo publicamente reconhecido e valorizado, cuja crise pública, a desunião de uma família, é vista e vivida como profundamente dramática e abominável (Comerford, 2003: 117).

Tal quebra do acordo não chegou a se potencializar, pois esta defrontou-se com outros valores importantes. Se acontecesse o rompimento do acordo e a punição ao infratores, elas representariam provavelmente um novo momento de desfamiliarização, em que aconteceriam atualizações no núcleo familiar. Assim, contrapor-se à hierarquia dentro da instituição, mais do que apenas uma provocação, é colocar-se fora do todo, que é a família (Comerford, 2003: 115).

O caso faz rememorar outro episódio, que ouvi no meu período de trabalho de campo, e que será novamente retomado posteriormente tamanha a sua importância para se entender esse objeto de estudo. Nele um membro de uma das famílias, filho de um dos “cabeças” da *questão*, contou-me que durante o conflito escreveu um artigo para o jornal do município. Havia no decorrer do texto um pedido de paz direcionado às outras famílias, uma solicitação para que se findassem os conflitos que, segundo afirma, já haviam matado muitas pessoas e espalhado sofrimento pelo região.

Quando a edição da carta foi publicada no jornal municipal, houve uma grande repreensão por parte da sua própria família. Segundo afirma, ele foi muito criticado por aquilo que escreveu, pois um pedido desses poderia indicar desunião no âmbito familiar e, principalmente, fraqueza frente aos inimigos. A questão fundamental nesse caso não era o desejo ou não de “guerra”, e sim não mostrar fraqueza diante dos oponentes e evitar que seu grupo social fosse taxado de “medroso”. Como afirma Comerford (2003), a briga pela construção da imagem pública é tão importante em uma *questão* quanto o ciclo de vinganças.

Após assinado o acordo, ao invés de quebra, o que ocorreu foram novas atualizações na composição do público e do familiar. Se algumas das famílias, durante a *questão*, compunham com Estado, ou, na verdade, todas elas o fizeram em momentos e espaços diferenciados - utilizando as atribuições da máquina e opinião públicas em

favor próprio contra as adversárias -, nesse momento constrói-se entre elas uma composição para se oporem todas juntas aos representantes da máquina pública, como demonstra a matéria a seguir:

(...) as principais lideranças das sete famílias em conflito já traçaram planos para o futuro. Entre discursos e apertos de mão históricos, foi acertada a realização de um encontro semestral entre os envolvidos. Nesse intervalo de tempo, eles querem pressionar o Governo do Estado à facilitar a liberação de créditos, possibilitando a recuperação econômica dos municípios prejudicados há duas décadas pela guerra. Outra unanimidade é com relação à necessidade de criação de áreas restritas de circulação e zonas de exclusão, a fim de evitar a ruptura do pacto, durante os seis primeiros meses” (*Famílias vão se juntar para pressionar governo*. Jornal do Commercio, 18 de outubro de 2000).

Elas, agora, compõem-se unidas por novos interesses e rompem com o Estado. Novos processos de familiarização e desfamiliarização estão sempre em andamento.

3.11 - Mais sobre o acordo de paz: “o conviver não significa gostar”

Continuamos discorrendo sobre o acordo, esse exemplo contundente de trânsito entre público e privado. A cerimônia é pública e presidida por figuras públicas, porém sem valor oficial perante as leis do Estado e, dessa forma, tem valor apenas dentro do campo de valores familiares, quer dizer, no plano da honra, que está diretamente relacionado com a construção de uma imagem pública, uma vez que ali, como dizem os envolvidos, foi “dada a palavra”.

Um dos pontos do acordo foi também uma divisão territorial entre as famílias. O INCRA estava presente na reunião para realizar uma reforma agrária que previa a separação territorial das famílias, porém, segundo os moradores, a distribuição de terras não foi realizada.

Atualmente, como informaram as próprias famílias, a divisão territorial estabelecida no acordo nem sempre é respeitada, principalmente pela necessidade de comercializar algo. E isso às vezes é um problema a ser resolvido.

Existe por respeito, né? Se você tem a sua propriedade e o seu vizinho é seu inimigo você não passar pro lado dele. Então isso existe por respeito e não por imposição. Aqui na cidade é normal, tanto uma família quanto a outra entram aqui na cidade fazem suas compras, isso hoje é normal. Isso é mais no terreno deles, porque eles são vizinhos (Membro de uma das famílias. Entrevista, pesquisa de campo, realizada em setembro de 2009).

“Tem que ter muita paciência e sangue frio”, relata outro membro de uma das famílias que foi um dos mediadores do seu grupo na assinatura do acordo. Passados anos após a assinatura do pacto, este ganhou certo prestígio na região, servindo hoje de mediador para possíveis desdobramentos da antiga questão ou novas *questões*, envolvendo outras famílias.

Nas palavras de um morador da cidade, parente de um dos lados em questão: “Hoje graças a Deus eles não se degladiam mais. Não se gostam, mas também não brigam, convivem pacificamente”.

3.12 – Representações locais: a justiça da honra e da vergonha

Como foi evidenciado ao longo do trabalho de campo, nas representações das famílias envolvidas na *questão* o tráfico, os assaltos e a pistolagem são apenas o pano de fundo dos conflitos que teve a honra como o motivador principal. Segundo afirmam, esta última categoria - dotada de grande força nas representações locais -, as colocou no ciclo de mortes e, por consequência, na clandestinidade perante o Estado, que passou a “persegui-las”.

Um membro de uma dessas famílias afirmou-me, durante o período de campo, que o motivo de todo confronto foi orgulho, que ora ele chama de valentia e ora de estupidez. Uma ambigüidade de valoração, que ganha uma conotação positiva em parte da conversa. Ele não foi o primeiro a atribuir esse sentimento à herança deixada por Lampião, “uma coisa que o sertanejo tem de não deixar o desaforo barato”.

A criação de épicos sertanejos também faz parte dessa representação local. Eles são evocados em conjunto com um sentimento de pertencimento local – “o sertanejo tem o sangue quente” – que é constantemente conclamado como justificativa e também como motivo de honra.

E ainda que a honra possa ganhar uma conotação negativa, sendo chamada de “orgulho”, ela é sempre para os envolvidos o motivo da briga. Portanto, o que justifica a entrada das famílias na *questão* é evocar esse sentimento em conjunto com ícones da cultura local para afirmar pertencimento a uma sociedade em que o “crime de honra” é, em muitas circunstâncias, valorado como uma forma de se fazer justiça.

Se você agredisse a pessoa que eu amo, como eu conseguiria conversar com você agora? É um sentimento que é muito forte, pelo menos aqui no nordeste. Você tem sua família e sua família é agredida, o sangue quente do nordestino é a realidade de responder a ofensa (Membro de uma das famílias. Entrevista, pesquisa de campo, realizada em setembro de 2009).

Em sentido oposto, o tráfico, os assaltos e até a pistolagem são apenas um meio para manter-se forte quando uma *questão* ganha grandes proporções, uma vez que esta gera um alto dispêndio econômico. Dessa forma, geralmente o primeiro é assumido enquanto motivação, os demais são negados.

Esta representação local parece ter sido confirmada em alguns trabalhos etnográficos e assumida, pelo menos parcialmente, por alguns pesquisadores em seus textos. Em um deles, Villela (2007) afirma que após o início de uma *questão* existem poucas opções aos sujeitos locais, sendo uma delas se entregar à polícia aguardando o julgamento, preso ou em liberdade, e a outra é cair na clandestinidade, cometendo outros crimes.

É costume no Vale do Pajeú que o autor de uma morte ou da tentativa de morte nesta posição (vingança) receba, a partir daí, auxílios tangíveis e intangíveis provenientes da sua família ou entre numa nova linha de vida que supõe, nos dias atuais, a autoria de outros crimes, tais como

aluguel de seu braço armado para cometer crimes por encomenda, o plantio e a venda de maconha, o assalto a carros fortes, a bancos e a automóveis e ônibus nas estradas.

Em certos casos, esses indivíduos formam bandos de tamanhos variados e passam a assombrar a região por muitos anos. Suas ações servem como meio da manutenção do bando e de perpetuação da vingança familiar que, em primeiro lugar (ao menos em alguns casos, ou ao menos alegadamente), os pôs sob tais condições (Villela, 2007: 114).

Nessa abordagem, constrói-se uma hierarquia moral dos crimes. A vingança que norteia as ações, quando traçada a partir do assassinato de familiares, é dotada de valoração social. O homicídio passa a envolver aspectos afetivos, morais e emocionais, de tal maneira que se invertem os termos de avaliação de criminosos, sendo às vezes até reconhecido como justo. (Barreira, 1998, 173). Nessa perspectiva, brigar com os amigos, parentes e vizinhos por honra, parece ser muito mais justificável do que afirmar-se uma guerra de tráfico por mercados.

Isso começou de uma coisa simples em uma briga de bar. Duas pessoas se desentenderam e começou por causa daquela rixa ali. Muita gente pensa que foi por terra, por plantio de maconha e não foi. Na realidade essas famílias eram todas unidas, eram todos amigos, viviam juntos, conviviam pacificamente em todos os sentidos (Membro de uma das famílias. Entrevista, pesquisa de campo, realizada em setembro de 2009).

Ou, como ficou claro a partir do diálogo com um morador local, é certo que a violência não é a primeira e nem a melhor maneira de se resolver desavenças, mas ela não é de forma nenhuma descartada, principalmente em se tratando de família. Abaixo segue um diálogo que tive durante o período de pesquisa de campo:

- Se alguém ameaça uma pessoa da sua família de morte o que você faz?

- Faço um boletim de ocorrência, respondi.

- Aqui nós resolvemos de outra maneira. Sou um cara da paz, mas algumas situações exigem medidas mais fortes.

Como afirma Marques (2002: 423), certas formas de vivenciar os conflitos são socialmente encorajadas ou, em sentido contrário, combatidas. Procura-se selecionar condutas apropriadas à *fama* que se deseja reforçar (Marques, 2002: 424). Portanto, colocando-se como alguém que briga pela honra - e não como traficantes, pistoleiros e ladrões - os envolvidos na briga, dão a si próprios a legitimação - perante o público que acompanha a *questão* e também dentro da própria instituição - que necessitam para entrar no ciclo de vinganças e fazer sua justiça familiar, punindo os inimigos com a vergonha e recuperando sua honra.

Ao mesmo tempo, uma briga de honra, considerada “justa”, pode desmoralizar as sanções do Estado, que não deveria intervir com penalidades em questões “privadas”. Dessa forma, a primeira solicitação das famílias para cessar o conflito foi a não punição dos envolvidos pelo Estado. Em seguida, estas buscaram medidas compensatórias como as que foram citadas anteriormente (transferência de presos, redução das penas, crédito agrícola, reforma agrária, etc...).

Após assinado o acordo, houve também uma deslegitimação da atuação do Estado na construção do acordo que, segundo os familiares, não deve receber o “mérito” em algo que pouco contribuiu.

Essa história da intermediação do Estado eu acho que é muita ficção. Não há uma realidade palpável nisso. Porque quando eles começaram a se digladiar era a hora do Estado intervir, mas nem a polícia, nem o Estado, não houve nenhuma política quanto a isso. Quando eles se destruíram todos, que os ‘cabeças’ morreram, os que brigavam morreram, os que não morreram foram presos. Quando houve isso e já estava tudo parado é que houve a intervenção. Chamaram alguns dos que sobraram de um lado e de outro, que não se destruíram. Então acho que deveria ter intervindo antes. Começou e vinha uma força especial para cá, uma força tarefa e intervia, separava e ao invés de tentar prender e matar como eles faziam aqui, era entrar e conversar, desarmar esse pessoal e mudar, você vai para tal canto e você para outro canto. Mas a forma que houve a intervenção, já estava praticamente acabada a confusão, não tinha mais quem se digladiasse, quem empunhasse armas. Quem sobrou das famílias: mulheres, aqueles que não se envolveram em confusão, que não queriam de jeito nenhum brigar, que eram as verdadeiras pessoas que estavam tentando apaziguar e o Estado ganhou um mérito que eu não daria ao Estado. Era uma política que eles queriam ganhar nome, quando a situação já era desnecessária. A iniciativa de se afastar partiu das famílias mesmo (Membro de uma das famílias. Entrevista, pesquisa de campo, realizada em setembro de 2009).

Eu atribuo isso (o acordo) ao sofrimento que a gente passou no passado. Nós tivemos aqui uma guerra de família e a gente sofreu tanto vendo irmão ser assassinado e a gente também assassinando outras pessoas. Graças a Deus, Deus abriu o coração da gente e vimos que aquilo estava errado e então corremos para acabar com aquilo. E a gente acabou em completa harmonia. (...) O Estado teve muito pouco papel nisso. O Estado não tinha interesse nisso não. Eu agradeço em primeiro lugar a Deus e em segundo lugar as famílias que Deus abriu o coração, e tanto um lado como outro já tinham sofrido tanto que tinha que parar com aquilo. Mas o Estado não teve interesse nenhum, a verdade é essa. (...). O estado foi omissos demais e ainda hoje é omissos (Membro de uma das famílias. Entrevista, pesquisa de campo, realizada em setembro de 2009).

Vale ressaltar que, segundo as famílias, o motivo para o fim da briga foi o cansaço, depois de tantos anos de briga, e a morte/prisão dos principais envolvidos, quer dizer, a falta de braços armados capazes de continuar o ciclo de vinganças.

3.13 - Dizimando a riqueza e se diferenciando moralmente

Só se conserva a autoridade sobre sua tribo e sua aldeia, e até mesmo sobre sua família, mantendo mesmo sua posição entre os chefes – nacional e internacionalmente – se provar que é tomado e favorecido pelos espíritos e pela fortuna, que é possuído por ela e que a possui, sendo a única forma de provar essa fortuna gastando-a, distribuindo-a (Mauss, 1974: 105).

Um último ponto sobre os motivos que influenciaram na construção do acordo de paz diz respeito à questão financeira das famílias envolvidas. Os dados obtidos não permitem uma generalização que se estenda a todos os membros das famílias envolvidas ou mesmo a todos os grupos, quanto mais falar em termos de município, porém, é certo que a briga teve um impacto econômico negativo não só sobre as famílias, mas também nas regiões em que aconteceram os assassinatos.

Como afirma o ditado popular da região “*Questão é pobreza*”: dessa forma, muitas são as histórias sobre personagens antigos e atuais que gastaram fortunas, perderam parentes e acabaram na miséria por conta de manter o ciclo de reciprocidade

da vingança familiar (Vilella, 2007: 129). A fala de alguns personagens demonstra um pouco dessa dimensão na *questão* aqui tratada:

O conflito foi muito ruim para a economia da cidade, na época o comércio parou e não se via ninguém circulando nas ruas. As famílias que gastaram muito com a guerra. Havia os que continuaram trabalhando normalmente e aqueles que caíram num ciclo de marginalidade e passaram a viver de assaltos. Uma bala de fuzil custa caro e só era possível manter o conflito recorrendo a essas fontes de financiamento (Membro de uma das famílias. Entrevista, pesquisa de campo, realizada em setembro de 2009).

Eram famílias estáveis e perderam toda estabilidade. Não podiam trabalhar, a não ser enfiadas nas fazendas. Com o que eles produziam ali tinham que sustentar as famílias e havia dificuldade de comercializar, vender os produtos, por causa da confusão. Dificuldade também de produzir porque não tinham como comprar insumos, adubos. Quem numa loja ia vender para um cara que estava lá se degladiando? Qual a garantia ele ia ter de receber o dinheiro? Então, esse impacto negativo houve sim (Membro de uma das famílias. Entrevista, pesquisa de campo, realizada em setembro de 2009).

Se no período anterior à *questão* aqui abordada, algumas dessas famílias eram grandes produtoras de artigos agrícolas, no período de trabalho de campo, muitos membros dessas se diziam endividados com o Estado ou mesmo com a iniciativa privada. Muitas fazendas abandonadas durante “os anos de briga” continuavam, se não dessa maneira, pelo menos improdutivas. Dezenas de homens dessas famílias, em idade ativa, que sobreviveram aos conflitos continuavam presos.

Na realidade, a briga não se resolveu, eles se destruíram. (...) Acabou porque de onde se tira que não repõe, se acaba. A partir do momento que você começa a ver sua família morrendo, se acabando e você já não tem mais recursos, o recurso financeiro acabou. Por causa disso aumentou o índice de roubos de carga, índice de roubo disso e daquilo porque o recurso financeiro que eles tinham para brigar acabou. Começaram a vender tudo o que tinha. Chegou um momento que eles tinham que se sustentar sem sair para a cidade porque a polícia prendia, sem poder ter um convívio social numa comunidade porque os inimigos vinham para matar. Então acabou foi por isso, eles foram perdendo a condição financeira, foram perdendo a estabilidade social,

foram perdendo sua vida e aí tem que chegar a um ponto final ou todos iam acabar de se destruir (Membro de uma das famílias. Entrevista, pesquisa de campo, realizada em setembro de 2009).

Como disse um morador do município, o juramento de um dos “cabeças” diante do túmulo do filho - que está na abertura deste capítulo - foi cumprido, e não só ele, mas também outros envolvidos na *questão* empenharam suas riquezas em favor da moral individual e coletiva, em nome de sua família. E se estes depauperaram-se ou até mesmo foram assassinados durante os conflitos, seus nomes ganharam *fama* e continuam vivos nas representações do público que acompanhou a sequência de acontecimentos. Entraram para a história local como líderes que doaram suas vidas por seu grupo.

Em uma sociedade hierarquizada como a sertaneja, em que, como afirma DaMatta (1990), as relações pessoais se sobrepõem às individuais (universais), tal sacrifício se torna um mecanismo de diferenciação social. Se enriquecer com o tráfico ou assaltos não é aceito socialmente, empobrecer pela justiça familiar tem sua valoração positiva, embora com certeza não tenha sido o desejo de nenhuma delas ao entrar na *questão*.

Nesse universo da família, em que impera uma ética baseada nos valores pessoais, o individualismo das sociedades modernas é valorado negativamente, tomado como princípio de alguém que não foi capaz de dividir-se com o grupo do qual faz parte, ligar-se plenamente à instituição. Temos aqui um mundo da caridade e da bondade como valores básicos, um mundo ligado à moral pessoal, à coragem, à valentia e à aristocracia, cujo foco é um sistema de pessoas (que sustenta o universo social segmentado em famílias) se concebendo como complementares e que sabem seus lugares e ali estão satisfeitas (DaMatta, 1990: 190).

Aqui estamos no plano cotidiano familiar das pessoas cujos pedidos não podem ser recusados, cuja obra não pode ser atacada, cuja proteção é avassaladora e cujo prestígio não pode ser subestimado (DaMatta, 1990: 191).

Como foi dito anteriormente, existem nessa sociedade modos muito poderosos de compensar as perdas econômicas, já que esse sistema é múltiplo e permite várias classificações. Ou seja, os padrões de diferenciação social (hierarquias) que se estabelecem, diante do público que acompanha a *questão*, têm como base critérios outros que não exclusivamente os do plano econômico.

Tal como afirma DaMatta (1990), sobre o mito de um “herói” tipicamente nacional, a ascensão e também a descendência na estrutura não é realizada pelas condições econômicas (pelo menos não exclusivamente), mas pela atitude moral. “Vale mais ser pobre, sagaz e vingador, capaz de lutar pelas boas causas, do que rico e desonesto, perdendo de vista a humanidade básica dos homens” (DaMatta, 1990: 244).

Se entrar em uma *questão* e empobrecer não foi o desejo e nem é motivo de orgulho a nenhuma das famílias, muito mais temível se mostrava aos olhos locais a perda do respeito e da honra, que teria como consequência o enfraquecimento das relações pessoais. E em sentido inverso, a conquista do respeito e da honra pode ser muito mais valorizado que o enriquecimento que não venha acompanhado destes valores e suas derivações (prestígio, fama, etc.).

CAPÍTULO 4 - A COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO ENQUANTO MEDIADORA E A CONSTRUÇÃO DE UM ACORDO DE PAZ

4.1 – os processos de mediação, enquanto estrutura

Audiência de Pacificação: Em face da extrema violência existente no sertão pernambucano, como decorrência das ‘guerras familiares’, travadas há décadas, nas quais já morreram incontáveis pessoas, inclusive mulheres, crianças, idosos e pessoas sem qualquer envolvimento com as disputas, esta CPI sentiu a necessidade de tentar viabilizar um acordo de paz entre as famílias em conflito, a fim de conseguir uma trégua, capaz de permitir ao Estado restabelecer sua presença nas áreas de conflito e por um fim nestas absurdas matanças (PERNAMBUCO, Assembléia Legislativa. *Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito*, 2001: 139)

A figura do mediador também faz parte dos conflitos entre famílias no meio rural brasileiro. Durante as *questões* eles aparecem como parte do processo de pacificação. Contudo, pacificação e mediação não são sinônimos de resolução definitiva dos conflitos, uma vez que, como foi dito no capítulo anterior, *questão* é uma coisa que não tem fim. Dessa forma, não existe solução que ponha fim a uma *intriga* (Vilella, 2007: 117).

A importância do mediador aumenta na medida em que aumentam as dimensões de uma *questão*. Se esta envolve famílias numerosas, dotadas de grandes recursos humanos e financeiros para empreender uma briga que componha muitos braços armados - como é o caso da *questão* aqui tratada -, representantes políticos, jurídicos e religiosos são convocados para mediar a composição de um acordo entre os lados (Vilella, 2007: 120).

O mediador costuma ser uma ou mais pessoas de grande influência, sendo escolhido para a função alguém que tenha prestígio regional ou mesmo estadual. É importante, sobretudo, que seja uma voz de “peso”, que seja ouvida pelos dois ou mais lados da *questão*. Não é raro que ele seja parente das partes. Porém é imprescindível que apareça como um indivíduo neutro, condição fundamental para o bom andamento do processo de mediação.

Mediar uma questão é indício certo de status elevado, de liderança, de capacidade de conferir certo grau de autonomia e diferenciação a um grupo de aderentes (...). Na mediação de uma questão entra em jogo o prestígio de um líder junto a seu grupo e diante dos demais líderes. A acomodação promove, além da paz, a consolidação da liderança daquele que desempenha o papel de mediador perante uma comunidade (Marques, 2002: 300).

Não há regras prescritas ou precisas de comportamento para os mediadores. A forma de participação ou a omissão nas questões são escolhas possíveis com efeitos imprevisíveis (Marques, 2002). Porém, qualidades como a “paciência” e a “tolerância”, em oposição ao “encrenqueiro” e ao “brigão”, são valorizadas, uma vez que são eles que devem enquadrar a situação de um modo que permita o controle das tensões e, com isso, tornam-se figuras ainda mais prestigiadas. Como afirma Comerford (2003), “são nos conflitos e tensões que essas qualidades das pessoas e famílias se revelam e ganham reconhecimento conforme são transformados em comentário e avaliação públicos” (Comerford, 2003: 110).

Se há casos de brigas que ganharam grande repercussão pública e visibilidade, sendo revividos na boca do público que repercute a *questão*, há também casos de mediação de conflitos familiares que ficaram célebres ganhando grande notoriedade nacional.

Em um deles, a mediação envolvia a família de Virgulino Ferreira Silva, vulgo Lampião, no Sertão pernambucano. O processo data ao início do século passado, quando, por força de um processo de mediação, a família do futuro cangaceiro foi obrigada a mudar-se de município. Posteriormente, o envolvimento em uma nova *questão*, já nessa nova localidade, fez a família de Lampião cair na clandestinidade, onde posteriormente este ganhou *fama*. Alguns livros de memorialistas locais costumam atribuir o nascimento do mito ao envolvimento nessas *questões* familiares.

Outro conhecido caso de mediação aconteceu no ano de 1981, em Exu-BA, no chamado sertão do Araripe, Bahia. O cantor e compositor Luiz Gonzaga participou como mediador de um conflito de famílias - Alencar versus Sampaio -, que durou mais de 40 anos. O caso teve bastante repercussão na mídia e o então governador do Estado, Marco Maciel, a pedido do próprio Luiz Gonzaga, “decretou intervenção militar no município tirando o poder político de ambas partes” (Jornal do Commercio. *Clãs disputam poder através de gerações no interior do Estado*. Cidades. Recife, 02 de março de 1997).

Quarenta das cruces do cemitério da cidade de Exu, a 642 quilômetros do Recife, levam o nome de um Alencar ou de um Sampaio morto a tiros. Por três décadas, as duas famílias disputaram o poder político da cidade. O conflito começou em 1949, com o assassinato do chefe dos dois clãs em praça pública. Em 1981 o cantor e compositor Luiz Gonzaga, nascido em Exu, intermediou o acordo de paz entre as famílias e o então governador do Estado, Marco Maciel, decretou intervenção militar no município. A cidade, sob lei seca, concentrou o maior efetivo militar de Pernambuco no período (Revista Época. *Um pacto em Exu*. São Paulo, 23 de outubro de 2000).

Contudo, não obstante o prestígio adquirido com a função, ser mediador na maioria das vezes não é uma posição confortável. Não são raros os casos de vítimas que se colocaram no campo da mediação e levaram o apartar das brigas às últimas conseqüências. Pessoas que nessa atribuição se coloram fora do círculo permitido pela moral local e se deram mal: “gente que tentou tirar das mãos de seu dono a sua arma, que se interpôs entre o alvo e o algoz, que se incompatibilizou com gente de uma das partes em sua incapacidade de dissuadi-la das hostilidades. Tomar uma arma é, hoje como ontem, umas das mais graves ofensas” (Villela, 2007: 117).

Muitas vezes, mesmo terminado o processo de mediação, estes não ficam livres das avaliações negativas. Não sendo considerada uma atividade verdadeiramente neutra, embora exija a neutralidade, e incapaz de por fim à *intriga*, a ação mediadora, contrariando mesmo a justificativa de sua existência, forçosamente põe uma das partes *por baixo*. “Essa parte tem duas escolhas: ou aceita a posição subalterna – da parte errada, agressora e desordeira; ou, ainda mais grave, da parte sem prestígio – ou insiste e dá seguimento às hostilidades físicas” (Villela, 2007: 118).

Difícilmente, embora levando em consideração o dinamismo das alianças e rupturas, os membros da parte prejudicada vão manter relações de aliança (quem dirá se “familiarizar”) com o mediador que, para eles, os prejudicou. Geralmente, sobre o mediador pesa o rancor dos que se acham derrotados, junto com a desconfiança de sua imparcialidade. Enfim, se a função traz *fama e prestígio*, também coloca os mediadores no campo da *intriga* e, conseqüentemente, das disputas, como se verá adiante.

O caso de mediação que trataremos nesse capítulo é uma continuação daquele trabalhado o capítulo passado. Para efeito de memória, ele aconteceu no ano 2000, quando uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) se prestou a um papel de mediadora na construção de um acordo de paz na *questão* familiar de Cabrobó-PE. O episódio que se arrastou por meses em complexas negociações e composições

provisórias, traz muitos elementos de um acordo no melhor estilo das mediações que acontecem no meio rural brasileiro.

4.2 - A CPI enquanto mediadora

Esta audiência de pacificação (...) representa um marco na história do Estado de Pernambuco, pois é o primeiro passo para que as instituições acordem e tomem consciência de que esta luta também é nossa, no sentido de que cabe ao Estado buscar soluções concretas e viáveis tendentes a restaurar a paz naquela Região (PERNAMBUCO, Assembléia Legislativa. *Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito*, 2001: 140)³⁴.

No dia 18 de fevereiro de 2000, foi criada na Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco a *Comissão Parlamentar de Inquérito Estadual do Narcotráfico e da Pistolagem*. A função dessa comissão parlamentar, como afirma seu relatório final (2001), era “buscar soluções racionais e eficientes, com vistas à definitiva consolidação de um verdadeiro sistema de justiça e segurança, a serviço do cidadão e da sociedade como um todo” (PERNAMBUCO, Assembléia Legislativa. *Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito*, 2001: 11).

Seu nascimento se deu como uma continuidade de uma CPI de abrangência nacional realizada no âmbito do Congresso Nacional em Brasília - DF, em trabalho conjunto do Senado e da Câmara Federal, a *Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar o Avanço e a Impunidade do Narcotráfico*, que transcorreu entre os anos de 1999 e 2000. Esta realizou audiências em várias cidades espalhadas por todo país, duas delas no Estado de Pernambuco que resultaram, após alguns meses, na criação da *CPI Estadual do Narcotráfico e da Pistolagem*:

O estado de Pernambuco, foi preocupação desta CPI, a partir do reconhecimento da existência do comércio de drogas no chamado “*polígono da maconha*”, conhecida região do semi-árido nordestino que também engloba áreas da Bahia e Alagoas. (...) É neste ambiente que chegou a CPI do narcotráfico em PE, cercada de certa expectativa da população conforme em outras regiões do País. A partir das audiências públicas e oitivas de testemunhas e de suspeitas de

³⁴ Foi publicado no Diário Oficial do Estado uma versão do relatório final desta CPI. A que consta nesta pesquisa me foi entregue em setembro de 2009 pelo próprio presidente desta CPI, o deputado Pedro Eurico.

envolvimento com o tráfico de drogas e criminalidade no estado, foram tomadas atitudes que resultaram na prisão e indiciamento de policiais civis e militares. (...) É preciso portanto registrar a forma competente e corajosa o trabalho dos deputados Estaduais de Pernambuco, dando continuidade a ação da CPI Nacional no Estado. Temos certeza que como o exemplo de Pernambuco fosse seguido em outros estados, o resultado e a eficiência desta **Comissão Parlamentar de Inquérito** teria outra dimensão. (BRASIL. Relatório CPI Destinada a Investigar o Avanço e a Impunidade do Narcotráfico 2000: 727-728).

Na sua constituição, a CPI Estadual contou com representantes de vários órgãos do poder público: Polícia Militar, Polícia Civil, Ministério Público, Procuradoria Geral do Estado, Receita Federal e Polícia Federal. Uma ampla comissão parlamentar que, conforme afirma o deputado Sérgio Leite, membro titular da comissão, tinha por objetivo aprofundar os casos de tráfico de droga referentes ao Estado de Pernambuco.

A CPI Estadual surgiu a partir do momento que foi criada uma CPI federal para discutir a questão do tráfico de drogas no país (...). Até porque a CPI Federal ia no Estado e passava superficialmente. Muitas coisas aconteciam nos Estados que a CPI Federal não tinha como aprofundar. Pernambuco por ser um Estado que tem um esquema de plantação da droga que é sobrevivência das pessoas mas que também é criminoso e rota do tráfico internacional de drogas, por conta do Porto de Suape, Aeroporto de Guararape, nós revolvemos criar também uma CPI em Pernambuco (Entrevista de campo. Deputado Sérgio Leite. Membro Titular da CPI, setembro de 2009).

O trabalho da CPI Estadual durou seis meses, sendo concluído no final do mesmo ano. Dentro do trabalho desta comissão parlamentar destacamos as atividades de medição entre famílias envolvidas em *questões*. Ao todo foram feitas três tentativas de articulação de acordos de paz em *questões* simultâneas, envolvendo famílias diferentes, cada um deles em um município. Segundo um membro da comissão, duas delas “fracassadas”, não resultando em assinatura de um acordo, e uma “bem sucedida”, em Cabrobó - PE.

Sobre este último caso, o acordo foi assinado em 28 de novembro de 2000, no fórum do município de Salgueiro – PE. Porém, antes de prosseguir analisando o trabalho dessa comissão e sua interseção com as famílias que participaram da *questão*, é necessário conhecer mais profundamente uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

4.3 – Conhecendo uma CPI: histórico, atribuições e poderes

A história das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) tem início na Inglaterra, durante a Revolução Gloriosa no século XVII. A Câmara dos Comuns (*select comitee*), qualidade de poder legislativo do país na época, nomeou uma “Comissão Especial” para examinar questões de interesse nacional, referentes à guerra então travada contra a Irlanda.

A partir desse período, marcado pela transição ao Estado Constitucional Britânico, as leis investiram à Câmara dos Comuns o poder de investigação que foi se ampliando gradativamente. Para garantir uma maior eficácia às investigações parlamentares, os *Comuns* dispunham de poderes para obrigar o comparecimento de testemunhas, prender e fazer conduzir perante a Câmara as testemunhas desobedientes, multar os faltosos, além de determinar a exposição de livros e documentos.

No decorrer dos séculos seguintes, milhares de pessoas foram presas e condenadas pelas Câmaras Inglesas. Além disso, as comissões parlamentares de inquérito se expandiram pela Europa e para as treze colônias inglesas na América, chegando ao Brasil no final do período imperial.

No país, a primeira constituição republicana, de 1891, também não previu a criação das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs). Mesmo assim, o modelo americano que vinculava ao poder de legislar a capacidade de investigar refletiu-se no congresso brasileiro (Cerqueira, 1999). Apesar de não constar artigos referentes a tais comissões na constituição, elas aconteceram já nesse período, ainda que escassas e inoperantes

A história pré-constitucional das comissões de inquérito no Brasil não teve a maestria de sedimentar a praxe da investigação centrada no Parlamento, diferentemente do elevado prestígio que as mesmas já desfrutavam no exterior, sobretudo na Inglaterra e Estados Unidos, onde o instituto já havia se incorporado às prerrogativas desses Parlamentos como instrumento secular de viabilização do sistema de pesos e contrapesos, segundo o qual os poderes do Estado devem ser exercidos de forma que cada um deles possa fiscalizar e controlar harmônica e independentemente os demais (Cunha, 2003: 9 e 10).

Apenas com a Constituição de 1934, se institui oficialmente no país, especificamente na Câmara dos Deputados, a possibilidade de criar “Comissões de Inquérito sobre fatos determinados, sempre que o requer a terça parte, pelo menos, dos seus membros”, dizia a nova carta constitucional. Por essa disposição, a minoria parlamentar poderia criar comissões sempre que representasse a terça parte da Câmara, independente do critério parlamentar que exigia a maioria para voltar leis e resoluções.

Nas décadas seguintes as comissões parlamentares foram permitidas ou suprimidas da lei, de acordo com o regime político, sendo posteriormente expandidas para o senado. No segundo período militar, criou-se a possibilidade de CPIs conjuntas entre as duas casas do Congresso (Câmara e Senado). E ainda foi decidido que, na organização dessas comissões, se observará o critério estabelecido que determinava que na composição das comissões fosse observado o critério da representação proporcional dos partidos nacionais com representantes na Casa.

A Constituição Federal de 1988, como afirma Lima (2006), através do § 3º do art. 58, previu o mais longo de todos os textos para o delineamento constitucional de uma CPI elaborada no país. A Constituição, ainda em vigência, autoriza as comissões parlamentares a fiscalizar amplamente qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, gere ou administre dinheiro, bens e valores públicos, sem invadir funções jurisdicionais.

As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores (Constituição Federal, 1988: § 3º do art. 58).

Atualmente, existe uma ampla discussão no campo do direito sobre a constitucionalidade, legalidade, alcance e extensão dos poderes de uma CPI. Formou-se especialmente uma polêmica que diz respeito à jurisdição entre poderes durante o período vigente de uma comissão parlamentar. Questiona-se, por exemplo, se é função

do poder legislativo investigar ao judiciário ou o executivo? Não é nosso objetivo entrar nesse embate, porém algumas considerações merecem ser tecidas.

As comissões parlamentares de inquérito possuem “poderes de investigação próprios das autoridades judiciais”. Dessa forma, ao tomar conhecimento de irregularidades na administração pública, de natureza civil ou criminal, o Poder Legislativo - de qualquer uma das casas, em conjunto ou de forma separada –, tem o poder de investigá-las, recorrendo ou não, no âmbito de tal investigação, aos outros poderes. E além desses poderes, próprios das autoridades judiciais, atribuídos às CPIs existem outros que eventualmente se encontrem definidos por seus regimentos das assembleias estaduais.

É fato que o julgamento e a conseqüente aplicação de penas escapam à competência de uma CPI, cuja missão é investigar fatos relacionados a um objeto em questão, pela qual ela foi criada. Ao final dos trabalhos, que têm data certa para se encerrar, esta deve propor medidas administrativas e legislativas capazes de equacionar os problemas encontrados e encaminhar os resultados aos órgãos competentes (geralmente o ministério público), a fim de serem adotadas as providências cabíveis.

A CPI não absolve nem condena, sua função não é julgar, cabendo-lhe colher informações necessárias à atuação do Parlamento, sem prejuízo de que pessoas venham a ser posteriormente processadas. Portanto, a investigação parlamentar existe como instrumento de fiscalização e meio para obtenção de informação para o exercício da atividade legislativa; enfim, o Legislativo investiga para apurar responsabilidade e para melhor legislar (PERNAMBUCO, Assembleia Legislativa. *Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito*, 2001:18).

4.4 – O acordo de paz, medidores e familiares em negociação

Já abordamos anteriormente a constituição de uma *questão*, as composições provisórias e até mesmo alguns elementos da construção de um acordo de paz (ver capítulo 3). Trabalharemos agora, mais a fundo, novas interseções e representações entre as famílias que compunham a *questão* estudada e a *CPI Estadual do Narcotráfico e da Pistolagem*, que foi medidora deste acordo de paz.

De início, podemos dizer que o trabalho de mediação não consta como objeto de inquérito ou um problema a ser resolvido no momento de criação de tal CPI. A função

de mediar *questões* parece ter surgido ao longo dos meses de trabalho dessa comissão, sendo desenvolvida como uma atividade paralela, que demandou a realização de audiências durante o período das investigações, que estavam sendo promovidas em todo o Estado de Pernambuco.

Sobre o tema, as falas registradas durante o trabalho de campo indicam que não há um consenso sobre como os envolvidos chegaram ao processo de mediação. Se foram as famílias envolvidas na *questão* que procuraram a CPI ou, ao contrário, se foi a comissão parlamentar que se “ofereceu” como mediadora; as diversas fontes nos mostram que parece haver um conflito de interpretações em torno da legitimidade do tema:

A CPI recebeu denúncias anônimas de todas as regiões do Estado, por telefone, fax ou mesmo internet. E aí, quando a gente ia em qualquer região do Estado, também as pessoas nos procuravam, a gente avisava em todas as rádios da região e as pessoas iam nos procurar com denúncias de tudo que tinha na região. Fazíamos uma triagem e víamos em cada caso o que podíamos fazer para resolver. Esse caso das famílias também, foram pessoas que procuraram também, diante da rixa que existia lá, e aí o deputado Pedro Eurico se encarregou de tentar construir um acordo entre eles para reduzir o número de homicídios que existia na região (Sérgio Leite. Membro Titular da CPI, entrevista, pesquisa de campo, setembro de 2009).

Nós tínhamos informação através da polícia federal da questão do tráfico de drogas na área do semi-árido, mais notadamente da área do sertão do submédio São Francisco que era: Belém do São Francisco, Cabrobó, Floresta, Salgueiro, enfim aquela região. Era uma região conflituada pela prática costumeira da questão do plantio, produção e distribuição do tráfico de maconha. E que essa prática criminosa envolvia políticos locais, clãs, ou seja, famílias que se degladiavam em lutas locais e ambos os grupos estavam envolvidos. O pano de fundo, quer dizer, a base real dessas disputas era controle político associado com o tráfico de drogas. E nós partimos para investigar isso aí. Tivemos conhecimento que estavam presas algumas pessoas dessas famílias e resolvemos ouvi-las (Pedro Eurico, presidente da CPI, entrevista, pesquisa de campo, setembro de 2009).

Ela (a CPI) fez a mediação porque nós fomos atrás do deputado Pedro Eurico e ele nos ajudou muito. A gente é que foi atrás. O Estado foi omisso demais e ainda hoje é omisso. Quem teve a coragem foi a gente mesmo, os integrantes. Teve alguém que não quero citar nome e

que nos ajudou muito, mas os outros não tinha interesse porque eles queriam é que o negócio pegasse fogo. Agora, no caso dos outros, que a violência diminuiu é porque eles também sofreram, porque é difícil ter uma família que não tenha um parente assassinado, alguém na família que não derramou sangue de outra família. Esse povo foi sofrendo porque a violência não leva a nada, só gera violência. E esse povo sofreu. Aí eles botaram na cabeça, como a gente botou que isso não leva a nada (Membro de uma das famílias, entrevista, pesquisa de campo, setembro de 2009).

Porém, é fato que as dezenas de mortes, o tráfico de armas e entorpecentes chamou a atenção do poder público Estadual e Federal, que já se fazia presente na região – principalmente em intervenções através de operações policiais e grandes projeto de irrigação -, anos antes da chegada das duas CPIs.

Trinta de novembro. Esta data foi escolhida pelas forças armadas como o início da maior operação contra o narcotráfico nos últimos três anos. A operação chamada de Mandacaru não tem prazo para acabar e é composta por uma força tarefa coordenada pelas forças Armadas e a Secretaria Antidrogas (Senad). O contingente é de 1.460 homens do Exército, Marinha e Aeronáutica, Polícia Federal e Polícia Rodoviária, além de órgãos de apoio federais e estaduais. O custo da operação é de R\$ 7,5 milhões (Folha da Cidade. *Operação antigroga toma conta do Sertão*. Cabrobó, nov/dez de 1999).

Sobre a atividade de mediação da CPI Estadual, várias audiências de conciliação entre as famílias foram realizadas. Durante meses prosseguiram-se as negociações em que frágeis composições eram firmadas ou recendidas. No dia 17 de outubro de 2000, um termo de compromisso de não agressão foi assinado em uma audiência pública na Assembléia Legislativa de Pernambuco³⁵. O episódio ganhou grande repercussão na mídia, porém por pouco não acabou de modo inesperado.

Devido à acirrada rivalidade entre os participantes de famílias rivais e a uma reivindicação referente ao número desigual de presos em cada lado da *questão*, a sessão acabou em novos desdobramentos do conflito, uma vez que alguns membros, que na época se encontravam presos, decidiram não assinar o termo de compromisso e “bateram boca” com os rivais.

³⁵ O fato é anterior ao acordo de paz, ainda hoje vigente, firmado poucos meses depois em Salgueiro – PE, como se verá adiante.

O antigo sonho da paz entre famílias rivais no Sertão quase se transforma em novo pesadelo. Na solenidade realizada ontem, na Assembléia Legislativa, velhas divergências por pouco não arruinaram o pacto viabilizado pelos próprios clãs inimigos, com o apoio da Igreja Católica e da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Narcotráfico e da Pistolagem. Depois de duas horas de discursos sobre a necessidade da trégua na região, o presidiário xxxxx, líder dos Araquans, que saiu do Anibal Bruno especialmente para a cerimônia, roubou a cena e obrigou a CPI estadual do Narcotráfico a marcar uma nova audiência para os próximos 15 dias, em Cabrobó, distante 560 quilômetros do Recife. Aplaudido de pé pelos familiares que estavam nas galerias, xxxxxx, detido há sete meses por acusação de tráfico de drogas e homicídios, criou um obstáculo para o fim do conflito, responsável por mais de 60 mortes, nas duas últimas décadas. (...) O pacto antiviolença estava garantido até o momento em que o Presidente da CPI convocou os cinco Araquans, atualmente presos, para assinar o termo de compromisso. xxxx e xxxxx recusaram-se a subscrever a ata da sessão. Os dois únicos divergentes entre os 17 membros de famílias rivais chamados para participar da celebração da trégua, deixaram o clima tenso no plenário. Para piorar a situação xxxx, também detido no Anibal Bruno, por acusação de homicídio e tráfico de drogas, trocou acusações e agressões com xxxx, um dos maiores incentivadores da pacificação (Jornal do Commercio. *Famílias não se entendem e adiam o acordo*. Recife, 18 de outubro de 2000).

Como se vê, a solenidade, aberta ao público, foi um espaço marcado pela disputa entre as famílias e, também, delas com o Estado, tudo isso perante uma platéia de familiares, jornalistas e políticos, um espaço de espetacularização da cultura, como diria Geertz (1989). Na ocasião, a CPI pedia a suspensão das agressões e as famílias reivindicavam o direito de opinar na condução da máquina pública em pontos como: presença de alguns policiais nas localidades do conflito, débitos com a justiça e transferência de presos, subsídios materiais para os municípios atingidos pela “guerra”, desapropriação das fazendas de modo que as famílias pudessem se separar territorialmente. Pedidos que, caso fossem realizados, tornariam a paz algo mais desejado pelas partes, aliviando antigos rancores e possibilitando a acomodação dos conflitos.

Ana Cláudia Marques, que na época realizava seu trabalho de doutorado na região, acompanhou essa sessão e expôs, no livro *Intrigas e Questões: vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco* (2002), algumas falas dos

personagens envolvidos³⁶. Estas não estão disponíveis nos arquivos abertos da CPI³⁷ e serão, parcialmente, expostas aqui uma vez que demonstram uma complexa relação entre as famílias e os representantes do Estado que passava pelas negociações ora impessoais, ora nem tanto.

Então eu quero agradecer a todos, os deputados que estão aqui, a Justiça que está aqui. Agora eu peço, eu peço e faço o pedido ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Defesa Social do Estado de Pernambuco, isso eu posso pedir, porque a minha oportunidade é essa, eu peço para remover os policiais que estão na cidade de Belém e de Cabrobó, para que a paz continue reinando naquela cidade, não quero dizer que é todos, mais existe um envolvimento (...), porque na polícia militar existem pessoas de bem, mas existem membros que fogem ao seu trabalho. Então eu peço, secretário, que essa paz reine em nosso sertão, e que eu peço o remanejamento desses policiais. E quero, também, aqui pedir também aos direitos humanos e que observem que estou aqui como pai de uma criança (...) que sofreu um tiro na cabeça, com idade de 16 anos e que foi morto pelo policial que até hoje está trabalhando em Belém do São Francisco; eu peço aos Direitos Humanos, e vamos ao sertão, e vamos fiscalizar e vamos olhar os trabalhos desse pessoal no sertão (Pronunciamento de uma liderança da família *Araquan* durante audiência de pacificação in Marques, 2002).

Cumprimentos e pedidos mútuos marcaram o início da solenidade em uma difícil negociação entre poder público e local, muito bem encenada na ocasião. Esta negociação estendeu-se por pedidos de transferência de policiais, redução das penas, reforma agrária nas terras das famílias envolvidas nos conflitos, de um lado, e pedidos de assinaturas e fim das mortes, do outro. Em seguida, houve a leitura do termo de compromisso e os integrantes presos foram chamados para assinar o acordo: nesse momento as tensões se acirraram e antigas e novas divergências vieram à tona.

Toda vida doutor, eu queria paz, não é? Só que aconteceu e a gente nunca podia controlar porque não tinha ninguém pra ajudar, ao nosso

³⁶ A autora não desenvolve amplamente o tema que não era, exatamente, seu objeto de estudo, porém algumas falas anotadas pela autora e que não constam nos documentos disponíveis da CPI serão utilizadas aqui no intuito de recompor os tensionamentos da ocasião, junto com os documentos oficiais e jornais da época. Desta forma, estes se encontram integralmente em Marques (2002).

³⁷ Na Assembléia Legislativa de Recife fui informado que o período para abertura de todos os documentos é um século.

lado, né? Nem o outro lado. Aí ficava, por causa de ignorância, ficava um brigando uns contra os outro, sem... só através de ignorância. Aí ninguém ganha nada com isso, né? Agora, eu fiz a proposta, primeiramente, e se o governo indenizasse o terreno da gente, a fazenda podia retirar do local e procurar outra vida, não é? Aí, a outra proposta minha foi dessa maneira, que a gente aceite o acordo, que foi o que eu que fiz a proposta sobre o acordo, com as condições que a gente que tá na cadeia hoje – a gente acabando tudo que tem lá dentro, né? A família da gente sofrendo muito lá fora, aí dessa maneira – eu disse que a gente fazia o acordo, e eu concordo com o acordo, assino toda hora. Agora nas condições doutor, assim que a gente possa responder o processo em liberdade. Agora doutor, me desculpe, agora aqui para eu fazer o acordo, para eu ficar sofrendo, eu não assino não, desse jeito não (Pronunciamento de uma integrante da família *Araquan* durante audiência de pacificação in Marques, 2002).

Os deputados, então, foram obrigados a intervir:

(...) seria um ato impensado e irresponsável dessa CPI se nós disséssemos ao senhor que o senhor estaria solto. Porque o senhor sabe que existem leis que precisam ser cumpridas e nós não podemos nos sobrepor à lei, aí porque o senhor está preso em função de delitos que o senhor deve ter praticado. O que que nós temos a fazer? Nós temos que fazer esse levantamento, isso aqui é o passo inicial que está sendo dado, e que o senhor, inclusive participou através de seus familiares. Então, visto isso, primeiro o senhor fala da questão das terras. A questão da terra nós vamos procurar, evidentemente, o Incra que tem áreas para interesse de reforma agrária, se poderia adquirir determinadas áreas ou fazer permuta com as famílias, para que as famílias possam, cada uma, ocupar suas áreas. Agora, esses atos não podem acontecer num passe de mágica, o que seria completamente inviável e nós começaríamos com uma situação de fortificação, ou seja, não daríamos um passo em canto nenhum. Então, o documento que está aí é esse, o senhor concordou com o documento, se o senhor quiser o senhor assina... É aquela coisa, a CPI abre espaço para resolver o problema de todas as famílias que quiserem colaborar, os três chefes já assinaram, os que estão com prisão preventiva decretada já assinaram, e agora cabe a vocês decidirem qual é o rumo que vocês querem tomar (Deputado Pedro Eurico, presidente da CPI, *Araquan* durante audiência de pacificação in Marques, 2002).

Gostaria que fosse adendado o compromisso e o acordo aqui assinado, como algumas questões colocadas de forma concreta. Primeiro lugar, que a partir da assinatura desse documento as autoridades, aqui presentes assumem a responsabilidade da recuperação econômica das atividades das famílias envolvidas no acordo. Assumem iniciar processo de apoiar a recuperação econômica das atividades das

famílias envolvidas no acordo. Assumem iniciar o processo de recuperação econômica. Em segundo lugar, acho que é importante que se registre que, também, na ata desse acordo fique caracterizado que o processo, a busca da progressão da pena, ou da iniciativa de se empenhar em reduzir os impactos das penalizações – evidente, que observada a legislação e a ação do Poder Judiciário – possa, de certa maneira, caracterizar gestos concretos. Porque, como o texto foi colocado, e eu que [ante] a preocupação de quem está diante (...), tanto tempo de ódio, de violência, de desconfiança e de rancor, é preciso se caracterizar algumas iniciativas e compromissos. As autoridades serão as responsáveis por cancelar um acordo desse tipo. (...) Na verdade, isto é só um termo de compromisso que está sendo construído para iniciar uma negociação. O acordo, eu creio, que ele só pode ser assinado quando as garantias integrais estiverem asseguradas, mas aqui estaria exatamente um primeiro termo de compromisso de iniciar essa negociação (Deputado Fernando Ferro, membro titular da CPI, *Araquan* durante audiência de pacificação in Marques, 2002).

Mesmo com os compromissos assumidos pelos parlamentares, alguns desses familiares se recusaram a assinar o documento. Contudo, no final da audiência, após os ânimos se acalmarem, todos deram as mãos e foi rezado um Pai Nosso. Nesse momento, as disputas cessaram momentaneamente em sinal de reconhecimento e respeito à hierarquia eclesial. Estabeleceu-se ali uma estrutura vertical imediatamente acatada.

Nessa ocasião ficou acertado ainda um tempo para ambos os lados cumprirem suas partes no termo de compromisso, além de uma nova audiência a ser realizada. E pouco mais de um mês depois, ela aconteceu, desta vez realizada no Fórum do município de Salgueiro-PE, onde um acordo de paz foi finalmente sacramentado.

Uma cidade distante 514 quilômetros do Recife assistiu, ontem, a um pacto de paz que parecia ser impossível de acontecer. Depois de duas décadas brigando, que deixaram cerca de 100 mortos, as famílias Cláudio, Russo, Benvindo, Araquan e Gonçalves e Nogueira, assinaram no fórum de Salgueiro, sertão do Estado, o documento que põe fim à guerra entre as famílias (Diário de Pernambuco. *Enfim, famílias sertanejas começam a se entender*. Recife, 29 de novembro de 2000).

Na solenidade estavam presentes, segundo o relatório final da Comissão (2001), representantes de todas as famílias envolvidas, o procurador geral do Estado, o

superintendente da Polícia Federal em Pernambuco, o padre da Paróquia de Belém do São Francisco-PE, promotores de justiça e juizes de direito, um delegado de polícia e a prefeita do município, além da imprensa estadual e nacional.

Após a assinatura do pacto, houve ainda um jantar com a participação de representantes de todas as famílias, realizado na residência de uma delas.

Uma casa antiga no centro de Cabrobó, distante 588 quilômetros de Recife, transformou-se ontem no palco mais importante da história da Região do São Francisco. (...) Por uma enorme coincidência o almoço marcou o encontro dos anfitriões, os Russos, com os principais inimigos, os Araquan, aconteceu exatamente dois anos depois de um duelo travado naquela mesma calçada. Durante a festa, também foi acertada a realização de uma audiência ainda este ano entre os deputados estaduais, os integrantes das famílias e diretores do Banco do Brasil e do Banco Nordeste para iniciar a retomada dos investimentos nas áreas do conflito (*Jornal do Commercio, Ex-rivais almoçaram juntos em Cabrobó para celebrar acordo*. Recife; 29 de novembro de 2009).

Um espaço ritual, onde o público e o doméstico se misturam, em que se testou a eficácia do pacto e os limites de tolerância dos grupos em conflito. Nesse sentido, os rivais puderam sentar-se em uma mesma mesa e partilhar de uma refeição comum, medindo sua capacidade “de aproximar-se sem matar-se, de chamar a frente sem chamar à guerra” (Comerford, 2003: 111).

Um espaço teatralizado que, para além da proximidade forçada, deve ter sido também marcado pelo distanciamento, por palavras e gestos comedidos e vigiados, pela rigidez de uma etiqueta formal, pelo alto nível de tensão para se evitar qualquer indício de afrontamento e onde, finalmente, as brincadeiras e as bebidas alcoólicas estavam vetadas pois poderiam representar um risco ao processo de pacificação.

Como se vê, por uma modalidade de intimidade forçada e tensão multiplicada, mas até certo ponto controlada, colocou-se publicamente à prova a existência do respeito ali existente, fator essencial para o cumprimento do pacto.

4.5 – Mais sobre a CPI: quem ameaça o Estado?

Cresce o poder do narcotráfico. Esse poder ameaça, alicia, mata. Onde consegue chegar ao governo, destrói a democracia. (Pernambuco. Citação de abertura do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o avanço e a impunidade do narcotráfico – novembro de 2000).

A oposição entre público e privado se radica dentro da concepção ocidental de política. Esta oposição orientou classificações, se não as sucessões temporais, de tipos de sociedades, operadas pelas ciências sociais que, como afirma Marques (2007), se debruçou consistentemente sobre a divisão entre organizações sociais e políticas baseadas no parentesco e na territorialidade (Marques, 2007: 12).

Dessa forma, muito da abordagem dada pela sociologia rural nacional aos conflitos familiares, principalmente até o final dos anos 80, passou por essa dicotomia em que se alertava constantemente para a ausência do Estado ou de sua incapacidade de chegar a determinados lugares, tomados pelo poder privado (ver capítulo 2). Prevaleceu por um longo período a predileção por macroanálises que tratavam o local como “atrasado”, – e aqui enfatiza-se o meio rural - com um poder público fraco ou com uma modernidade ainda incompleta.

Passando por Sérgio Buarque (1986) e seu conceito de cordialidade, Costa Pinto (1980) e sua convicção das instituições fracas que constituíam o país, Nunes Leal (1975) e sua discussão sobre centralização e descentralização do poder, dentre inúmeros outros autores, persistiu a idéia que o Estado não se faz presente na aplicação das leis ou disputa espaço com o poder local, sendo incapaz de evitar ou solucionar os conflitos existentes.

A literatura, não obstante a enorme contribuição dada às conexões entre família e política, comumente examina tais fenômenos como resquícios de uma modernidade incompleta ou vigência de uma ordem autoritária contraposta aos desígnios da democracia. Nesse contexto, é apontada a fraqueza do poder público (Duarte 1966) como um dos elementos que se soma ao privatismo típico da competição entre família e Estado (Barreira, 2007: 183).

Esse discurso, já bastante destacado pela sociologia brasileira, parece ter saído há algum tempo do campo acadêmico, chegando à sociedade civil e ter sido incorporado pelo próprio Estado, na figura da *Comissão Parlamentar de Inquérito Estadual do Narcotráfico e da Pistolagem*. Pois, foi com essa ótica que tal CPI abordou insistentemente os problemas sociais por ela investigados:

De tudo que foi visto até aqui, chega-se à conclusão que o cerne do problema da violência em Pernambuco **é a falta da presença do Estado (Poder Executivo, Poder Judiciário, Ministério Público e Poder Legislativo)**, que permite o crescente estímulo à violência, fermentado pela impunidade. Foram estes ingredientes que contribuíram para transformar Pernambuco num dos Estados mais violentos do País (PERNAMBUCO, Assembléia Legislativa. *Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito*, 2001: 171 – Grifos nossos).

Portanto, reforçar **a presença das instituições estatais** é o passo inicial para conter o avanço da criminalidade; (...) **impedindo que influência política local possa interferir no trabalho da polícia militar**. Bastou isso para que os moradores de Floresta readquirissem a cidadania plena, que havia sido tolhida pela violência das armas. O exemplo de Floresta deve se tornar regra em todo o Estado de Pernambuco, cabendo ao Executivo, ao Judiciário, ao Ministério Público e o Legislativo terçar forças para alcançar este desidrato (PERNAMBUCO, Assembléia Legislativa. *Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito*, 2001: 177– Grifos nossos).

A grande questão lá (no sertão de Pernambuco) é essa, se o Estado não estiver presente quem comanda é o crime organizado. **Então o Estado precisa estar mais presente** nessas áreas para evitar que o crime tome conta do espaço (Entrevista de campo, Deputado Sérgio Leite. Membro Titular da CPI, setembro de 2009).

Nas entrevistas realizadas durante o trabalho de campo ou nos documentos construídos pelos representantes da CPI – que convém não esquecer, é também uma componente do Estado - estes afirmam a todo o momento a falência da máquina pública na região e a ameaça de um poder paralelo. Como consequência, a ordem pública

desponta fora dos eixos propostos pela lei e o regime democrático está em crise por conta da ausência do poder público que não atua naquele local ou chega de maneira deformada, enfraquecido diante de um poder local hipertrofiado:

Sem dúvida alguma **é preciso preservar a ordem institucional e o regime democrático, mas é impossível deixar de reconhecer que o Estado brasileiro se transformou em um grande paquiderme.** Fizeram-no um ser deformado (PERNAMBUCO, Assembléia Legislativa. *Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito*, 2001: 187 – Grifos nossos).

Dessa forma, as conclusões da CPI passaram pelo temor, não confirmado, do aparecimento de organizações criminosas com abrangência internacional, tão debatidas pelos estudos do campo de direito nacional, diga-se: o surgimento de máfias. Essas organizações que, no mundo contemporâneo, têm como características principais: “comando unificado, forma empresarial, hierarquia, monopólio de atividades criminosas, domínio de meios tecnológicos sofisticados, mecanismos de lavagem de dinheiro, tendência a transnacionalidade” (PERNAMBUCO, Assembléia Legislativa. *Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito*, 2001: 149).

Pelo que se viu até aqui, ainda não existe no Sertão de Pernambuco uma organização criminosa com tendência transnacional, capaz de ameaçar a ordem institucional do Estado de Pernambuco, quer dizer, o crime organizado, no sentido técnico do termo, encontra-se ainda em um estágio embrionário (PERNAMBUCO, Assembléia Legislativa. *Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito*, 2001: 149).

É um equívoco pretender comparar as quadrilhas que atuam no sertão de Pernambuco com a Máfia Italiana, ao argumento de que são famílias que controlam a produção de maconha na ‘Região Moxotó-Pajeú’; trata-se de uma redução simplista, que não corresponde a realidade, pois a máfia italiana possui um nível de organização e transnacionalidade, bem assim um caráter empresarial, que a distingue dos grupos que isoladamente disputam o controle das roças de maconha do sertão pernambucano. A ausência de uma organização empresarial, de influência política estadual, de mecanismos complexos de lavagem de dinheiro e de tendência transnacional dos diversos bandos ou quadrilhas impede que se cogite a existência de

uma máfia no sertão, nos moldes da máfia italiana, ao menos por enquanto (PERNAMBUCO, Assembléia Legislativa. *Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito*, 2001:146).

A constatação inicial é que não existe em Pernambuco o chamado ‘banditismo social’, onde os criminosos assumem o papel do Estado e passam a garantir a saúde, educação e demais serviços tipicamente públicos, logrando êxito em conseguir o apoio da comunidade e não raro se tornarem heróis; aqui, os criminosos roubam dos ricos e pobres para si mesmos, não havendo falar-se em distribuição do produto do crime entre as pessoas da região, que ainda têm que pagar um alto preço por morarem em verdadeiras zonas de guerra (PERNAMBUCO, Assembléia Legislativa. *Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito*, 2001: 170).

E se insiste no tema,

É importante repetir, tantas vezes quantas bastem, que não existe ‘crime organizado’ em Pernambuco, nos moldes da máfia siciliana; como o já dissemos, cuida-se de bandos ou quadrilhas fortemente armados, bastante violentos, com algum poder político local, mas sem uma organização empresarial ou um comando central, capaz de lhes assegurar um alto grau de organização; a força desses grupos criminosos reside na desorganização do aparato estatal incumbido de reprimi-los. (PERNAMBUCO, Assembléia Legislativa. *Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito*, 2001:171).

Ao perceber que sua ordem pode estar ameaçada por uma nova organização ainda em estágio “embrionário”, a CPI reivindica um poder maior à sociedade para derrotar essas “facções criminosas” locais que estão surgindo ligadas ao narcotráfico. E, assim, a *CPI Estadual do Narcotráfico e da Pistolagem* apresentou-as como o “inimigo” a ser vencido, sendo seu desenvolvimento o maior dos temores a ser enfrentado.

O plantio e cultivo da maconha são feitos por agricultores da região, numa demonstração do poder de desagregação social que o tráfico de drogas provoca, na medida em que homens e mulheres sem qualquer vínculo criminoso inicial são arregimentados pelo ‘narcoestado’, com fantoches de uma ópera bufa (PERNAMBUCO, Assembléia Legislativa. *Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito*, 2001: 146).

Nessa disputa o Estado se auto-representa a todo o momento como fraco e ameaçado - “A instituição Polícia Militar está em crise” (PERNAMBUCO, Assembléia Legislativa. *Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito*, 2001: 187); “Também na Polícia Civil do Estado de Pernambuco nós verificamos os problemas, que se não forem equacionados comprometerão o futuro da instituição policial” (PERNAMBUCO, Assembléia Legislativa. *Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito*, 2001: 188); “O sistema prisional do Estado de Pernambuco é uma tragédia” (PERNAMBUCO, Assembléia Legislativa. *Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito*, 2001: 182) - para cumprir seu na aplicação das leis e na distribuição de justiça.

E, dessa forma, pensa-se a todo o momento em um modelo de poder público imprescindível, na visão dos mediadores da CPI, que deve ser capaz de suprimir todos os outros focos de poder paralelo. Uma instituição que necessita de um poder ampliado e efetivo, para voltar a ser sinônimo de eficiência, deixando de ser um “paquiderme”, e estar presente para solucionar os problemas de violência no Estado de Pernambuco. E, tudo isso, na visão da CPI, é urgente para “preservar a ordem institucional e o regime democrático” (PERNAMBUCO, Assembléia Legislativa. *Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito*, 2001: 187).

4.6 – “Questões incidentais”: o que investiga a CPI do Narcotráfico e da Pistolagem?

A Comissão Parlamentar de Inquérito deve apurar fato determinado. C.F., art 58, § 3º. Todavia, não está impedida de investigar fatos que se ligam, intimamente com o fato principal (Supremo Tribunal Federal, in HC 71231/RJ, Relator Ministro Carlos Velloso in PERNAMBUCO, Assembléia Legislativa. *Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito*, 2001: 178).

Um dos requisitos formais, estabelecido por lei, para instalação de uma CPI é a definição de seu objeto de investigação. Contudo, por uma decisão tomada pelo Supremo Tribunal de Justiça (parecer nº 001/2000), uma Comissão Parlamentar de

Inquérito tem o poder de ampliar seu objeto de investigação para outros fatos de interesse, não inicialmente previstos como objeto da CPI mas com ele conexos. E assim foi feito pela CPI Estadual, extrapolando os temas do *narcotráfico* e da *pistolagem*, com novos objetos sendo incorporados como matéria de investigação desta comissão.

Em uma seção do relatório final desta CPI, intitulada *Questões incidentais*, que abrange temas que surgiram no curso do procedimento e merecem a atenção dos parlamentares, o relatório final da CPI (2001) traz novos objetos que foram incluídos como fatos de interesse dessa comissão. Estes são três: “roubo de cargas; sistema prisional; e estrutura policial” (PERNAMBUCO, Assembléia Legislativa. *Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito*, 2001:178).

Porém, como vem sendo demonstrado ao longo do capítulo, a CPI se prestou ao papel de mediadora nas brigas entre famílias e nenhum desses conflitos consta entre as *Questões incidentais*, que se desenrolaram no período ativo desta comissão. Diante disso, tendo em vista que o objeto de investigação dessa comissão no momento de sua criação foi o “narcotráfico e a pistolagem”, fica a pergunta: por que não incluir as brigas (as *questões*) nessas *Questões incidentais*?

A resposta está no relatório final e também na fala dos representantes da CPI.

Hoje, as **“guerras familiares” funcionam apenas como pano de fundo para a sangrenta disputa pelas roças de maconha e pelo comando político da região**, disputando palmo a palmo pelos bandos ou quadrilhas, que se valem dos assaltos a agências bancárias, carros-fortes e caminhões de carga e crimes de pistolagem, para obter recursos que financiam o tráfico de drogas e campanhas políticas. Lamentavelmente, centenas de pessoas inocentes, inclusive membros dessas famílias que jamais cometeram crimes, morreram em virtude dessas disputas (PERNAMBUCO, Assembléia Legislativa. *Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito*, 2001: 147 – Grifos nossos).

Os conflitos entre famílias são para a CPI apenas o pano de fundo do tráfico de drogas, do controle político, do sistema de pistolagem e do roubo de carga presentes no sertão do Estado. Dessa forma, o que justificou a entrada da CPI nesses trabalhos de

mediação foi afirmar que esta era uma guerra contra o tráfico e a pistolagem que se organizavam sobrepostas a estruturas familiares.

Os crimes de pistolagem não surgem isolados, antes estão relacionados com o tráfico de drogas, roubo e receptação de cargas e a atividade político-partidária. Percebe-se, com uma clareza de doer nos olhos, que os mesmos bandos ou quadrilhas envolvidos com o narcotráfico, roubo e receptação de cargas estão relacionados com a pistolagem. É um ciclo criminoso, onde a pistolagem se insere como elemento de ação das quadrilhas, em geral **compostas por familiares**, a fim de assegurar espaço político ou econômico (PERNAMBUCO, Assembléia Legislativa. *Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito*, 2001::171 – Grifos nossos).

Nas palavras do presidente da CPI - e que tentou recentemente recriá-la - tomadas durante o trabalho de campo, essa idéia é reforçada. Ele chegou a afirmar durante a entrevista que os grupos envolvidos “eram sociedades criminosas” com um núcleo familiar presidindo-as.

As lutas familiares levavam eles para a clandestinidade na medida em que existiam as chacinas. E eles viviam na clandestinidade por uma questão de sobrevivência, por uma questão operacional. E a partir daí também estavam na clandestinidade porque as famílias estavam envolvidas com o tráfico de drogas e com assaltos. E depois porque na clandestinidade a condição de sobrevivência deles está vinculada necessariamente com a prática do crime (Entrevista em pesquisa de campo, Deputado Pedro Eurico. Presidente da CPI, setembro de 2009).

Diante do fato, se sobressai outra questão: se as “guerras familiares” são para a CPI apenas o pano de fundo do tráfico de drogas e do sistema de pistolagem, por que simplesmente não aplicar a lei e prender os lados envolvidos, como faz corriqueiramente o Estado em questões deste tipo? Por que realizar um acordo de paz entre “traficantes”, “pistoleiros” ou “assaltantes”?

A questão merece ser aprofundada. Na nossa visão, sua resposta passa novamente pelas muitas perspectivas articuladas em torno de uma *questão*, em que se

sobressai a dificuldade em distinguir as múltiplas esferas envolvidas em torno destas. Como se verá adiante, nota-se aqui também a interconexão das lógicas da justiça local, baseada na honra e na vergonha, com a lógica da justiça das instituições estatais, baseada na aplicação da lei. Efetua-se em torno da mediação um tipo de dupla captura, com os dois lados utilizando ambas as noções e espaços, sem a qual não haveria possibilidade, em tal contexto, para nenhum deles de fazer “justiça”.

4.7 - Duas formas de se fazer justiça: da aplicação da lei à desmoralização do oponente

É preciso que o Estado resolva ser o ente distribuidor de justiça e não continue desculpando-se das suas deformações, gerando mais revoltas sociais (PERNAMBUCO, Assembléia Legislativa. *Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito*, 2001: 187 e 188).

No momento de sua criação, o objetivo da CPI era “buscar soluções racionais e eficientes, com vistas à definitiva consolidação de um verdadeiro sistema de justiça e segurança (PERNAMBUCO, Assembléia Legislativa. *Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito*, 2001: 11)”. Desta forma, a comissão parlamentar entende o Estado com uma instituição que tem como dever consolidar e distribuir justiça. Para isso, é preciso aplicar a lei que está na Constituição Nacional.

Porém, se as *questões* familiares são públicas, uma vez que as ações dependem do julgamento moral de um público que não só assiste, mas também delas participam (ver capítulo 3), o processo de mediação em torno delas também o é. Dessa forma, todos estão sujeitos a julgamentos de ordem moral em processos que envolvem *prestígio* e *difamação*. Tudo isso, em um contexto em que a guerra por honra é aceita pela sociedade como legítima (Franco, 1983) – se não sempre, pelo menos em certas ocasiões -, ao contrário dos roubos, da pistolagem e do narcotráfico que dão o nome a CPI.

Em um exemplo contundente de hierarquização de crimes e de “manipulação” de valores, os dois lados jogam com essas duas noções. Por um lado, as famílias deslegitimam a atuação do Estado e exigem o direito de opinar e interferir na condução

da justiça estatal (denunciam a “má” atuação de alguns policiais nas localidades do conflito, barganham débitos com a justiça e transferência de presos, subsídios materiais, etc.). Por outro - mesmo que não tenha plena consciência disso -, ao colocar o tráfico com motivo primordial do conflito, a CPI objetiva e promove a deslegitimação desses atores perante a sociedade e, em sentido contrário, a legitimação dela própria para a aplicação da lei.

Mas a justiça estatal também é capaz de invadir a justiça local. É capaz de transformar o ponto de vista local acerca de alguém que comete uma morte respondendo ao chamado tácito da coletividade que o cerca (Villela, 2007: 124).

Nesse jogo de *prestígio e difamação*, a coragem e a honra saem de cena e entram a ganância, a ambição e o desejo pelo poder, elementos que trazem a desvalorização local do indivíduo ou da família. Estas últimas aparecem nas sociedades sertanejas como elementos que podem destruir reputações e condenar ao ostracismo aqueles que são publicamente considerados como tomados por esses sentimentos. Por isso, são geralmente foco de conflitos e de destruição de relações ou de possibilidade de relações, algo que impossibilita a confiança e, portanto, o processo de alianças, de familiarização (Comerford, 2003: 128), elemento essencial para a manutenção do conflito.

Dessa forma, o sentido do discurso dessa CPI pode ser interpretado de duas maneiras que estão interligadas:

1) Como uma tentativa de fortalecer e legitimar a atuação da máquina pública, uma vez que ao colocar como causa dos problemas a ausência do Estado, dá a ele o grande poder de aplicar a sua justiça para resolver todos os conflitos locais. É o Estado que solicita e justifica uma atuação enérgica de si próprio e, para isso, precisa de um poder ampliado.

2) Como uma forma de a justiça do Estado cooptar e abafar a lógica da justiça privada e local, colocando um indivíduo ou uma família no campo da vergonha, quer dizer, da deslegitimação pública, e tentando impor ou transformar o ponto de vista local acerca de um indivíduo ou de uma família envolvida nas *questões*.

Portanto, qualificando-os como traficantes, pistoleiros e ladrões, e não como parte de uma disputa particular pela manutenção da honra, a CPI, concomitantemente, desmoraliza perante a sociedade os envolvidos nas *questões* e dá ao Estado (a si mesma) a legitimação, que este alega necessitar, para se fazer presente, apaziguar os confrontos e punir, pela aplicação da lei, os envolvidos, ou seja, fazer sua justiça constitucional. Utiliza-se a justiça oficial do Estado na aplicação da lei, mas também a lógica e a racionalidade da justiça local das famílias, baseada nas noções de honra e vergonha.

4.8 – Composições e representações em torno da justiça

“A solução para esta situação reclama dois ingredientes atualmente em falta: polícia e vergonha” (Ex-Major da Polícia Militar de Cabrobó in PERNAMBUCO, Assembléia Legislativa. *Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito*, 2001).

Se no capítulo anterior demonstramos o quanto as engrenagens políticas se fazem objeto de apropriação, de modo que as determinações vindas de outros centros de poder podem ser sempre submetidas a ajustes peculiares com a vida social local e, em sentido contrário, como as engrenagens sociais locais também podem fazer-se objeto de apropriação por parte de poderes deslocados, de modo a impor suas orientações nos cenários locais, demonstra-se aqui que o mesmo parece valer para outras instâncias de poder.

Nesse processo de mediação, a submissão de uma justiça privada ao direito público passou por longas negociações pessoais, entre deputados e lideranças do conflito. Era preciso modular os preceitos dos rigores do Estado com a necessária brandura proporcionada pelas regras do direito, as quais os atores convidavam a burlar, ou sobre as quais aspiravam se amparar. O poder de barganha do Estado também esteve a serviço da disputa entre poderes locais, na qualidade de mediador entre os grupos (Marques, 2002: 304).

Em uma frase bastante significativa, um major da Polícia Militar, ex-comandante da instituição em Cabrobó, chegou a afirmar que “a solução para esta

situação reclama dois ingredientes atualmente em falta: polícia e vergonha” (PERNAMBUCO, Assembléia Legislativa. *Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito*, 2001: 19). Ou seja, a justiça do Estado (da lei) em conciliação com a justiça familiar (da honra e da vergonha).

Por fim, em um processo de negociação que se arrastou por meses, a contenção do conflito se deu pela assinatura do acordo. E permitiu às famílias, que já estavam desgastadas com o conflito, cessar a briga carregando um certo prestígio, contando que o ato não fosse tomado como covardia.

Os acontecimentos mostram que a retaliação não é a única solução positivamente valorizada para as famílias, da mesma forma que aplicar a lei e prender os envolvidos não é a única solução, nem o meio que dará maior prestígio aos representantes públicos, quer dizer, aos membros CPI. Novamente instituições públicas e privadas se entrelaçam. “Valores ligados à honra, justiça e direitos entraram no circuito das contendas familiares, articulando os planos das relações interpessoais e ações políticas” (Barreira, 2007: 198).

A vida política municipal está de fato completamente atrelada aos imperativos de uma aparelhagem administrativa que transborda os seus limites territoriais e que lhe impõe uma ordenação específica e não espontaneamente gerada ali. Ao mesmo tempo que esta aparelhagem produz uma reformulação inevitável da ordem interna, ela se fará também objeto da apropriação local, tudo isso refletindo em seu funcionamento (...). Quando a estrutura de um sistema político nacional dotado de uma centralidade externa à comunidade lhe impõe as suas engrenagens, ela por um lado se serve dos arranjos que concebivelmente precedem sua chegada. Porém, ao instalar-se ali cria modificações muito fundamentais ao sistema local que produz, em contrapartida, efeitos sobre aquele primeiro sistema (Marques, 2002: 299).

Nesses conflitos não se pode falar de sobreposição do domínio privado no público – como dizem os deputados integrantes da CPI - ou vice-versa. Constatase o quanto as engrenagens das várias esferas de poder – e aqui ressaltamos a justiça – se fazem objeto de apropriação de modo que as determinações vindas de outros centros de

poder estão sempre submetidas a ajustes peculiares da vida social local³⁸. Mas também como engrenagens sociais locais podem fazer-se objeto de apropriação de poderes deslocados, de modo a impor suas orientações nos cenários.

Trata-se antes, de duas formas de atuação e de expressão do que é público: o local e o estatal. E não da simples interferência de uma na outra. Diz respeito, segundo Villela (2007), a uma simbiose, de um maquinismo, segundo o qual os dois, isoladamente, não funcionariam a contento. Mais do que isso, as costumes locais estão aptas a receber as influências das instituições estatais e vice-versa sem que, contudo, tornem-se redutíveis uma à outra. Com afirma o autor:

Cada uma, em núpcias contra natura, rouba um pedaço da outra. Faz dela sua parceira e alavanca para cada passo adiante. Todavia, parceria não evita os conflitos. Aliadas, estão em permanente disputa. Cada uma dispõe de armamentos específicos em seus arsenais contra a amante-inimiga. Costumes locais e instituições nacionais, irmãs siamesas, sabotam-se, odeiam-se, desconfiam uma da outra, pretendem a todo preço a separação nunca atingida completamente (Villela, 2004: 24).

As longas negociações desta CPI, que envolveram Estado e famílias, parecem descrever melhor as múltiplas composições de força, do que a suposição de que todos os focos de poder só não se submetem àquele do Estado, em virtude de uma deficiência deste (Marques, 2002), como supunha a CPI. Nessas relações entre local e exógeno, o que se analisa é o equilíbrio de inúmeras forças, não há imposição e submissão, vencedores e vencidos, apenas composições provisórias e contextuais.

4.9 – As várias articulações e persistência do fenômeno

Por fim, vale refletir sobre a diferença de posicionamento que permeou esse processo de negociação. Os depoimentos colhidos durante o trabalho, juntamente com aqueles coletados nos documentos e jornais, indicam que houve uma diferença bastante

³⁸ No caso das *questões*, esses ajustes são sempre objeto de suspeita por parte do grupo rival e, por isso, costumam ser mascarados.

significativa de representações em torno dos atores envolvidos no processo de mediação.

Para a CPI, política, tráfico, pistolagem e briga de honra confundem-se em um ciclo em que esta última aparenta estar determinada pelas primeiras, que são a motivação principal dos conflitos. Esse ponto de vista choca-se com aquele dos representantes das famílias, que enfatiza a distinção e a prevalência da briga de honra, por sobre as demais motivações.

Se para a CPI a briga por honra era apenas o pano de fundo, a motivação principal da *questão* era o tráfico de drogas e o desejo de poder financeiro e político. Para as famílias essa noção se inverte e reside na honra e na vergonha, que estão ligadas à justiça local. O tráfico e os assaltos são, para elas, apenas uma consequência da briga, quer dizer, um novo pano de fundo. Para se manter a honra e fugir da vergonha perante o público às vezes é necessário entrar na clandestinidade através de assaltos ou mesmo do tráfico.

Nesse jogo, vale dizer que ambas, ao se envolverem nos conflitos, buscavam a sua maneira de fazer justiça, que deveria ser inicialmente realizada dentro das regras de suas respectivas instituições, Estado e Família. A primeira através da aplicação das leis constituintes e a segunda por meio da noção local de honra e vergonha. Porém, seja na tentativa da CPI de validar sua intervenção e deslegitimar os agentes locais ou na tentativa das famílias de utilizar as instituições públicas em favor próprio e contra os oponentes, nenhuma das duas abria mão de utilizar uma segunda maneira de se fazer justiça.

Os fatos demonstram como é difícil separar as múltiplas representações que englobam uma grande *questão*. Ainda que, como afirma Marques (2002), ambas as noções demonstrem uma perspectiva redutora, nenhuma delas é obrigatoriamente falsa, dentro dos próprios critérios de lógica apresentados por cada um dos lados. Segundo a autora, toda perspectiva dos atores, da justiça ou qualquer outra, é “nativa” de alguma forma e, reduzida a si mesma como se fosse única, dessa forma reducionista. Contudo, o fato de essas representações serem parciais não supõe que devam ser menosprezadas, ao contrário, todas essas perspectivas se inscrevem dentro desse complexo fenômeno.

De um ponto de vista local, podemos perceber que as perspectivas estão articuladas na própria forma de existência das pessoas; mais do que uma superposição de pontos de vista, os sentidos sociais se sintetizam em cada ato, de modo mais ou menos consciente para os próprios nativos. Se não fosse assim uma *questão*, por exemplo, teria rumos bastante mais previsíveis e bem como as outras formas de delinqüência, seria mais facilmente controlada do ponto de vista dos aparatos do Estado. As quadrilhas ou 'equipes', as famílias, os grupos de interesses diversos seriam facilmente delimitáveis, isoláveis, submetidos (Marques, 2002: 315).

Dessa forma, ainda segundo a autora, o fato de delimitar um ato como consequência do tráfico, ou da política local ou de uma tradição antiquada de honra dificulta ou mesmo impede vislumbrar o modo como ele se redefine em suas articulações com a justiça, com o poder político exógeno e com uma pluralidade de princípios de ordenação social, uma vez que essas articulações são, paradoxalmente, a condição de reatualização, renovação e persistência desses fenômenos.

CAPÍTULO 5 - ASPECTOS PRESCRITIVOS E PERFORMÁTICOS DA CULTURA SERTANEJA EM CABROBÓ

O açougueiro orgulhou-se em ter Bonanno como genro, muito embora a data do casamento, em 1930, tivesse de ser adiada por treze meses devido a uma guerra envolvendo centenas de recém-chegados sicilianos e outros italianos, entre os quais Bonanno, que estavam dando prosseguimento a desavenças transplantadas para os Estados Unidos, mas que haviam se originado nas antigas aldeias montanhosas que só fisicamente tinham abandonado. Esses homens trouxeram para Nova York suas velhas rixas e costumes, suas amizades, medos e suspeitas tradicionais, e não só se consumiam nessas coisas como as transmitiam a seus filhos e às vezes aos filhos de seus filhos e entre tais herdeiros havia homens como Frank Labruzzo e Bill Bonanno, que numa época de satélites e foguetes travavam ainda uma guerra feudal. Aos dois homens parecia absurdo e extraordinário que nunca houvessem conseguido escapar aos costumes insulares do mundo de seus pais (Gay Talese in *Os Honrados Mafiosos*).

A atual³⁹ Cabrobó - PE passa por um processo de crescimento e urbanização acelerada. A cidade é um dos eixos em que se iniciou o plano de *Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional*, a chamada transposição do rio São Francisco. Um empreendimento do Governo Federal, sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, destinado, segundo este último, a assegurar a oferta de água a cerca de 12 milhões de habitantes de pequenas, médias e grandes cidades da região semi-árida dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

O plano de *Integração do Rio São Francisco*, que é a principal obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, prevê a construção de dois canais para a transposição da água: os eixos norte e leste. O primeiro deles teve início, em julho de 2007, no município de Cabrobó. Segundo o Ministério da Integração, estão sendo gastos 2,9 bilhões de Reais na construção deste eixo, que percorrerá 400 quilômetros conduzindo a água do São Francisco aos rios Salgado e Jaguaribe no Ceará; Apodi, no Rio Grande do Norte; e Piranhas-Açu, na Paraíba e Rio Grande do Norte (ver figura 1).

³⁹ Aqui utilizaremos o presente como indicação do período etnográfico, setembro de 2009.

Ao todo, ainda segundo o Ministério da Integração Nacional, serão construídas nove estações de bombeamento de água, uma delas com mais de 280 metros de elevação, 30 barragens, 27 aquedutos e mais de 600 km de canais, gerando mais de 5 mil empregos diretos. O projeto está dividido em 14 lotes cujas obras mobilizam 10 consórcios, num total de 74 empresas executoras e ainda cerca de 800 soldados do exército⁴⁰.



Figura 5 – Plano de *Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste*

Enfim, um mega-empreendimento de caráter exógeno e intervenção substancial na região, que para além das transformações de ordem infraestrutural, tem trazido também modificações simbólicas nas relações sociais do município estudado. Tentaremos nesse capítulo apreender como essas intervenções são incorporadas e reelaboradas localmente, respeitando ou não antigas orientações. E, principalmente, buscamos compreender quais são as estratégias, produzidas localmente, na atualização das condutas relativas às *questões* familiares.

Diante dos vários elementos que foram vistos nos capítulos anteriores, as perguntas que se colocam são: o que tem sido incorporado pela estrutura de poder local, que tem nos conflitos familiares e políticos uma de suas formas de organização, em Cabrobó? Como as lógicas nativas têm reagido a novos elementos que chegam de fora? O

⁴⁰ Mais informações podem ser obtidas no site: <http://www.integracao.gov.br/>

que, quando e como ela se altera? E o que se mantém como estrutura de longa duração? Enfim, como as condutas locais, especialmente dentro das famílias envolvidas na *questão* estudada, são reorientadas pela cultura, diante, não só dessa, mas de múltiplas intervenções exógenas?

Importou-nos, nesse sentido, analisar as práticas e concepções desses sertanejos, contrapostas as mudanças ocorridas com as intervenções federais na localidade, ou seja, acompanhar a atuação dos sujeitos mediante as orientações econômicas, sociais e simbólicas que presidiram a questão, em negociação com as atuais condições históricas e sociais.

Nesse foco reflexivo, como afirma Marshall Sahlins (2000), situações de contato cultural - como as intervenções externas vivenciadas por Cabrobó -, são momentos importantes para se pensar a constituição e as transformações na estrutura de pensamento no local. Neles, reprodução e transformação (estrutura e história) são perceptíveis de maneira privilegiada, apesar de não serem de maneira nenhuma exclusivos dessas situações.

Como demonstra a teoria do autor, que será melhor explicada no tópico seguinte, a estrutura de uma sociedade é produzida historicamente, e, em sentido inverso, a história desta é construída por um estrutura, que se reproduz mesmo quando se transforma. A síntese desses contrários (história e estrutura), acelerada pelo caráter excepcional do evento⁴¹, desdobra-se nas ações criativas dos sujeitos, em um processo que pode se acelerar através de uma mudança cultural induzida (Sahlins, 1994).

O mesmo tipo de mudança cultural, induzida por forças externas mas orquestrado de modo nativo, vem ocorrendo há milênios. (...) Os elementos dinâmicos em funcionamento – incluindo o confronto com um mundo externo, que tem determinações imperiosas próprias e com outros povos, que têm suas próprias intenções paroquiais – estão presentes por toda a experiência humana. A história é construída da mesma maneira geral tanto no interior de uma sociedade, quanto entre sociedades (Sahlins, 1994: 9).

⁴¹ Por evento, como também será melhor explicado adiante, Sahlins (1994) entende aquilo que lhe é apropriado por e através de um esquema cultural, adquirindo uma *significância* histórica. (Sahlins, 1994: 15).

Desse modo, partimos da hipótese que a chegada de políticas públicas de centralidade externa ao município de Cabrobó, tomadas enquanto eventos, podem acelerar a alteração de algumas das categorias simbólicas de interpretação dos sujeitos locais sobre configurações tradicionais, gerando novos sentidos e significâncias históricas. Em contrapartida, outras categorias, como as *questões* e *intrigas* familiares, podem ser manter inalteradas pela estrutura simbólica local, como elementos fechados a mudança.

Para compreendermos essa resistência, como afirma Emília Godoi (1999), temos que superar a visão que supõe as sociedades sertanejas como homogêneas e vulneráveis a um processo de modernidade, passíveis de desagregação com a penetração do modo capitalista e começar a pensar em suas diferenciações sociais. Essa, segundo ela, pode estar presente não sob formas de detenção de conhecimento e, conseqüentemente, de uma forma de poder dentro do grupo.

Nesse sentido, a teoria de Marshall Sahlins, que será utilizada aqui como importante marco para a análise dos dados, é de grande valia para compreender se as intervenções políticas, econômicas, mas também sociais possibilitam mudanças ou rearranjos na estrutura simbólica local. E, também, no sentido de revelar como práticas políticas locais estão carregadas, em sua lógica, de dimensões simbólicas e rituais, para além de uma realidade pragmática e imediata referida ao contexto (Schwarcz, 2000: 131).

Dessa forma, esse capítulo se divide em duas partes. Na primeira faremos uma discussão da obra desse estudioso americano e suas contribuições para a antropologia, enfatizando sua conceituação de *estrutura*, *história* e *evento* como elementos constituintes de uma cultura. Serão utilizados também seus conceitos de sociedades *prescritivas* e *performativas*, tipos ideais criados pelo autor para caracterizar culturas mais abertas ou fechadas a mudanças.

A segunda parte consiste em uma descrição empírica de campo, precedida por uma análise dos dados observados. Ali está o retorno deste pesquisador a Cabrobó, dois anos após a primeira estadia na cidade. Pequenos, porém, importantes percepções dos dias de trabalho de campo são narradas e, posteriormente, analisadas. Detalhes sutis que se mostram fatores importantes na compreensão dessa sociedade que passa um processo de transformação nos aspectos físicos e simbólicos, mas que mantém certas categorias

fechadas – frias, nos termos de Lévi-Strauss -, como parte de uma estrutura de longa duração.

Parafraseando Sahlins (1994), o grande desafio aqui é não apenas saber como os eventos são ordenados pela cultura, mas como nesse processo a cultura é, ela também, reordenada (Sahlins, 2000: 139).

5.1 (a) - Sincronia e anacronia: um debate histórico numa ciência anacronicamente sincrônica

5.1.2 (a) O evento Capitão Cook

A primeira visita de Cook a Kava'i em 1778 coincidiu justamente com os meses tradicionais do rito do Ano-Novo (Makahiki) e Cook retornaria às ilhas mais tarde, no mesmo ano, quase recomeço das cerimônias de Makahiki. Dessa vez ele chegou à costa norte de Maui e precedeu à circunavegação da ilha de Hawai'i na direção prescrita da procissão anual de Lono, para aportar finalmente na baía de Kealakeua, onde começa e termina o circuito de Lono. Sua partida foi no início de fevereiro de 1779, quase na data precisa do término das cerimônias. Porém, quando partiu para Kakahiki, o *Resolution* teve um mastro quebrado e Cook cometeu a falta ritual de voltar inesperada e inexplicavelmente. O Grande Navegador estava agora *hors catégorie*, perigosa condição (...) e dentro de poucos dias estaria realmente morto (Sahlins, 1994: 125).

Em seu livro, *Ilhas de História*, Marshall Sahlins (1994) descreve o assassinato do capitão James Cook, no século XVIII, em uma das ilhas da Polinésia. Aproximadamente dois anos após sua primeira chegada, que aconteceu de modo triunfal, quando foi recebido por milhares de nativos que cantavam e dançavam a chegada do que para eles era o deus da fertilidade, o capitão, com o mastro de seu navio quebrado, retorna à ilha e é assassinado.

Cometendo uma “falta ritual”, o capitão inglês provavelmente ignorava não só calendário, mas o sistema simbólico desse povo Havaiano. Pois, por dois anos consecutivos, ele havia chegado durante o festival de Ano-novo, seguindo o modelo clássico local do deus Lono. Dessa forma, os havaianos puderam, a partir desse

acontecimento, objetivar a sua interpretação a respeito da figura de Cook, de ser ele o Deus do Ano Lono em seu retorno anual para fertilizar a terra. Como afirma Sahlins (1994), em tais condições “Cook obsequiou os havaianos incorporando o papel do deus Lono até seu desfecho fatal” (Sahlins, 1994: 26).

Ao transgredir o ritual, chegando inesperadamente no momento em que Lono deveria ser ritualmente morto, o capitão foi vítima da manipulação das categorias havaianas que estavam em interação com as suas próprias, o que, segundo o autor, o levou a correr “riscos de referência” (Sahlins, 1994: 14). Diante dessas novas condições, o ato de matar o deus da fertilidade, realizado simbolicamente todos os anos pelos havaianos, se reproduziu objetivamente com o assassinato de Cook e, com isso, também se modificou, incorporando ao mito a historicidade.

Sahlins (1994) utiliza a narrativa sobre Cook para desconstruir o que chama de impertinente antítese incorporada pelas ciências sociais e históricas: a oposição entre estrutura e história, e, a partir disso, discutir as proposições de que diferentes sociedades funcionariam por uma lógica cultural autônoma.

Utilizamos constantemente, em nosso folclore nativo assim como em nossas ciências sociais acadêmicas, essas dicotomias reificadas na divisão do objeto antropológico. Não será necessário lembrar-lhes que a antítese entre história e estrutura está sacramentada na antropologia desde Radcliffe-Brown e o apogeu do funcionalismo, e foi confirmada mais recentemente pelo estruturalismo inspirado por Saussure. Porém, aquilo que sugere o breve exemplo havaiano, é que não há base alguma em termos de fenômeno – e, menos ainda, alguma vantagem heurística – em considerar a história e a estrutura como alternativas mutuamente exclusivas (Sahlins, 1994: 179-180).

O autor demonstra, a partir do exemplo do Capitão Cook, como a história é produzida culturalmente e, em sentido inverso, como a cultura é produzida historicamente. Se por um lado, as pessoas organizam suas ações e dão sentido aos objetos partindo das compreensões preexistentes da organização cultural, por outro, sabe-se que os homens criativamente repensam seus esquemas mentais e suas ações. É o que ele chama de “prática da estrutura” e “estrutura da prática” (Sahlins, 2000: 139).

A partir desses elementos, o autor propõe que as culturas são diferencialmente abertas para a história e sugere a existência duas ordens de estrutura para classificar as sociedades: as *performativas* e as *prescritivas*. Alertando que esses são tipos ideais e que ambas as ordens podem ser encontradas em uma mesma sociedade, - o que implicaria em certos pontos de ação histórica, áreas circunstancialmente quentes e outras áreas frias, quer dizer, relativamente fechadas à possibilidade de reinterpretação – o autor tenta compreender como as mudanças promovidas por um evento histórico são incorporadas e reelaboradas pela estrutura (Godoi, 1999: 31).

Segundo Sahlins (1994), nas sociedades orientadas por *ordens performativas*, como a Havaiana, “os acontecimentos circunstanciais são freqüentemente assimilados e valorizados por suas diferenças, pelo afastamento em relação aos arranjos existentes, podendo as pessoas então agir sobre esses arranjos para reconstruir suas condições sociais” (Sahlins, 1994: 13). Estas ordens tenderiam, dessa forma, a ajustar-se às circunstâncias contingentes. Já nas sociedades com *ordens prescritivas*, “os acontecimentos são valorizados pela sua similaridade com o sistema constituído. O que ocorre, nesse caso, é a projeção da ordem existente, mesmo quando o que acontece for sem precedentes (como a chegada de Cook), e sendo ou não bem-sucedida a interpretação recuperativa” (Sahlins, 1994: 13). Essas ordens tenderiam, por sua vez, a assimilar as circunstâncias aos repertórios pré-estabelecidos, negando seu caráter contingente, eventual e potencialmente modificador.

5.1.3 (a) História e Estrutura na Antropologia

Ao historicizar as estruturas sociais dando a elas um caráter temporal, Marshall Sahlins assumiu a posição de mediador de um conflito que já dura mais de um século, entre antropologia e história (Schwarcz, 2000). Desde o seu nascimento institucional, que aconteceu no final do século XIX, a ciência que estuda as estruturas culturais estabeleceu relações muito pouco amigáveis com o campo do conhecimento que foca o tempo e suas transformações.

Schwarcz (2000) explica que essa tensão surgiu mediante a necessidade da antropologia de definir-se como disciplina autônoma, diferenciando-se na composição de um campo próprio de atuação. E com a sua institucionalização no início do século

XX, fortaleceu-se a dicotomia, com a História como lugar da diacronia, com suas mudanças voláteis, e a Antropologia como espaço da sincronia, com suas estruturas permanentes.

Seja por alegação de *método* – pesquisa em arquivos por um lado, pesquisa participante, por outro; de *objeto* – viajantes no tempo *versus* viajantes no espaço, de *procedimentos* – pesquisa da classe dirigente por oposição ao estudo das manifestações populares; ou de *objetivos* – o evento no lugar da cultura e de seus rituais; o fato é que divisões mais ou menos frágeis foram sendo levantadas, no sentido de se constituírem limites evidentes ou identidades particulares a cada uma das áreas (Schwarcz, 2000: 125).

E essa dicotomia permaneceu durante todo o século passado, ocupando praticamente toda a história da antropologia. Com exceção dos pioneiros evolucionistas, que no século XIX procuraram determinar cientificamente a sequência dos estágios de transformação das sociedades, as outras escolas formadas dentro da disciplina fizeram da antropologia, como afirma Schwarcz (2000), uma espécie de lugar da anti-história.

Sobre os evolucionistas, vale ainda ressaltar, estes concebiam os ritmos desiguais pela qual passava a humanidade como etapas evolutivas que tinham seu ápice na sociedade industrial européia. O progresso técnico e econômico era, para eles, a maior prova da evolução histórica, que procuravam simultaneamente acelerar e reconstruir os estágios. Contudo, como afirma Laplantine (2003), para os evolucionistas as sociedades arcaicas vivenciam menos uma fase da história do que uma vertente temporal inversa à modernidade do ocidente.

Os funcionalistas, com Malinowski e Radcliffe-Brown, talvez sejam aqueles que mais efetivamente contribuíram para institucionalização dessa dicotomia na prática antropológica. Adeptos de um modelo sincrônico de análise e partindo da premissa de que o etnógrafo deveria estudar sociedades que se mantêm como um corpo social coeso e em equilíbrio, eles abandonaram a temporalidade em função da percepção das especificidades culturais.

Partindo do pressuposto de que o que o etnógrafo fazia era estudar como as sociedades se mantêm e não como se modificam, eles observaram as sociedades

estudadas como exemplos de funcionalidade e suas instituições como modelos de coesão e de reposição do equilíbrio (Schwarcz, 1999).

Diante da ausência de documentos, os estudos sincrônicos deveriam vir antes das análises diacrônicas, ou seja, só após entender como a cultura opera é que se poderia refletir sobre processos de alteração. Dessa maneira, eles construíram uma metodologia imune à história e a seu desenvolvimento, em que a mudança social deveria basear-se no presente, que era, para eles, o único caminho para a antropologia se converter numa ciência generalizante aos moldes das ciências naturais. Para eles, pensar as sociedades e sua temporalidade era, sobretudo, admitir a introdução da subjetividade em meio às análises.

Os estruturalistas constituem outra escola que adotou o posicionamento sincrônico. Seu fundador, Lévi-Strauss, focou-se muito mais em aspectos universais do pensamento humano do que em relações sociais e suas dinâmicas. Procurando na lingüística estrutural as permanências e os processos inconscientes comuns ao ser humano, independente da sociedade em que este se desenvolva, Lévi-Strauss construiu o alicerce dessa escola dentro da antropologia.

Contudo, foi o próprio Lévi-Strauss quem pioneiramente levantou o tema em uma coletânea de artigos intitulada *Antropologia Estrutural* (1975), publicado em 1949, iniciando a discussão entre estrutura e história, de um lado com os funcionalistas e de outro com os historiadores. Para ele, “a noção de tempo está presente em toda e qualquer sociedade, como condição de inteligibilidade, mas também como marca da diferença” (Schwarcz, 2000: 126).

Lévi-Strauss não só reconhecia a existência de histórias diferentes, estacionárias e cumulativas, que mais tarde chamou de "frias ou quentes", como indicava a existência de nuances e gradações. Dessa forma, os dois modelos de história não se oporiam no que se refere à existência ou não de história. Para Lévi-Strauss, o que revelaria a existência ou não da história era o fato de algumas sociedades se representarem a partir da história e outras não (Schwarcz, 1999). E como semelhança entre elas, ele afirmava que ambas as disciplinas são sistemas de representação que em seu conjunto diferem de seu investigador.

Porém, como afirma Schwarcz (2000), são em seus procedimentos que aparecem mais uma vez as dificuldades para lidar com diacronias estanques, “que abririam campos diversos e perspectivas antagônicas” (Schwarcz, 2000: 128). Segundo Lévi-Strauss, tendo o objetivo comum de buscar a melhor compreensão do homem, a diversidade dos dois campos de conhecimento ficava ligada à escolha de perspectivas complementares. De acordo com o autor, enquanto a história organiza seus dados em relação às expressões conscientes, a etnologia indaga sobre as relações inconscientes da vida social. Eis, segundo Schwarcz (1999), o pomo central da discórdia.

Com essa argumentação Lévi-Strauss lançava as bases de uma antropologia estrutural e elegia seu projeto de caráter universal que seria critério de distinção e de propriedade da etnologia. Dessa forma, a história foi refutada mais uma vez do quadro de referência da disciplina.

O estruturalismo foi incorporado pela antropologia geral mantendo intactas as suas limitações teóricas. A história deveria ser mantida à distância, a fim de não colocar em risco o “sistema”. A ação entrava em cena apenas como operacionalização de uma ordem já estabelecida, ‘reprodução estereotípica’ das categorias culturais existentes. Essa apropriação não histórica da ação apoiava-se ainda no sólido argumento de que as circunstâncias só têm existência na – ou efeito sobre – cultura quando interpretadas. E a interpretação é, afinal, classificação no interior de uma dada categoria (Sahlins, 2000: 139).

Posteriormente ao estruturalismo francês o debate e, principalmente, o tabu sobre a historicidade, continuou dentro dos estudos antropológicos. Escolas como a antropologia americana, da segunda metade do século XX, e os chamados “pós-modernos” pouco se debruçaram sobre o tema, que continuou sendo tratado como algo de menor importância dentro da disciplina.

Porém, não é nosso objetivo aqui prolongar a discussão realizada ou ignorada pelas diferentes escolas sobre o tema, e sim debater o papel que a obra de Sahlins ocupa hoje nesse espaço, antes de incorporá-la em nossa análise. Por isso, o importante é enfatizar que a divisão entre estrutura e história se deu menos em termos empíricos do que por pressupostos simbólicos construídos pelos antropólogos e historiadores dentro das respectivas disciplinas.

Definindo-se como uma espécie de “estruturalista histórico”, segundo Schwarcz (2000), Sahlins assumiu um papel de mediador entre as partes, dando importantes contribuições para o avanço teórico do sobre o tema:

A obra de Sahlins sinaliza para rumos recentes da disciplina, que encontra “história na estrutura”, fazem dialogar sincronia e diacronia e introduzem a questão do poder, até então bastante distante das análises antropológicas. Essa é, sem sombra de dúvida, uma aposta alentada na medida em que se selecionam os objetos históricos, para lá encontrar não apenas o ‘acontecimento’ e a diacronia, mas sincronia e os elementos de longa duração. Na explicação do enraizamento de certas simbologias, de rituais e representações, esse tipo de inspiração parece oportuna, na medida em que permite mostrar como os estudos antropológicos, ao procurar permanências – quase que idiomas locais - não precisam fechar os olhos à história e a mudança (Schwarcz, 2000: 130).

5.1.4(a) Revisitando a obra de Marshall Sahlins

Os primeiros trabalhos de Sahlins, que marcaram o início de sua carreira acadêmica, foram caracterizados pelo uso do marxismo em suas análises. Porém, alguns anos depois, o autor modifica seu foco de estudo e inicia suas críticas às concepções utilitárias e intencionais da cultura (neoclássicas e marxistas).

Em seu livro *Cultura e Razão Prática*, que data de 1979, Sahlins começa a defender a interpretação simbólica da cultura, insistindo no significado social e cultural dos objetos, para uso e também para trocas. O autor mostra como utilidade não é uma qualidade intrínseca do objeto, mas uma significação atribuída culturalmente. Dessa forma, ele analisou a autoilusão da sociedade ocidental sobre a produção como uma racionalidade esclarecida. O utilitarismo, segundo ele, é uma representação pela qual a sociedade se experimenta, portanto uma criação cultural.

Com esse trabalho, Sahlins comprova a existência de uma significação simbólica presente nas práticas vestuárias, hábitos alimentares e rituais cotidianos, em lugar de práticas utilitaristas. Segundo Schwarcz (2000), o autor avança na idéia de que “os objetos só adquirem sentido quando contextualizados, além de ser possível alargar o espectro estrutural, ao fazê-lo discutir com a história” (Schwarcz, 2000: 129).

Porém, foi em *Historical Metaphors and Mythical Realities* (2000) que ele entrou pela primeira vez na controversa dicotomia. Logo no parágrafo de abertura, ele afirma:

“A antropologia estrutural fundou-se numa oposição binária que mais tarde se tornaria sua marca registrada: a oposição radical em relação à história. De maneira similar, o estruturalismo, trabalhando a partir do modelo saussureano da língua como objeto científico, privilegiou o sistema em detrimento do evento, e a sincronia, em lugar da diacronia. (...) Argumentei aqui, sobretudo por meio de demonstrações concretas, que esses escrúpulos todos não são de fato necessários: é possível determinar estruturas para a história – e vice-versa” (Sahlins, 2000: 135).

Partindo de uma noção de estrutura diferente da utilizada por Lévi-Strauss, que busca sua base na lingüística de Saussure, Marshall Sahlins encontrou em Arthur Hocart a noção de estrutura dinâmica, que incorpora elementos temporais, rompendo como a separação entre sincronia e diacronia. E, em Geertz, ele buscou a idéia de evento, como atualização ímpar de um fenômeno geral, “uma realização contingente do padrão cultural” (Sahlins, 1994: 7). A partir desses elementos, ele pôde falar em cosmologias que são reordenadas no tempo.

Dessa forma, a partir desse trabalho a temporalidade é retomada pelo autor em sua dimensão social, não sendo mais sensato dicotomizar sincronia e diacronia. Se por um lado, as pessoas organizam suas ações e dão sentido à vida partindo das compreensões preexistentes da organização cultural, por outro, sabe-se que os homens criativamente repensam essas heranças. Segundo Sahlins (1994), as circunstâncias contingentes da ação não se conformam necessariamente aos significados que lhes são atribuídos por grupos específicos, pois essas dependem de interpretações. É o que ele chama de *evento*, a interpretação de um acontecimento que adquire significância histórica. O autor busca em Geertz a idéia desse como uma atualização única de um fenômeno geral, uma realização contingente do padrão cultural.

Um evento não é apenas um acontecimento característico do fenômeno, mesmo que, enquanto fenômeno, ele tenha forças e razões próprias, independente de qualquer sistema simbólico. Um evento transforma-se

naquilo que lhe é dado como interpretação. Somente quando apropriado por, e através do esquema cultural, é que adquire uma *significância* histórica (Sahlins, 1994: 15).

Para Sahlins (2000), são as interpretações que dão o caráter dinâmico e único a cada evento. Segundo ele, no processo cognitivo de inserção da cultura não há espaços vazios nos quais possam ser inseridos modelos prontos de compreensão da realidade, vindos de fora. Em lugar disso, toda absorção passa pela interpretação e, conseqüentemente, reavaliação da história pela estrutura existente.

Segundo o autor, as pessoas agem em relação às circunstâncias de acordo com as categorias de pessoas e de coisas avaliadas e sancionadas socialmente. Enfim, os seus próprios pressupostos culturais. Porém, o universo não necessita existir da maneira como elas o pensam e nem a “reação do outro”, também dotado de um ponto de vista cultural, precisa corresponder a essas expectativas (Sahlins, 2000: 139). Dessa maneira, as circunstâncias da representação e da ação humana não estão fadadas a conformar-se às categorias já dadas ou impostas, por meio das quais certos grupos percebem as circunstâncias.

Como aconteceu com a chegada e, posteriormente, o assassinato de Cook, a cultura é alterada historicamente na ação. É o que ele chama de “estrutura de conjuntura”, a maneira como cada cultura, organizada em termos históricos, reage a um acontecimento significativo, fazendo dialogar o presente com a estrutura anterior.

Em um evento essas circunstâncias não se conformam, as categorias recebidas são potencialmente reavaliadas na prática, redefinidas funcionalmente. De acordo com o lugar que a categoria recebida ocupa no interior do sistema cultural tal como constituído, e em dependência dos interesses afetados, o próprio sistema é mais ou menos alterado. No extremo, o que começou como reprodução termina como transformação (Sahlins, 2000: 139 e 140).

O autor questiona se existe a possibilidade de um sistema se manter sem se alterar, ou em sentido oposto, é possível a alteração de sistema sem haver continuidade? E é isso que ele denomina *Ilhas de história* (1994), a “reavaliação funcional de

categorias” vivenciada obrigatoriamente por diferentes estruturas. Estas, necessariamente, passam por processos de mudança (história) que são continuidade (ilhas).

Por um lado, contextos de ação prática são apropriados por toda uma sabedoria convencional, por conceitos já dados de atores, coisas e suas relações. Assim, Cook era, do ponto de vista havaiano, o deus Lono que voltava. E isso certamente foi reprodução. Por outro lado, a especificidade das circunstâncias práticas, as relações diferenciais das pessoas com elas, mas também o conjunto de arranjos particulares resultantes (estrutura de conjuntura) sedimentam novos valores funcionais nas antigas categorias. Esses novos valores provavelmente são apropriados no interior da estrutura cultural, já que foi pela lógica do tabu que os havaianos incorporaram violações a esses mesmos tabus. Mas a estrutura é, então, transformada. A incorporação do evento é, ao mesmo tempo, conservadora e inovadora (Sahlins, 2000: 140).

A estrutura é alterada historicamente na ação, em um processo que foi acelerado através de uma situação de contato entre lógicas culturais distintas, como demonstra o exemplo dado pelo autor:

a história havaiana mostra que a ocorrência ou extensão de efeitos estruturais, ligados a uma reavaliação subjetiva dos signos, está condicionada por vários fatores, implícitos à cultura-tal-como-constituída: as improvisações passíveis de serem motivadas logicamente, por exemplo, por analogia, metáfora ou quaisquer outros tropos; a liberdade institucional para improvisar; o lugar do ator no interior de uma hierarquia social que dá peso estrutural à sua ação, acarretando mais ou menos conseqüências para os outros atores (Sahlins, 2000: 143).

Dessa forma, eventos podem alterar as categorias simbólicas de interpretação dos sujeitos locais sobre configurações tradicionais gerando novos sentidos e significâncias históricas que não deixam de ser continuidade. A alteração na reprodução da estrutura representa uma mudança em suas categorias de pensamento, que lhe permite uma nova oportunidade de orientação social. Sahlins (1994) utiliza o termo “transformação estrutural”, pois, segundo ele, a alteração de sentido muda a posição entre categorias culturais, acarretando “mudança sistêmica”.

Como nos mostra o exemplo do capitão Cook, a chegada de um novo elemento, tomada enquanto a chegada do Deus que vem dos mares para fertilizar a terra, obrigou os nativos a alterarem suas categorias simbólicas de interpretação. A figura do Deus Lono agora estava presente de forma física e concreta, um evento que modificou a estrutura, objetivada no momento em que um grupo nativo resignificou o ato simbólico e matou Cook, porque, afinal, deveria sacrificar a divindade.

5.1(b) - A nova chegada a Cabrobó: mudanças na localidade e nas relações sociais

“O trabalho colaborativo situado, que é necessário para gerar um imaginário social para a pesquisa de campo em que os pesquisadores literalmente se movimentam e operam, é a compensação estética pela perda da cena malinowskiana do encontro. O encontro aqui é com a descoberta de um parceiro intelectual, um amigo, em face de um desconhecido mais abstrato, do que com um lugar em termos literais – uma relação, um sistema.” (Marcus 2009: 27 in Andréa Barbosa; Edgar Teodoro; Rose Hikiji).

Retornei a Cabrobó, em setembro de 2009, para a pesquisa de campo e algumas mudanças locais eram visíveis nos aspectos físicos da paisagem e também no comportamento das pessoas. Posso dizer também que minha volta ao sertão pernambucano foi marcada por modificações no (re)encontro etnográfico, principalmente nas relações interpessoais que nutri com os anfitriões.

Se o primeiro contato com o campo de estudo foi um momento de chegada, marcado pelo estranhamento inicial mútuo e pelo reconhecimento do outro, o segundo foi marcado pela colaboração, oriunda de um estreitamento de laços, pela cumplicidade, mas também pelo isolamento e por momentos reflexão. Uma mudança significativa na percepção do trabalho de campo, que se, por um lado, me trouxe uma aproximação com as pessoas, que afinal são as fontes de informação de um trabalho antropológico, por outro, trouxe questionamentos éticos e angústias pessoais.

Desde que deixei pela primeira vez Cabrobó, em junho de 2007, mantive certo contato com alguns amigos que fiz no município. A tecnologia de um mundo cada vez

mais informatizado me possibilitou o que há poucos anos atrás seria impensável, a constante troca de informações do sudeste do país com uma pequena cidade do sertão nordestino e a manutenção de laços amizade e o diálogo a tamanha distância.

Pelos jornais e, principalmente, pela internet, através de conversas *online*, acompanhei o início das obras de transposição do rio São Francisco, além de notícias sobre outros fatos que aconteceram no município, a maioria casos relacionados à violência. Em um deles, um amigo e ex-companheiro de trabalho, foi assassinado no período de campanha eleitoral, quando concorria a uma vaga na câmara de vereadores. O caso remete a uma pretensa *questão* entre dois grupos indígenas no Arquipélago de Assunção, já citada na primeira descrição de campo (ver capítulo 1).

Em virtude desse e outros acontecimentos, minha expectativa de retorno a Cabrobó não era muito otimista, porém esta se dissolveu nos primeiros contatos face a face que mantive no município com amigos e lideranças da região.

Considero importante ressaltar que não houve nessa pesquisa de campo alguém que se recusasse a ser entrevistado ou que não o fizesse de boa vontade, ainda que houvesse assuntos que não eram do interesse deles falar ou, por uma estratégia de pesquisa em que privilegiei a segurança, eu evitasse em certas ocasiões abordar diretamente os grandes conflitos locais, atendo-me prioritariamente na relação da população com as mudanças locais, em parte ocasionadas pelas obras federais.

Quando cheguei ao sertão do São Francisco, o calendário datava uma sexta-feira, 11 de setembro de 2009. Era a semana de comemoração de *81 anos de reemancipação política e administrativa de Cabrobó*, uma época de muitos ritos, bom momento para a realização de uma pesquisa de campo, e isso, sem dúvida, foi um diferencial nos resultados de uma pesquisa antropológica. O município estava em festa e repleto de visitantes.

Cabrobó passa por um *boom* econômico, as grandes *questões* e demais conflitos nesse momento parecem controlados e, como diria, posteriormente, o policial militar na passeata pela paz, “o número de homicídios chega próximo do zero”. Para quem, em um passado recente, passou por momentos tão conturbados, isso não é pouco. E, talvez por isso, muitas pessoas vêm motivos para irem às ruas acompanhar as comemorações.

Desde que parti pela primeira vez foram criados meia dúzia de pensões e hotéis, mas nada que acompanhasse a demanda daqueles dias, que era enorme; por causa das obras de transposição e revitalização do rio São Francisco e também das comemorações de aniversário da *emancipação política* não havia vagas em nenhum deles.

O *boom* local ganha maiores proporções se levarmos em conta o tamanho reduzido da população, não flutuante, do município e a falta de infra-estrutura para receber todos esses eventos. De acordo com as estimativas do censo do IBGE (2000), a população urbana aproxima-se dos 15.000 habitantes, sendo pouco mais da metade dos habitantes do município. Nesse solicitado lugar gastei várias horas tentando encontrar algum lugar para me hospedar nessa primeira noite no local. Porém, o esforço se mostrava inútil.

A Cabrobó que deixei para trás era uma cidade pouco movimentada, onde havia uma expectativa muito grande para o início das obras de transposição do rio São Francisco, que surgia nas conversas em praças e bares. Os benefícios que a obra poderia trazer para a cidade, principalmente em torno dos empregos gerados, era assunto corrente e disputava espaço com o futebol, as festas e as grandes *questões* locais.

Nesse retorno, posso dizer que o município tornou-se um grande canteiro de obras. A cada esquina se vê uma nova construção ou a reforma de um imóvel antigo, seja ele público ou privado. As placas de publicidade, que ora trazem o nome do Ministério da Integração Nacional, ora da Prefeitura Municipal, disputam espaço nas esquinas. Os caminhões e tratores pesados circulam levantando uma poeira marrom e os montes de entulho ocupam os cantos das ruas e as calçadas, compondo uma nova paisagem urbana.

Nas primeiras conversas que tive com os moradores foi muito mencionado que o custo de vida subiu, puxado por um forte processo de especulação imobiliária. Alguns reclamavam, outros falavam com orgulho do processo de “desenvolvimento” que a cidade vem passando. Surgiram também pequenas hospedarias nos bairros mais afastados onde, segundo me relatou o padre da cidade, a prostituição infantil tem aumentando vertiginosamente, acompanhando o ritmo de crescimento da cidade.

A cidade vem ganhando da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) os benefícios do programa de revitalização do São Francisco.

Através dele, todos os seus bairros estão recebendo saneamento básico e tratamento de água. As contrapartidas do Ministério da Integração Nacional vêm chegando picadas, como em um grande conta-gotas, mas são poucas.

Os índios Truká que moram na ilha de Assunção, a maior do rio São Francisco, receberam nesse processo 140 habitações e sete milhões de reais na construção de uma estrada asfaltada, programas de capacitação em rizicultura, além de maquinário para beneficiamento do produto. E, mesmo assim, insatisfeitos, disputaram há poucos meses atrás as terras de onde parte o eixo norte da transposição. Quando o bispo Dom Luís Cappio fez sua segunda greve de fome, eles ocuparam a área e atrasaram o início das obras. A manifestação durou algumas semanas, mas assim como o religioso, desistiram da empreitada e partiram para a disputa por outros caminhos, as vias judiciais.

Muitos dos agricultores com quem tive contato no meu primeiro período na cidade, nesse momento são operários das empreiteiras que trabalham no local. A maior parte reclama do tratamento dado pelas empresas aos moradores da região: “eles chegam aqui e acham que somos um lixo, vivem subestimando o sertanejo”, foi uma queixa que mais ouvi nesse período de campo. E, por outro lado, as construtoras reclamam da insubordinação de parte da população, que, segundo elas, “não são bons empregados para construção do canal”.

O certo é que há um desencaixe entre essas duas classes (novos patrões e moradores empregados), o que faz, segundo o relato dos moradores, a rotatividade de funcionários ser alta. E isso não acontece somente nas obras da transposição, mas nos demais serviços que vão se criando na localidade. Um desajuste entre as relações sociais locais e as relações capitalistas de trabalho.

Os homens do Exército Brasileiro, que estão construindo uma parcela do canal, também não vêm se dando bem com os costumes locais. Depois de provocaram alguns desentendimentos - principalmente passionais – que resultaram em pequenas brigas, estão impedidos de frequentar as festas locais e realizar atividades esportivas nos espaços públicos da cidade.

Nesses dois anos, entre minhas idas e vindas, tanta gente circulou pela cidade que percebi que, dessa vez, minha presença foi pouco notada, como seria comum a qualquer forasteiro que chega a uma pequena cidade do interior. Diferente da primeira

passagem pela cidade, não me senti observado, ninguém perguntou de que família eu sou, quem são meus parentes e pouca gente quis saber o que eu estava fazendo no município⁴².



Figura 6: A Cabrobó passa por um acelerado processo de crescimento econômico. Pesquisa de campo, 2009.



Figura7: A cidade recebe as contrapartidas do governo federal. Pesquisa de campo, 2009.

⁴² Esta é uma forma comum de controle social comum no meio rural, pela qual os moradores controlam de maneira informal a movimentação e as atividades das pessoas, como produção agrícola e pecuária de vizinhos, relacionamentos afetivos entre casais, óbitos e doenças, conflitos dentro e entre famílias e, no caso específico de Cabrobó pressuponho, as transgressões aos limites territoriais do assinado acordo de paz. Para uma análise mais aprofundada do tema, ver Comerford (2003).



Figura 8: Construção do canal de transposição das águas do Rio São Francisco. Pesquisa de campo, 2009.

Se ainda existe essa forma comum de controle social na localidade, pelo menos para os que chegam de fora no município, está enfraquecida. Diante da circulação de tantas pessoas e da mudança da rotina local é muito difícil saber sobre as incursões de estranhos, que há pouco tempo eram sempre objeto de observação e julgamento de outros moradores. O mesmo não posso dizer com relação ao controle do trânsito dos próprios moradores no local, que pressuponho não ter sido modificado do mesmo modo.

Nessa atual Cabrobó, o único lugar que restou para me hospedar em minha primeira noite de trabalho de campo foi o *Caravelas*, um antigo hotel à beira da BR 428, mas que naquela data, devido as suas condições sanitárias e de conforto, passava longe disso. A maioria dos quartos e o corredor de acesso estavam em reforma e o que se sobressaía era um monte de entulho. Há poucas semanas estava alugado a uma empreiteira que se instalou no município para as obras de transposição do rio; com o término do contrato ele entrou em reforma e passou a compor a nova paisagem da cidade.

Negligenciando a recomendação do próprio porteiro do local que me sugeriu outros lugares em melhores condições, fui obrigado a ficar. Expliquei a situação e me recolhi em um quarto com cama, colchão puído, ventilador e banheiro em péssimo estado. As janelas estavam quebradas, as paredes sem reboco e a privada mal funcionava. As muriçocas e os potós desfilaram por ali durante toda a noite e me atacaram sem piedade atrapalhando meu sono. Porém, quem mais atrapalhou foi o

próprio funcionário do hotel, um sujeito que parecia ter assumido aquele serviço há alguns dias.

Às seis e trinta da manhã, ele deu pequenos socos na porta do quarto, que por pouco não abriu, me alertando para o café-da-manhã. Porém, ele não se referia ao meu desjejum, o que estava em jogo era a refeição dele. O local não oferecia esse serviço para seus hóspedes (para ser sincero, apesar da lotação da cidade, não sei se haviam mais hóspedes naquele local, que pressenti que estava sendo utilizado como um modesto motel de baixo custo). O porteiro estava com fome e precisava do dinheiro para se alimentar. Paguei a diária de 20 reais pelo buraco de um vidro quebrado e dormi por mais uma hora. O caso atentou-me mais uma vez para o desajuste de alguns moradores com as novas relações capitalistas de trabalho e seu impacto na dinâmica do modo de vida local.

5.1.2 (b) – As comemorações: “Cabrobó se transformou na metrópole do sertão”

Nessa mesma manhã acontecia na praça principal da cidade, dando continuidade às festas da semana de comemoração de *81 anos de reemancipação política e administrativa de Cabrobó*, uma maratona. O percurso de corrida da prova totalizava 10 km de distância, e uma dúzia de competidores com um número de papel colado ao peito se esmerilava sob o sol escaldante do sertão em busca da quantia de um mil Reais, prometida ao primeiro colocado.

Na noite anterior, o principal clube da cidade sediou um baile de gala oferecido para convidados pela prefeitura do município. Alguns moradores reclamaram dos trajes a rigor, exigidos pela organização da festa, segundo eles, incompatíveis com as comemorações cotidianamente realizadas na cidade. Porém, o baile aconteceu e marcou principalmente pela presença da elite local na solenidade.

Há apenas alguns metros do ponto de largada da prova, na igreja matriz, localizada na praça principal da cidade, acontecia paralelamente uma missa comemorativa. O templo estava longe de estar lotado, mas ali se encontravam as autoridades políticas e religiosas locais que optaram pela sombra da igreja ao invés do

sol do atletismo. Sobre o altar o padre proferia um sermão que girava em torno das obras de transposição do rio São Francisco.

Com um discurso que conclamava a união das religiões locais e dos partidos políticos, o religioso falou a importância do momento histórico vivido e, também, sobre o modelo de crescimento que o município está tomando. Pediu atenção para “as oposições que podem aparecer e obstruir as veias do desenvolvimento”, só não disse se estas são terrenas ou espirituais.

Enquanto o religioso discursava, nas ruas do centro da cidade dois carros de som circulavam vagarosamente esgoelando em altos decibéis propaganda política. Um era pago pela situação e outro pela oposição, mas não era fácil identificar qual era qual. Ambos diziam algo muito parecido, parabenizavam Cabrobó pelos 81 anos de emancipação política e administrativa e também pelo processo de desenvolvimento. Ao final da missa, uma banda de música, convidada de um município vizinho especialmente para a ocasião, fez uma rápida apresentação, interrompida pelo sol ardente das doze horas.

Com o cair da tarde, aconteceu o ponto alto das comemorações, um grande desfile que cortou o centro da cidade. Seguindo a temática *Os valores de Pernambuco*, desfilaram autoridades civis (Prefeito, vice-prefeito, Secretários Municipais, representante do Ministério da Integração Nacional, etc.), os militares da 2ª Companhia da Polícia Militar (2ª CPM), o Grupo de Ações Táticas da Polícia Militar (GATE), os oficiais do Exército Brasileiro, além de representantes das instituições locais (Maçonaria, Lions Club, Rotary, etc). Em seguida, centenas de alunos dos colégios municipais e estaduais do município e região.



Figura 9: Desfile de comemorativo em Cabrobó: autoridades abrem a solenidade. Pesquisa de campo, 2009.



Figura 10: Pelotão do Exército Brasileiro compõe o desfile de mais de seis horas. Pesquisa de campo, 2009.



Figura 11: Grupo Tático de Operações Especiais da Polícia Militar se prepara o desfile. Pesquisa de campo, 2009.

Com eles, uma miscelânea de personagens e carros alegóricos, puxados por tratores, ganharam as ruas. Ali estavam: índios, escravos, bailarinos, indianas, dançarinos do maracatu-rural, soldados romanos, figuras religiosas, cangaceiros, dentre centenas de outros personagens que proporcionaram um desfile com mais de seis horas de duração.

Eram 23 horas e 30 minutos e finalmente o desfile se encerrava. No palco o prefeito professava as últimas palavras da cerimônia para um público já mingado: “Cabrobó se transformou na metrópole do sertão...”, dizia ele. Muito próximo dali, as comemorações continuavam, era noite de forró, também patrocinado pelo poder público municipal. O forró marcava o fim das comemorações.

5.1.3 (b) – O sentido das comemorações: interpretando o espetáculo

(compreender uma cultura) é como ler um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado (Geertz, 1989: 7).

As comemorações descritas acima condensam os múltiplos planos de exercício da política em Cabrobó⁴³. São um exemplo de espetacularização da cultura, em que determinada sociedade conta a história dela para si mesma (Geertz, 1989). Compreender seus significados e valores mais recônditos requer aprofundar nos sentidos do acontecer da festa, resgatando do seu fluir representações, que, ao encontrarem nela lugar de dramatização, explicitam vontades permanentes, mas nem sempre manifestas, convertidas em identidade (Chaves, 2003: 85).

Dessa forma, as comemorações de *81 anos de reemancipação política e administrativa* mostraram-se um momento propício a essa elucidação de sentidos, por não apenas explicitar mas realizar dramaticamente muitos deles. Nas comemorações estão duas maneiras do “fazer política” em Cabrobó, importantes para o entendimento do nosso objeto estudo. Elas expõem a íntima conexão entre o “fazer política” local e um conjunto de valores e comportamentos incorporados de um meio social mais abrangente e que, nesse momento, parecem ganhar força. Para entendê-las, faz-se necessário buscar o modo como contam a história do município e dos seus grupos sociais, enfim os significados das comemorações.

Carregando o título *Os valores de Pernambuco*, a organização didática do desfile constituiu-se, como foi demonstrado, na trajetória do desenvolvimento econômico e social do município, contada do presente para o passado. Porém, em lugar de marcar o exato período de emancipação política, optou-se por relatar em séculos, através de uma sequência narrativa de alas, a história do município. Uma sequência de quadros vivos mas congelados, evitando qualquer sentido de confronto e conflito, compostos por personagens transfigurados.

Iniciou-se com autoridades cívicas – muitas delas relacionadas à transposição do rio São Francisco – e militares desfilando sobre modernas viaturas, passou pelas organizações locais *Lions Club*, Maçonaria, Rotary, Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), dentre outras e terminou com os vários colégios da região, que trazem os nomes de pessoas tidas como importantes na localidade, muitas delas pertencentes aos vários troncos da família fundadora da localidade: os Caldas/Cavalcanti.

⁴³ Lembremos que no sertão do São Francisco, família e política não podem ser tomados enquanto espaços distintos.

Como se vê, inicia-se a trajetória com fascínio da modernidade e retorna-se às origens (capital político) que não devem ser esquecidas. O texto implícito ali diz que: se hoje o desenvolvimento chegou ao município foram os nomes que passaram no desfile que o trouxeram. O fascínio da modernidade é, dessa forma, atrelado nesse ritual à tradição política da região, especialmente dessa família.

Quando o prefeito afirma que a cidade se transformou na “metrópole do sertão”, estão ali dois elementos entrelaçados: a “metrópole” como a modernidade que chega por um processo de desenvolvimento; e o “sertão” que não é apenas uma localização geográfica e sim uma tradição, um modo de vida. Da mesma forma, a modernidade do luxuoso baile comemorativo, que abre as comemorações, se contrasta com o forró na praça, espaço de interação face a face, aonde a festa chega ao fim.

No primeiro, onde os convidados são restritos, a política consiste na exibição de um modelo de sociedade que fascina e promete chegar. No último, a política acontece pela família, por meio de relações pessoais. Na oportunidade estabelecerem-se nexos mais imediatos nas teias de relações marcadas pela reciprocidade. São nesses dois âmbitos que os fatos políticos se implementam. Mais uma vez inicia-se pelo presente-futuro, mas volta-se para os valores do passado.

Nesse contexto, explica-se o discurso semelhante entre oposição e situação, uma vez que ambas atualmente fazem sua disputa política não no modelo de desenvolvimento - que é uma categoria externa que parece consolidada nas representações locais -, mas no plano das relações pessoais.

Por exemplo, certa manhã - ainda na primeira estadia no município -, observei uma fila que se formava em frente à casa onde morava um secretário municipal, ex-prefeito da cidade por duas vezes e irmão do atual prefeito (ambos da família Caldas/Cavalcanti). Ali as pessoas esperavam para receber poucos mantimentos; quando perguntei sobre o assunto, ele respondeu: “eu faço política é assim, distribuindo macarrão e remédios”.

O caso é singular, mas demonstra como as relações afetivas, baseadas na troca, ainda fazem parte da política e, conseqüentemente, da família na cidade. Porém, existe um segundo eixo valorativo, que está em alta por ali, alimentado pela idéia de desenvolvimento. Ouvi vários comentários que transmitiam a idéia do prefeito como o

advogado que estudou fora do município e o isso o credenciava como “bom administrador”.

Os dois eixos parecem pesar sobre sua administração e, talvez por isso, este tenha sido reeleito com a esmagadora maioria dos votos; o fato de pertencer a família com maior tradição política no local e ter cursado faculdade fora da cidade, segundo pude perceber, dá a ele uma imagem atrelada à modernidade. Os dois pontos fazem com que o atual prefeito mantenha certo equilíbrio entre os dois eixos.

5.1.4 (b) - Ainda em campo: de volta às famílias em questão

Os demais dias de trabalho em campo passaram rapidamente, neles acompanhei o “*terço dos homens*”, uma iniciativa da igreja católica que acontece todas as terças-feiras para diminuir a violência no município, - e que atualmente, segundo o pároco, conta mais de 600 homens -, entrevistei moradores que vivenciaram todo o processo de mudança, políticos da situação e oposição, um cacique indígena, que é o vereador mais votado do município, o padre da cidade e, principalmente, membros das famílias que compunham a *questão*.

Das quatro famílias envolvidas, estive com integrantes de três delas⁴⁴. Em uma delas frequentei por vários dias a casa do antigo “cabeça” da família, assassinado no conflito. O local é hoje um ponto de encontro dos 23 irmãos que ainda estão vivos, três foram assassinados. Muitos destes já não têm exatamente o mesmo estilo de vida que tinham há alguns anos atrás, mas mantêm o antigo casarão em que os pais viviam. Ali é o ponto de encontro daqueles que hoje estão espalhados, vivendo e trabalhando em outras localidades, com aqueles que ainda residem nas proximidades ou mesmo no casarão.

O local é espaçoso, contém muitos quartos e várias salas. No centro de uma delas está uma comprida mesa de madeira com 12 cadeiras, por sobre ela estão retratos que trazem nas fotos a memória dos membros assassinados. Ao longo das

⁴⁴ Apenas não mantive contato com uma delas que se encontra em Belém do São Francisco – PE: os Benvindo.

conversas que mantive com os irmãos, eles falaram da recusa em dividir ou vender este e outros patrimônios deixados pelos pais.

Presenciei também como a memória dos pais é a todo o momento evocada publicamente como motivo de orgulho - em palavras, textos e documentos guardados, histórias reproduzidas aos visitantes e agora, pelos membros mais novos, com a construção de comunidades em sites de relacionamento -. Reconstrói-se constantemente a maneira como estes procederam ao longo de suas vidas, inclusive durante a *questão* estudada.

Foi nesse espaço que criei relações de vínculo, participando de celebrações e até mesmo momentos de conflito interno. Em um desses, uma discussão entre pai e filha, um momento de emoção e de extrema sinceridade, em que minha presença pareceu pouco importar e influir no trajeto tomado pela discussão, pude perceber vários pontos interessantes de análise. Porém, ao mesmo tempo, me trouxe questionamentos, uma vez que naquele momento estava ali na condição de amigo e não de pesquisador. Por isso, me perguntei: até que ponto eu deveria estar ali prestando atenção na cena? Não seria oportunismo presenciar uma cena íntima da família? Optei por assisti-la até os seus desdobramentos finais naquela noite, contudo decidi não reproduzir os diálogos nessa dissertação.

Sobre a participação dos grupos na *questão*, aos poucos, com o cuidado de não me mostrar demasiadamente intrometido, fui recolhendo os detalhes importantes que compõem este trabalho. É certo que ainda existe a *intriga* e, conseqüentemente, a *questão* não está definitivamente morta. A reforma agrária nas fazendas proposta pela *CPI da Pistolagem e do Narcotráfico* não saiu do campo retórico, e, com isso, a divisão territorial estabelecida no acordo nem sempre é respeitada. Como me disse um participante da contenda, “isso às vezes é um problema”.

Como todas as transformações pela qual vem passando a região, as *questões* e *intrigas* ainda compõem essa estrutura bem arraigada que parece difícil de mover-se em um curto prazo tempo. Porém, novos elementos estão sendo incorporados a esta estrutura, sem que esta se altere profundamente, como se verá a seguir.

Contudo, para se manter uma grande *questão* é necessário ter recursos financeiros e humanos. E essa não é exatamente a situação em que se encontram as

famílias que tive contanto (ver capítulo 3). Pelo menos três delas, que já estiveram entre os maiores produtores agrícolas de Pernambuco, encontram-se endividadas⁴⁵. E a situação das duas restantes não parece se diferir muito.

Os braços armados de todos os lados também parecem estar enfraquecidos. Muitos participantes da contenda ainda estão presos, outros foram assassinados no ciclo de vingança ou pela polícia, posteriormente ao acordo, durante assaltos a bancos e estradas⁴⁶. Dessa forma, reavivar uma *questão* como aquela sem as mesmas condições de épocas passadas pode representar nesse momento uma opção menos viável para essas famílias do que “agüentar” as violações territoriais, as pequenas *provocações* em bares ou as *intrigas* nos novos espaços de interação que vem sendo criados.

O caso a seguir foi retirado de um conhecido blog da região, a postagem data de setembro de 2009, quase oitos anos após a assinatura do acordo de paz, e os comentários são ainda mais atuais. O caso é um exemplo contundente da incorporação de novos elementos à estrutura simbólica local na reprodução de uma *intriga* e em novos desdobramentos de uma *questão*⁴⁷.

“Preso do Complexo Penal de Juazeiro pode ter comandado assalto de Umburanas

8 de setembro de 2009

Líder de uma quadrilha acusada de já ter roubado mais de um R\$ 1 milhão em agências bancárias do interior do Estado, Vanderlan José de Sá Santos, 34 anos, preso no Complexo Penal de Juazeiro, pode ter comandado de dentro da cadeia o arrastão que aterrorizou o município de Umburanas, semana passada.

Natural de Belém de São Francisco, em Pernambuco, Vanderlan tem três mandados de prisão por assaltos a agências bancárias nos municípios de Juazeiro e Remanso. A polícia suspeita que ele tenha ligação com a “Família Aracuã”, perigosa quadrilha de Pernambuco envolvida com tráfico de drogas e assaltos a bancos em todo o país. Vanderlan e seus comparsas estão na carceragem do Conjunto Penal de Juazeiro à disposição da Justiça Criminal.

⁴⁵ Um membro de uma dessas famílias é dono de uma fazenda cortada pelo canal do eixo norte da transposição. Este, segundo me disseram, receberia a maior indenização referente ao projeto do Ministério da Integração Nacional.

⁴⁶ Inclusive posteriormente a assinatura do acordo de paz. Esse fato me foi descrito por alguns personagens locais como um dos motivos para o acordo dar certo. Segundo eles, esses membros que fugiram da cadeia e poderiam quebrar o pacto foram mortos por policiais durante um assalto na Bahia.

⁴⁷ <http://www.carlosbritto.com/preso-do-complexo-penal-de-juazeiro-pode-ter-comandado-assalto-de-umburanas/>, retirado da internet em maio de 2010. Alguns comentários finais foram suprimidos devido a sua irrelevância para fins desta pesquisa.

Comentários:

1. **Pitaco** disse: Eita que ainda tem cangaceiro aqui em PE, vixe! não acaba nunca, tantos extremos, modernidade misturada com cangaço.
2. **Silvano** disse: Talvez tenha ligação? todos os SÁ natural da quela localidade que dizer “Aracuã” se fosse nascido em outro momento o Vanderlan José de Sá Santos seria chamado Vanderlan José de Aracuã Santos. Essa é uma forma encontrada pela família para tirar a atenção da autoridades policiais dessa família Aracuã que existem em viver nesse regime.
3. **virlany de sá** disse: meu irmão já estar preso a 11 meses como é que pode ter participado desse assalto , cuidado com o que vc fala e escreve pois vc vai provar que ele tem envolvimento nese assalto e que é da familia aracuã...ele nem foi julgado ainda e nem condenado ele estar apenas como suspeito, e sem provas e difícil condenar . aquele que não foi julgado e nem condenado perante a lei é inocente a té que se prove o contrario.
4. **Pitaco** disse: provar que ele é da familia td bem, mas na materia ja diz que ele tem 3 mandados, e que é lider da quadrilha, e não os leitores que inventam
5. **V.S.S** disse: Ivan. ou senhor pitaco eu como familia quero saber do senhor,qual a fonte de informação?é realmente da cecretaria publica ou da serrana fm?se possivel me forneça o n; do telefone site,ou ou nome da fonte. pergunto au senhor,será que estar querendo dizer que o prsidio não segurança? como que uma pessoa preso a tanto tempo recebendo a visita apenas da mãe e da esposapode ter acesso a outas pessoas lá fora. o senhor tem alguma informação se dentro do presídio de juazeiro a presos portando celulares, gostaria se possivel me responda hoje mesmo.”
6. **Carlos** disse: Deixa disso!!! Defender bandido só quem é família e está levando vantagens dos assaltos. Sem essa!!! porque nenhuma autoridade seria acredita nessa conversinha. É pena que esses individuos só encontrem Justiça com uma bala de fuzil da polícia, pois se as leis fossem mais severas os confrontos não seriam necessários.
7. **poligono da maconha** disse: OLHA, SOU HISTORIADOR A MUITOS ANOS, ESSA FAMILIA ARAQUAN FOI UMA FAMILIA QUE TRAVOU UMA GUERRA CONTRA A FAMILIA BENVINDO DE BELÉM DE SÃO FRANCISCO NO ANO “87” MAIS OU MENOS ,DEPOIS CONTINUARAM COM A BRIGA NOS ANOS 90, 2000,2001,2002 E 2003 QUANDO OS CHEFES DAS QUADRILHAS NA BRIGA FORAM MORTOS , CLEITON ARAQUAN E CHICO BENVINDO, COMO ERAM CONHECIDO NA REGIÃO, SIM VANDERLAN ERA IRMAO DE UNS DOS MORTOS NO ASSALTO QUE RESOLTOU NA MORTE DE CLEITON ARAQUAN EM PILÃO ARCADE EM 2003, FOI PRESO SUSPEITO, MAIS FOI SOLTO LOGO EM SEGUIDA, AI NAO SEI SE ELE TEM PARTICIPAÇÃO NESSE ASSALTO DE JUAZEIRO, QUE ELE É DA FAMILIA ARAQUAN ISSO ELE É SIM , COMO O RAPAZ FALOU NO COMENTARIO ANTERIOR, TODOS GOMES DE SÁ NA QUELA REGIÃO É SIM “ARAQUAN” POIS MEUS AMIGOS , NÃO FALEM COISA SEM TER CERTEZA, ISSO É IMPORTANTE NA VIDA DE QUALQUER “UM”.

8. **Rogério benvindo da silva** disse: faço parte da família benvindo a mais temida do nordeste moro em santos desejo paz

9. **poligono da maconha** disse: MEU AMIGO VC DIZER QUE É A MAIS TEMIDA “HUM ” SEI NÃO OS ARAQUANS ERAM MUITO FORTES VIU , O BANDO DE CLEITON ARAQUAN ERA MUITO MAIS MUITO FORTE E TEMIDA POR TODA A POLICIA DA QUELA REGIÃO, AS ARMAS ERAM MUITO MAIS POTENTES DO QUE A TURMA DE CHICO BENVINDO, ELES VIVIAM DE ASSALTO EM TODO O SERTÃO , CLEITON TINHA APOIO DE VARIAS PESSOAS NA QUELA REGIÃO, PRINCIPALMENTE DOS GONÇALVES , A POLICIA CIOSAC FEDERAL E ETC TINHAO MUITO MEDO DE ENFRENTALOS FRENTE A FRENTE , E SÓ FORAM PEGOS POR QUE FORAM MANITORADOS , DEPOIS QUE ATIRARAM EM UM ELICOPTERO EM IBÓ BAHIA PERTINHO DE ABARÉ-BA,, AI COMEÇARAM A MANITORAR O BANDO DE CLEITON ARAQUAN, NO DIA DO ASSALTO ELE MORREU JUNTAMENTE COM VAVA ARAQUAN DODO ARAQUAN E MAIS UNS TRES . ABRAÇO “AMIGO.”

10. **Kaique** disse: 23 de janeiro de 2010 às 23:05

senhor poligono da maconha, me interço em saber tudo sobre a família araquan e os benvindos. sera q tem como o senhor me passar tudo? obrigado

11. **poligono da maconha** disse: 3 de fevereiro de 2010 às 15:06

SIM SIM , OLHA VOU ENVIAR ESSE LINK , TEM TUDO FALANDO SOBRE AS BRIGAS , DE TUDO MESMO.

http://www.segurancacidade.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1989&Itemid=293

12. **Barros** disse: 8 de fevereiro de 2010 às 10:19

Cleiton Era um homem,,,ele so queria paz,,,mas nunca deixaram ele em paz,,porisso tanta revolta da parte dele,,,e ele se roubava so roubava o goveno,,,,,,que é mas ladrão que o governo,,,porisso,,,ele morreu mas morreu como um homem,,mas não como um covarde não,,,,,,e as brigas dele era so de frente,,,nao na covardia,,,,,flw,,,,

13. **poligono da maconha** disse: 12 de fevereiro de 2010 às 10:39

CONCERTEZA CARA , EU NAO VOU DIZER Q ERA FÃ DELE , PQ OS ARAQUANS TBM MATARAM MUITAS PESSOAS INOCENTES , MAIS É UM HOMEM DE MUITA CORAGEM, EVC ATÉ FALOU UM DETALHE INTERESANTE, ELE ERA NA DELE , SO

ROUBAVA DO GOVERNO, E DEFENDIA TBM SUA FAMILIA, SE NÃO FOSSE ESSA BRIGA DE FAMILIA ELE HOJE TAVA CONCERTEZA VIVO, MAIS O DESTINO FOI ESSE É “A VIDA” FORAM MEXER COM A FAMILIA DELE POR Q QUIZERAM , POIS ELE SE FOI E LEVOU MUITOS COM ELES, ELE LEVO MUITO BENVINDO , CHICO BENVINDO PENSOU Q ELE ERA O DONO DO MUNDO KKKKKKKKKKKKKKKK, CLEITON ERA CLEITON , COMANDAVA MAIS DE 30 HOMENS NA REGIÃO DE PERNAMBUCO BAHIA, SERGIPE, MARANHÃO, PIAUI, ETC. CLEITON ARAQUAN ERA O DEFENSOR DO CLÂN ARAQUAN .

14. **Ramon de Sá** disse: 18 de fevereiro de 2010 às 14:23

Pois é gente, posso dizer com toda certeza que a família Gomes de Sá, não é uma família perversa não, os Gomes de Sá é uma das maiores famílias do sertão pernambucano, que tem em sua história muitas glórias, e também algumas rinchas com algumas famílias da região , pois faz parte da cultura pernabucana, de homens de vergonha não levarem disaforo para casa. E a questão da guerra dos benvindo contra araquan , ambas as partes tem culpa, pois não querem só culpar a família araquam ou os Gomes de Sá, então é isso caros internautas a família Gomes de Sá é uma família de cultura e tradição, que não tem fama de família de arrumar confusão não, só que não podemos deixar que as pessoa queiram nos pisar, digo isso pois sou um Gomes de Sá legitimo da cidade de Floresta do Navio-Pe

15. **salgueiro** disse: 25 de fevereiro de 2010 às 1:33

eu queria ver os araquan topar com os gaia de serra talhada pra ver se eles guentava eu vi ai poligono da maconha dizendo que cleyton comandava 30 homens onde aki em serra os gaia junta 100 home ligeiro pra brigar tudo de armamento pesado

16. **Marcos sa** disse: 27 de fevereiro de 2010 às 19:06

Respondendo a Salgueiro, os Gaias poderiam ser valentes, mais vou fazer umas perguntas, quantos policiais eles mataram? quantas pessoas eles mataram? quantos bancos roubaram? kd os armamentos pesados q vc citou? quantos helicopteros eles derrubaram? responda se caso souber. Já os araquan vc vai no google mesmo e pesquisa um pouco sobre a história deles, ai depois vc faz um comentário. sim e antes q vc se esqueça vou adiantar eram cinco familias contra eles(Benvido, Cláudio, Russo, Nogueira, Santana). outra já vi relato de muitos policiais dizerem q não gostava de trabalhar na região por causa dos Araquans.

17. **anônimo** disse: 27 de fevereiro de 2010 às 19:16

um certo dia estavam umas dezenas de homens em um determinado Bar localizado na zona rural de belem de São Francisco, quando lá pra umas 20:00 horas chega uma S-10 com cinco

homens fortemente armados(fuzil automatico, coletes a prova de bala, pistolas) todos pensavam ser policiais, mais quando eles se aproximam todos se dão conta q era Claiton Araquan, todos ficaram ansioso com a visita, mas eles fizeram apenas lanche e forma embora, não mexeram com ninguem, realmente eles dominavam a região e eram destemidos todos Claiton Araquan, Marquinho Araquan(vivo), Vavá araquan (vivo), luizinho de nondas (vivo), dodó, vanvan, valtinho....., e vou aqui adiantando morreram muitos deles, mais ainda tem muitos foragidos, ai cabe a policia investigar e capturá-los ai vcs veram q eu estou falando a verdade.

18. **Marcos Sá** disse: 27 de fevereiro de 2010 às 19:28

respondendo a Salgueiro, vou antes de tudo fazer umas perguntas sobre os Gaias(sem duvida foram valentes mas não se compara aos araquan) quantos policiais eles mataram? quantos helicopteros eles derrubaram? com quantas familias eles brigaram? vou adiantar a resposta sem duvida nenhuma os araquan venciam os gaias em pouco tempo, ou melhor, os gaias poderia se juntar aos benvidos, russo, cláudio, noqueira, santana q os araquan ainda brigava com todos, e digo mais a sorte dos inimigos dos araquan foi a policia q matou e prendeu varios araquans, e em todos os confrontos q os araquans tinham com a policia morriam policiais tb. conhecer os gaias e os araquan e acho q vc esta mal informado a respeito deles, pesquise no google mesmo um pouco da historia de cada um deles e depois faça um comentário, faça pelo menos isso. Abraços. (...)"

Como se vê, o assunto foi levantado e, como consequência, aparece uma série de comentários de pessoas que se auto-afirmam parte das famílias em confronto. Mesmo que os personagens não sejam reais, no sentido que não há como ter certeza de que são aqueles que dizem ser, eles são concretos na reprodução de um modo de representar e vivenciar uma *questão*. Provavelmente, fazem parte de uma nova geração que vem incorporando as novas tecnologias aos moldes dos antigos costumes locais.

Os comentários por si só, já seriam um interessante objeto de estudo – “*Eita que ainda tem cangaceiro aqui em PE, vixe! não acaba nunca, tantos extremos, modernidade misturada com cangaço*”(grifos nosso); “*todos os SÁ natural daquela localidade que dizer “Aracuã” (...). Essa é uma forma encontrada pela família para tirar a atenção da autoridades policiais” “Defender bandido só quem é família e está levando vantagens dos assaltos” -*, porém, não é exatamente o objetivo desse trabalho. Nesse momento, nos dedicaremos a demonstrar como se alteram os meios e continuam

tais conflitos, em outras palavras, na maneira como a estrutura ganha novos elementos, mas não se altera.

5.2 - História e Estrutura no sertão do São Francisco

Brigas de famílias são tão tradicionais no Sertão de Pernambuco quanto espinhos de mandacaru ou carne de bode assada. Aparecem de tempos em tempos, em qualquer ponto da caatinga, e se estendem por anos a fio. ‘A honra do sertanejo continua sendo mais importante que a vida’, explica o comandante da 2ª Companhia Independente de Policiamento (...). E, embora as velhas garruchas e espingardas soca-soca tenham sido trocadas pelos modernos fuzis AR-15 e submetralhadoras Uzi, o componente emocional da vingança a um parente morto continua o mesmo desde 1848, quando os Carvalho e os Pereira começaram a duelar (Diário de Pernambuco, 01 de agosto de 1997).

O sertão pernambucano é uma *feuding society* (Villela, 2007: 110), em que as *intrigas* e *questões* são elementos ali constitutivos, um dos modos pelo qual esta sociedade se organiza simbolicamente, espacial e até temporalmente (ver capítulo 3). Nessa sociedade se mantém uma estrutura moral de manutenção da reputação e vingança, que consiste na ação de um indivíduo ou uma coletividade, de dimensões e identificação flutuantes, diante da ameaça da *desmoralização*.

Como demonstram as práticas locais, iniciada uma *questão*, restam a essas pessoas ou grupos duas alternativas: perder o “respeito” ou reagir violentamente aos insultos recebidos, construindo individual e coletivamente sua *fama*, mas como contrapartida, tornar-se criminoso aos olhos da legislação brasileira e passar a ser perseguido pelos inimigos, pela polícia e também pelo ministério público, geralmente caindo na clandestinidade (Villela, 2007:110).

As evidências indicam que isto parece não ter sido alterado em Cabrobó, com os processos de intervenção externa que vêm ocorrendo nas últimas décadas na cidade (grandes operações policiais, CPI, transposição, dentre inúmeros outros). Tal recorrência desses acontecimentos, em um espaço temporal caracterizado por grandes transformações capitalistas, demonstra que sua organização simbólica aproxima-se

muito do que Sahlins (1994) descreveu como sociedades com *estruturas prescritivas*, ainda que haja ali também elementos performáticos.

Como se viu anteriormente, segundo o autor, as *sociedades prescritivas* tendem a processar uma “interpretação recuperativa” das novas circunstâncias, projetando nelas a ordem existente, mesmo quando acontece algo sem precedentes, como acontece ali com o processo de intensa intervenção federal e estadual. Ao contrário, as sociedades com *estrutura performática*, tenderiam à assimilar-se à circunstâncias contingentes, quer dizer, os acontecimentos circunstanciais são freqüentemente assimilados e valorizados por suas diferenças, pelo afastamento em relação aos arranjos existentes.

Em *O povo em Armas*, Villela (2004) estuda essa mesma categoria de conflitos também no sertão de Pernambuco, em dois períodos temporais, na primeira metade do século XX e no presente etnográfico⁴⁸. Nesse estudo, o autor fala da existência um sistema de vinganças que mantém-se ao longo desse período. Sua análise de documentos, que datam quase ou mais de um século atrás, nos mostra como certas representações e atos no campo da moral se assemelham aos atuais, mesmo com o contexto econômico se alterando profundamente.

No entanto, ao longo do último século, assistimos também a essa estrutura se alargar para novos elementos que são incorporados, em contrapartida a outros, que são abandonados de acordo com as características temporais de tal sociedade. Como afirma o próprio autor, em outro de seus estudos, se no fim do século XVIII até a década de 40, tais homens e suas instituições recebiam o nome de cangaço, há décadas o termo caiu em desuso. Os nomes utilizados hoje para fenômenos caracteristicamente semelhantes são outros: pistoleiro, traficante, maconheiro, mafioso, bandido (Villela, 2007: 127).

É o que Sahlins (1994) chama de reavaliação funcional de categorias. O antigo sistema é projetado sob novas formas – aqui de forma recuperativa -, porém estas dependem das possibilidades dadas de significação, porque, de outro modo, seriam inteligíveis e comunicáveis (Sahlins 1994: 11).

⁴⁸ O autor realizou sua pesquisa na segunda metade da década de 90.

Agindo a partir de perspectivas diferentes e com poderes diversos para a objetivação de suas interpretações, as pessoas chegam a diferentes conclusões e as sociedades elaboram os consensos, cada qual a sua maneira. (...) Metáforas, analogias, abstrações, especializações: todos os tipos de improvisações semânticas são circunstanciais, tendo as atualizações cotidianas da cultura oportunidade de se tornarem gerais ou consensuais, da maneira como forem retomadas pela ordem sociológica corrente. Os significados são, em última instância, submetidos a riscos subjetivos, quando as pessoas, à medida que se tornam socialmente capazes, deixam de ser escravos de seus conceitos para se tornarem seus senhores (Sahlins, 1994: 11).

Compondo tal contexto, assiste-se hoje em Cabrobó a uma atualização de caráter *prescritivo* de “antigas” orientações simbólicas que presidiram a *questão* estudada, em que o que parece ser incorporado são novos elementos transversais capazes de alimentar, mas não de destruir, as rivalidades e manter os grupos fortalecidos dentro delas.

Dentro de tais atualizações recuperativas podemos destacar: novas relações de dupla captura com o poder público exógeno; novos canais de comunicação utilizados para construção da reputação (como nas relações estabelecidas com a imprensa regional durante a *questão* ou nos sites de relacionamento ocupados por esses grupos); a força das composições provisórias, ainda impulsionadas pelos laços políticos e de parentesco; a vinculação dos grupos com as instituições estatais como a polícia, a política e a justiça; e também as novas fontes logísticas e de financiamento para as *questões*, sejam elas legais ou não (assaltos a bancos, em estradas, tráfico de drogas e armas).

Durante troca de tiros com a Polícia Federal, hoje, no interior baiano, um possível integrante de uma quadrilha foi morto. O bando assaltou ontem a agência do Banco do Brasil na cidade de Pilão Arcado (BA). (...) Segundo informações da PF, os assaltantes fariam parte da família Araquan, uma suposta quadrilha que atua na região do Vale do São Francisco, principalmente nos Estados da Bahia e Pernambuco, e é acusada de assalto, tráfico de armas e de comandar o tráfico de maconha na região. A PF estima que de dez a 15 homens participaram do assalto. Eles teriam sido surpreendidos por cerca de 30 policiais federais, que desde o início da semana estavam de tocaia no município, aguardando uma possível ação do clã. Os policiais teriam sido informados dos planos da família com antecedência (Jornal do Commercio. *Suspeito de integrar quadrilha que assaltou banco é morto na BA*. 26 de setembro de 2003).

Esta atualização de antigas orientações manifesta-se também em aspectos sutis relacionados à reprodução do modo de vida dessas famílias. À exemplo de Emília Godoi (1999) que estudou atualizações simbólicas relativas a posse de terras no sertão do Piauí - chegando também a elementos conclusivos de uma *sociedade prescritiva* -, formas de interpretação recuperativa surgem aqui em aspectos cooperativos (Godoi, 1999: 97).

Eles aparecem, por exemplo, na recusa de divisão e venda do patrimônio familiar, como acontece com pelo menos uma das famílias. Uma forma de lidar com a memória que nessa cultura parece estar em uma dessas áreas simbólicas parcialmente fechadas à transformação imediata. Pois como, como afirma Godoi (1999), apesar de nunca ser acabada, a memória consiste nessa sociedade em um patrimônio essencial para a construção da identidade do grupo, criação de solidariedade, delineamento de fronteiras sociais - em oposição aos outros grupos -, que se mantém como uma estrutura de longa duração.

Em tal contexto, a força do discurso exógeno não pode ser descartada, pois assume um papel importante na transformação do pensar e em novas maneiras de dominação. Contudo, como já foi evidenciado, há de se levar em conta em uma estrutura que se mostra, pelo menos parcialmente, *prescritiva* que os agentes nativos ainda privilegiam locais certas formas de relações sociais.

Dessa forma, por exemplo, há também um descompasso entre a intenção reformadora de costumes das empresas, que estão construindo a obras, e sua efetiva transformação entre os trabalhadores do local; entre a tentativa da primeira no sentido de normatizar o comportamento do trabalhador, enquadrá-lo a padrões de disciplina e controlar seu tempo, e a reação de insubordinação local (não necessariamente voluntária) com relação a certas regras de trabalho.

Outro exemplo dessa resistência, ou atualização recuperativa, está na forma como os agentes locais incorporam o discurso do desenvolvimento. Uma categoria externa assumida nas relações políticas e também familiares (mais uma vez lembremos que em Cabrobó política e família não espaços distintos), mas que, como foi demonstrado anteriormente, se mostra acompanhada de relações calcadas na

reciprocidade, processo fundamental nas composições eleitorais e também no o processo de familiarização.

Desse modo, esses grupos de poder local quando se deparam com a lógica externa diante da sociedade da qual fazem parte, reconhecem a importância e assumem aspectos do processo de desenvolvimento que vem se desencadeando no município (ainda que não sejam unânimes com relação à forma em que esta vem se dando). Em especial quando, tais processo se mostram uma alternativa de reprodução social de manutenção das práticas locais, como aquelas ativadas com a *questão* estudada, em novos jogos de apropriação e ruptura (Godoi, 1999: 96).

Em síntese, os exemplos evidenciados mostram como antigas condutas cedem apenas até certo ponto espaço àquelas expressamente reguladas através das leis e costumes da sociedade abrangente. A estrutura de conjuntura em Cabrobó sedimentou novos valores funcionais às antigas categorias, obrigando os atores locais a se adaptar a novas realidades, adotando novos modos pensar e vivenciar os conflitos. Porém, certas regras e os valores morais que geram as *intrigas* e, principalmente, impulsionam uma *questão*, por mais que possam ter sido em alguns aspectos afetados ou mesmo parcialmente desarticulados pela atuação da intervenção externa, que se objetiva principalmente na modernização econômica ou mesmo pela repressão pública, não foram desarticulados.

5.3 - Observações através de uma abordagem comparativa

A abordagem comparativa é um dos métodos obrigatórios da antropologia, se confundindo com a própria disciplina. E é também uma das abordagens das mais ambiciosas e exigentes que há e, por isso, das mais estreitas, exigindo certas “prudências consideráveis”. Contudo, não é nosso interesse fugir a uma ousadia final desse tipo.

Dessa forma, por um contraste ideal, aos moldes do realizado pelo próprio Sahlins (1994), objetivando concluir esse capítulo, vale reconhecer algumas diferenças e semelhanças entre a intervenção federal, em Cabrobó, e o exemplo do capitão Cook, no Havaí, e também nas respectivas sociedades.

Em primeiro lugar, obviamente, ambas as situações constituem-se em intervenções externas. Além disso, em ambos os casos foi o Estado quem financiou tais incursões que tiveram objetivos que podemos pensar como semelhantes, “colonizar/desenvolver” áreas distantes, sobre controle da máquina estatal⁴⁹. Pois, como afirma Clastres (2004), esta constitui-se um núcleo unificador, com vocação à recusa do múltiplo, que suprime diferenças (modos de vida) na relação que mantém com os indivíduos, cidadãos iguais perante as leis (Clastres, 2004: 88 e 89).

A violência etnocida (resolução do múltiplo no Um), como negação da diferença, pertence claramente à essência do Estado tanto nos impérios bárbaros quanto nas sociedades civilizadas do Ocidente: toda organização estatal é etnocida, o etnocídio é o modo de existência do Estado (Clastres, 2004: 90).

Porém, como foi demonstrado ao longo desse trabalho, nem todas as sociedades são abertas à história da mesma maneira, aceitando passivamente a chegada de intervenções exógenas ou, em sentido contrário, se fechando a ela nas percepções locais. Se no Havai, como afirma Sahlins (1994), elementos como o parentesco, posição social, propriedade da terra, filiação e organização sexual estavam abertos a negociação diante do exógeno, quer dizer, eram valorizados pelo afastamento em relação aos arranjos existentes, podendo as pessoas agir sobre eles para reconstruir suas condições sociais, em Cabrobó isso não parece acontecer com muitas instâncias da ordem cultural, especialmente as que se referem a elementos de ordem moral (honra e vergonha) e suas implicações no campo da violência.

Nesse modelo parcialmente prescritivo⁵⁰, o que ocorre é a projeção de uma ordem existente e a interpretação recuperativa. O sistema simbólico sertanejo, no que se refere às ordens citadas, não parece ser altamente empírico (quente). Dessa forma, não submete continuamente essas categorias locais a riscos materiais, a inevitáveis desproporções entre signos e coisas (Sahlins, 1994:13). Ao longo dos últimos séculos

⁴⁹ Cook estava a serviço do imperialismo financiado pelos Estados Europeus, em um contexto de expansão marítima

⁵⁰ Emília Godoi (1999) também concluiu por elementos simbólicos prescritivos em uma sociedade sertaneja.

essa sociedade parece permitir aos sujeitos históricos um limitado canal de atualização criativa dos valores correntes referentes a questões morais e sua resolução. Talvez, por isso, se diga – localmente e também em trabalhos acadêmicos (Villela, 2007 e Marques, 2002) - que *intrigas* e *questões* não têm fim.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos este trabalho definindo o conflito em sua positividade como um modo de relação social que não só precede a ordem, como opera em cada momento da sua existência. Mais do que a função desses conflitos, indagou-se nesta pesquisa como eles operam, que significados carregam e que sorte de efeitos produzem. Dessa forma, conflito e solidariedade, violência e paz, agrupamento e rupturas foram pensados como estágios provisórios com alcances diferenciados e dotados de significados específicos (Marques, 2007).

Passamos, então, pela descoberta do objeto desta pesquisa e, com ela, por algumas reflexões sobre o trabalho de campo dentro da antropologia. Em seguida, realizamos uma revisão de literatura enfocando os termos *família*, *poder* e *violência*, em que optamos por dialogar com importantes autores que discutiram essa relação. Longe de esgotar toda a produção acadêmica produzida sobre o tema, a intenção aqui foi mostrar o que motivou esses estudos e apresentar alguns dos principais problemas colocados por eles.

Nos capítulos seguintes, descrevemos a constituição e os desdobramentos de uma *questão* em Cabrobó, no sertão pernambucano. Abordamos ali o tema família tomando-o em sua operacionalidade. Ao invés de assumi-lo em seus contornos definidos, ou mesmo da busca de definições absolutas ou de sua função, tratou-se de observar seu funcionamento social. Desse modo, a dinâmica entre e dentro desses grupos familiares foi nossa chave de interpretação.

Vimos também as várias articulações que esses episódios comportam, como interesses públicos e privados estão entrelaçados. Na *questão* aqui estudada estavam em jogo, em múltiplas negociações, espaços de composição em que as famílias disputavam aparatos do Estado como forma de prestígio e vantagens, com membros destas instituições acionando instrumentos modernos e legais — como a justiça e a polícia — e agentes estatais assumindo, por exemplo, um papel de mediação entre as partes, como aconteceu com a *CPI do Narcotráfico e da Pistolagem*. Dessa forma, longe de vislumbrar ausência ou deficiência do “poder público” preenchida pelo “poder privado”, trata-se de perceber os longos processos de negociação e composição provisória que contextualizaram as relações sociais locais.

A pesquisa de campo mostrou ainda que seria um grande equívoco falar que o acendimento das antigas *intrigas e questões* se dá pela ausência do Estado, ocupada por um poder paralelo. O elevado número de policiais (Federais, Cíveis e Militares), a atuação da *CPI da Pistolagem e do Narcotráfico*, os vários projetos de irrigação e assentamentos de reforma agrária que ali existem e, mais recentemente, as obras relacionadas à transposição do Rio São Francisco, dentre muitos órgãos da máquina pública mostram que historicamente⁵¹ o Estado tem marcado presença no local.

E, por fim, tomando como referência a obra de Sahlins (1994), analisamos como a transformação, externamente induzida por fortes intervenções, está sendo nativamente orquestrada nesse município estudado.

É muito comum entre os estudiosos das sociedades camponesas considerar que os elementos da ordem externa se lhes impõem, posto que sempre lhes é imputado um caráter dominado. Há de se considerar, entretanto, que as sociedades camponesas, como *part-culture* (Kroeber, 1948), não recebem passivamente elementos de uma ordem externa, mas que seu caráter específico também determina o modo de sua inserção na sociedade abrangente (Godoi, 1999: 65).

Isto significa afirmar que a cultura é ordenadora do processo histórico ao mesmo tempo em que é por ela ordenada. Nesse sentido, os significados das coisas são avaliados na medida em que são sancionados pelas práticas locais (Godoi, 1999: 150). Foi, pois, analisando as práticas cotidianas e rituais nesse local, em conjunto com a sociedade nas quais se encontram inseridas, que procuramos uma face dessa sociedade sertaneja.

Na dialética entre reprodução e transformação, assistimos pois à persistência de um estrutura, calcada em valores morais, que presidiram a *questão* estudada, atualizados no presente, em novas formas de vivenciar uma *questão*. Dessa forma, a força aglutinadora das relações locais mantém o ciclo de vinganças como uma estrutura de longa duração no sertão pernambucano.

⁵¹ Convém, não esquecer dos 800 homens do Exército Brasileiro que também compõem esse cenário.

Contudo, vimos também como novos elementos são incorporados a essa estrutura, alargando e complexificando as *questões*, que, em uma perspectiva antropológica, não são cabalmente compreensíveis sem que apreendamos que a ampla configuração desse campo social está completamente atrelada as outras esferas da vida social. Dessa forma, não há dúvidas que a *questão* trabalhada nessa dissertação - assim como outras que se repetem no país -, envolva valores morais, estando também relacionada com a política, com a organização do parentesco e com formas de criminalidade, devendo ser pensadas a partir de novas perspectivas, porque essas categorias não são estanques, nem absolutamente discerníveis umas das outras. Como afirma Marques (2002), essa delimitação impede vislumbrar o modo como essas *questões* se redefinem em suas articulações com a justiça, com o poder político exógeno e com uma pluralidade de princípios de ordenação social, uma vez que essas articulações são, paradoxalmente, a condição de reatualização, renovação e persistência desses fenômenos.

Apesar da exaustividade com que a violência foi tratada aqui, essa dissertação não tem como objetivo ratificar o imaginário do sertão pernambucano como lugar violento, mesmo porque, como foi exposto no terceiro capítulo, os habitantes não consideram assim seu município, nem mesmo durante as *questões*. Em suas representações a tranquilidade local se opõe às notícias das metrópoles do sudeste do país, local de seqüestros, assassinatos, roubos, dentre outras atrocidades.

Além disso, as semelhanças das motivações e dos atos dos atores locais, com aqueles do sudeste brasileiro no Império (Franco, 1983), do sertão na Primeira República (Villela, 2004), da atual Zona da Mata mineira (Comerford, 2003), enfatizados em outros estudos, ou com inúmeros casos de *questões* que surgem ainda hoje, não só no meio rural e nas pequenas cidades, mas também em centros urbanos do país, indicam que estas não se reduzem apenas à persistência de uma tradição local atrasada, a ser abolida, e que, por si só, a presença da máquina pública ou a emergência de uma modernidade irão por um fim.

Nesse contexto, como esperamos ter demonstrado, a simples intervenção da polícia ou da justiça punindo os envolvidos não acaba com a emergência de tais conflitos (muitas vezes, em sentido contrário, acirra as *intrigas* e *questões* já existentes,

como visto nos capítulos 3 e 4), que constituem uma estrutura de longa duração, compondo o processo de organização (simbólica, temporal e espacial) dessa sociedade.

A cultura local, como evidenciado no quinto capítulo, oferece aos seus membros um limitado canal de atualização criativa das relações de tensão, especialmente os referentes à ordem moral. Desta maneira, se esta sociedade quiser suprimir tais casos⁵², uma vez que a pacificação é geralmente vista com boa vontade, precisa abrir novos canais de atualização e resolução para esses conflitos. Um deles talvez seja esta na evidencia de uma outra forma local de coragem.

Porque, como afirma Villela (2007), nesses casos existem duas coragens: aquela que os leva a retribuir os insultos sofridos, a cobrar os danos e a por as suas vidas em risco, a chamada coragem de matar e de morrer. Mas também existe outra, a que permite que a pessoa odiada viva e passe sorrindo diariamente em frente à porta onde mora a viúva, os irmãos e os filhos de sua vítima. Com disse um ex-juiz de Cabrobó: “no meio de tanta gente violenta é preciso ter coragem de não ser violento”. Um adágio que demonstra bem a força de uma estrutura em que é mais fácil dar continuidade ao ciclo de vinganças, do que romper com ele. Mas também indica a possibilidade de rompê-lo.

Do ponto de vista metodológico, há ainda em aberto a questão do silenciamento que enfrentei durante o trabalho de campo. É necessário lembrar que durante esse período de campo, contrastando com a estreita colaboração que obtive, enfrentei uma recusa velada dos agentes locais a falar sobre a *questão*, principalmente daqueles envolvidos mais diretamente na contenda. O silêncio e o “esquecimento” revelaram-se em diferentes situações, em uma delas senti certo constrangimento por parte do entrevistado em falar do assunto. Em outra, uma das pessoas chegou a me questionar durante uma entrevista:

- você não vai abordar a briga, não é?

- Sim, vou abordar.

⁵² No período que estive em campo os habitantes locais, incluindo as próprias família estudadas, me disseram, que ninguém – com a rara exceção daqueles que vivem profissionalmente disso, como os chamados pistoleiros – desejam entrar ou permanecer em *intrigas e questões*.

- Olha lá o que você vai falar da gente, respondeu a esposa do entrevistado, que pertencia a uma das famílias.

Como ficou evidenciado no terceiro capítulo, existe uma relação ‘interna’ entre a lógica estruturadora de um gênero narrativo (contar casos no sentido de narrar os conflitos) e a lógica das ações públicas dos agentes em conflito, uma vez que essas *questões* são publicamente vividas e conduzidas na sua evolução por um conjunto de opiniões que intervêm na forma como o conflito é vivenciado e conduzido na sua evolução. (Marques, Comerford, Chaves, 2007)

Os enfrentamentos no plano físico não estão dissociados de versões, que são objetos de disputa, no sentido de um esforço ativo de fazer prevalecer certa imagem de si ou de seu grupo para um público, em inevitável tensão como imagens concorrentes. Nesse sentido, os acontecimentos narrados sempre dizem algo sobre as qualidades e fraquezas de cada família e sobre a qualidade das relações entre elas. Mesmo que estejam se referindo a uma pessoa, e não a toda uma família, eles colocam em jogo as qualidades do grupo social, já que os componentes e suas instituições assumem posições solidárias e compartilham qualidades.

A expressão pública do sofrimento, da generosidade, da caridade e do agradecimento produz uma espetacularização das qualidades morais das partes envolvidas, diante de um público apto a interpretar e julgar esse espetáculo. Como é um espetáculo do qual o público também participa, e que coloca em jogo modalidades de hierarquização e arranjos de posições sociais, será sempre um espetáculo com uma nítida dimensão agonística, onde cada ator procura se mostrar mais digno – seja por ser mais sofredor, mais generoso, caridoso ou agradecido, ou mais sincero na sua generosidade e verdadeiro no seu sofrimento (Comerford, 2003: 125).

Desse modo, as narrativas compõem os próprios conflitos e não podem ser tomadas como um aspecto independente ou uma consequência deste. A interpretação do conflito construída nos eventos narrativos é um mecanismo que dá continuidade a ele no plano das *intrigas*. Nesse sentido, o próprio ato de dar entrevista a uma pesquisa como essa se insere nesse contexto de repercussão, é o momento de se explicar, de passar e fazer prevalecer sua versão dos fatos, buscando justificar seus atos – ou do grupo do qual faz

parte – mas também de disseminar a *intriga* que pode reaquecer antigas *questões* ou se desdobrar em novas.

Em tal contexto, muitas vezes o gravador teve que ser desligado, pois um instrumento que me servia como uma ferramenta na tentativa de busca da exatidão dos fatos, naquele contexto se carregava, para os agentes locais, de outra significação. Houve assim aqueles que repeliram seu uso, alguns utilizaram técnicas locais para lidar com tal instrumento, como a omissão de nomes ou mesmo fatos. Como me disse um senhor a respeito do ato de “falar” sobre tais temas: “a gente pode falar, mas tem que saber como falar”.

Enfim, parafraseando Geertz (1989), quando falava de estudar não “a aldeia”, mas “na aldeia” - captar nela o que permite ver dos fenômenos abarcados pela teoria -, se tais fatos pouco contribuíram para enriquecimento desta pesquisa sobre as *questões* de Cabrobó, serviram no sentido de decifrar sentidos na “Cabrobó”, o que inclui a significação de ações e outros silêncios que ali haviam.

6.1 – Significados da passeata pela paz

Colocadas essas peças sobre a mesa, é hora de voltar para os acontecimentos do meu último dia de trabalho de campo. Durante uma entrevista, alguns dias antes da passeata pela paz acontecer, um dos integrantes de uma das famílias envolvidas na *questão* me alerta sobre o ato pela paz que aconteceria no próximo fim de semana:

O nosso município não tem violência. Por sinal, domingo eu fui a missa e o padre daqui, que eu gosto muito dele e tenho respeito, estava chamando a gente para domingo agora para fazer uma passeata da paz. Agora eu estou doido para conversar com ele, quero saber dele qual é o significado dessa passeata da paz? (Membro de uma das famílias. Entrevista, pesquisa de campo, realizada em setembro de 2009).

Indo além da violência, que aparece aqui mais uma vez como categoria de alteridade, o ponto central para o ator local e também para nós, ainda que sob perspectivas diferentes, é saber quais os significados da passeata.

Para desvendar tais significados, voltaremos as perguntas feitas na introdução desse trabalho: se um conglomerado de pessoas pede ‘paz’, conseqüentemente, alguma violência se faz presente. Que violência é esta? De que falavam as faixas e cartazes? O policial militar dá alguns elementos, mas serão eles reais ou omitem algo? Por que reforçar o contingente policial e seu armamento se a violência não é um fator significativo, como atestam o baixo número de homicídios? ou mesmo, por que realizar uma passeata pela paz? E por que tantos policiais tão bem armados numa passeata pela paz? Quais são os pontos “não interessantes” da história da cidade que, segundo o padre, precisam ser superados? E, finalmente, por que não são ditos abertamente?

Nesse contexto, recorreremos mais uma vez a Geertz (1989), que conceitua a cultura enquanto espetáculo, como um emaranhado de textos a serem lidos. Temos aqui dois desses textos - um exógeno e um local -, sobrepostos e em conflito: o da igreja e das instituições públicas que organizaram o evento; e aqueles dos interlocutores locais que representam as famílias que estiveram envolvidas na *questão*.

Imagino que muitas dessas perguntas já tenham sido respondidas ao longo desse trabalho, mas outras ainda estão abertas. Sobre a violência de que falavam a passeata e os cartazes, a resposta já evidenciada, remonta ao processo histórico da região e também, por isso, estão ali dezenas de policiais bem armados que acompanham a procissão.

Além deles, estão ali outros representantes dos poderes constituídos (religioso, executivo, legislativo e judiciário) que sobem ao “palanque”. O padre que fala sobre os pontos “não interessantes” a serem superados, o vereador que almeja criar a semana comemorativa pela paz, o militar que pede reforço do contingente policial, mesmo com a criminalidade tendo baixado nos últimos anos. Cada um deles representa seu respectivo poder público que quer se mostrar presente e atuante, assim como falava a CPI.

Já as famílias envolvidas na *questão* aqui estudada não estavam presentes ao rito (ou pelo menos não se mostraram publicamente com falas e discursos), apesar de serem os maiores atingidos pela violência que nos últimos anos atingiu a região e ainda ali residirem. Perguntamo-nos o porquê dessa ausência. Lembremos, nesse momento, de dois fatos importantes.

O primeiro deles, é que a violência, principalmente nos dias atuais, não é uma preocupação local: “O nosso município não tem violência”, foi o que ouvi recorrentemente no município. O segundo elemento remonta a um episódio citado no terceiro capítulo: a carta escrita por um jovem, pertencente a uma das famílias, ao jornal local e a repreensão dentro sua própria instituição familiar ao realizar um pedido de paz.

Esse fato evidencia que em uma *questão* um pedido público de paz de um dos lados não é algo recorrente, pois pode representar um índice de “covardia” perante os outros grupos. Dessa forma, a presença das famílias naquela passeata poderia parecer como um sinal de fraqueza – “ser taxado como medroso” - e, conseqüentemente, a desonra perante o público.

No primeiro dos textos, de origem exógena, o Estado junto com a diocese regional da Igreja Católica, - que tem como tema na região “a cultura de paz para quebrar a cultura da violência” - se faz presente para “buscar” e “fazer” a paz. No segundo, de origem local, as famílias se abstêm. O pedido de paz não poderia vir de nenhuma delas, pois além do fato de essa não ser uma preocupação local, o ato soaria como fraqueza diante da população. Dessa forma, nem elas, nem o nome delas, deveriam estar ali presentes.

E como esses dois textos, não apenas em termos semânticos mas também pragmaticamente, se embatem conflitivamente? O pedido de paz, que implicitamente é dirigido a esses grupos⁵³, envergonha quem um dia fez a guerra. Dessa forma, as pessoas que compõem a solenidade estão individualmente impedidas de apontar abertamente os acontecimentos e o nome dos envolvidos sob pena de levá-los a vergonha. Fato que pode ser encarado pelos envolvidos na *questão* como uma provocação individual ou familiar. Está aí o motivo de os fatos “não interessantes” não serem ditos abertamente.

O público que em outro momento repercute a violência, nesse ritual fala de paz. Quem um dia participou repercutindo as contendas, durante o rito assume o texto exógeno e reprova as brigas que no ato estão disciplinadas, sendo motivo de desonra. Como se viu, há alguns anos a contenção se deu pelo acordo, porém agora se dá pela passeata que se dirige e também desafia a essas famílias (ou indivíduos), mas também a

⁵³ Ainda que não exclusivamente.

outras, que queiram se envolver em novas *questões* ou provocar desdobramentos da antiga questão. Por isso, os cartazes diziam “Nós cultivamos a paz: família Vidal”, “Violência nunca mais” ou “Que todos sejam um: apelo desafiante para todos nós que desejamos ver crescer a cultura da paz”.

Contudo, esses modos de contenção não suprimem os conflitos que estão presentes e se constituem como um modo de dramatização social de longa duração.

E, por fim, podemos afirmar que se “a paz começa dentro da família”, como foi dito no discurso do religioso, é por causa dela e seu âmbito que as *intrigas* e *questões* nascem, renascem e se alimentam.

7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARBOSA, Andréa; CUNHA, Edgar Teodoro da; HIKIJI, Rose Satiko Gitirana. *Imagem-Conhecimento: Antropologia, cinema e outros diálogos*. Campinas, SP: Papyrus, 2009.

BARREIRA, Irllys Alencar. Do Sangue à Palavra: Expressões Políticas de Conflito Familiar. In MARQUES, Ana Cláudia (org.) *Conflitos, Política e relações pessoais*. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará/Funcap/CNPq-Pronex; Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CANDIDO, Antônio. O significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

CAVALCANTE, Peregrina. *Como se fabrica um pistoleiro*. São Paulo: Editora Girafa, 2003.

CHAVES, Christine Alencar. *Festas da Política: Uma etnografia da modernidade no sertão (Buritis-MG)*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.

CLASTRES, P. *A sociedade contra o Estado*; tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

CLASTRES, P. *Arqueologia da violência - pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

COMERFORD, John Cunha. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ UFRJ: Núcleo de Antropologia da Política, 2003.

COSTA PINTO, Luis de Aguiar. *Lutas de família no Brasil: introdução ao seu estudo*. 2ª edição, São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

CUNHA, Jânio Pereira da. *Questões políticas e Poder Judiciário: as comissões parlamentares de inquérito - o dilema da democracia*. Mimeo. Fortaleza, 2003.

DAMATTA, Roberto. *O ofício de etnólogo, ou como ter Anthropological Blues*. Boletim do Museu Nacional, Série Antropologia, n.27, 1978

ÉVANS-PRITCHARD, E.E. *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Rio de Janeiro. Zahar, 1978.

ÉVANS-PRITCHARD, E.E. *Os Nuer*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1993.

FRANCO. Maria Sylvia de Carvalho Franco. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3ª edição. Kairós, Livraria Editora. São Paulo: 1983

GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GEERTZ, Clifford. *O dilema do antropólogo entre estar lá e estar aqui*. Cadernos de campo, ano 8, n. 1, São Paulo, 1997-1998, p. 205-35.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, Vozes, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. 9ª edição. São Paulo, Editora Brasiliense, 1996.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

LÉVI-STRAUSS, Claude. História e etnologia. In: *Antropologia estrutural*. Trad. Chaim Katz e Eginardo Pires. 6ª ed. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2003.

LÉVI-STRAUSS, Claude. O feiticeiro e sua magia In: *Antropologia estrutural*. Tempo Brasileiro, 4ª Ed. Rio de Janeiro. 1989.

LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record 1993.

LIMA, Martonio Mont'Alverne Barreto. *Judicialização da Política e Comissões Parlamentares de Inquérito – Um Problema da Teoria Constitucional da Democracia*.

Revista Jurídica da FIC / Faculdade Integrada do Ceará, v. 4, n.7 (jan./jun. 2006). – Fortaleza: Faculdade Integrada do Ceará, 2006.

GODOI, Emília. *O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

GODBOUT, J. *O espírito da dádiva*. Editora Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1999.

GOMES, Luiz Flávio; CERVINI, Raúl. *Crime organizado: enfoques criminológico, jurídico e político-criminal*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Um diário no sentido estrito do termo*. Rio de Janeiro: Record, 1997

MARQUES, Ana Cláudia Duarte Rocha. *Intrigas e Questões: vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará / UFRJ: Núcleo de Antropologia da Política, 2002.

MARQUES, Ana Cláudia (org.) *Conflitos, Política e relações pessoais*. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará/Funcap/CNPq-Pronex; Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

MARQUES, Ana Cláudia; COMERFORD, John Cunha; CHAVES; Christine de Alencar. Traições, Intrigas, Fofocas, Vinganças: Notas para uma abordagem etnográfica do conflito. in MARQUES, Ana Cláudia (org.) *Conflitos, Política e relações pessoais*. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará/Funcap/CNPq-Pronex; Campinas, SP: Pontes Editores, 2007

MAUSS, M. 2003 [1923-1924]. *Sociologia e antropologia*. São Paulo, Cosac & Naify, p.536.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O Trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever*. Revista de Antropologia, vol 39, n. 1, São Paulo, 1996. P. 13-37.

PALMEIRA, Moacir; GOLDAM, Márcio (orgs). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro. Contra Capa Livraria, 1996.

- PALMEIRA, Moacir. Política e tempo: nota explanatória. In. Peirano, M. (org.). *O Dito e o Feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume - Dumará/NuAP, 2002.
- PEIRANO, Mariza. *Uma Antropologia no plural*. Brasília: Editora UNB, 1991.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- SAHLINS, Marshall. Historical Metaphors and Mythical Realities - Introdução e conclusão. Tradução de Fraya Freshe. *Antropologia e história em Marshall Sahlins*. Cadernos de campo, nº 9, 2000. p. 135-144.
- SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. *História e Etnologia. Lévi-Strauss e os embates em região de fronteira*. Revista de Antropologia, São Paulo, v. 42, n. 1-2, 1999.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Marshall Sahlins ou por uma antropologia estrutural e histórica*. Cadernos de campo, nº 9, 2000. p.125-133
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES (orgs). *Antropologia e história debate em região de fronteira*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. *Nos bastidores da pesquisa de campo*. Cadernos de Campo, São Paulo, ano 8, n.7, 1997-1998, p.239-242.
- TALESE, Gay. *Os honrados mafiosos*. Expressão e Cultura, São Paulo, 1972.
- VILLELA, Jorge Mattar. *O povo em armas: violência e política no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.
- VILLELA, Jorge Mattar. Violência e Mediação de Vingança no Sertão de Pernambuco, Nordeste do Brasil in MARQUES, Ana Cláudia (org.) *Conflitos, Política e relações pessoais*. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará/Funcap/CNPq-Pronex; Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

7.1 - Jornais e Revistas

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Clãs descartam reinício de confronto no sertão*. Vida Urbana, Recife, 13 de junho de 2002: C6.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Briga no Sertão envolve mais um clã*. Recife, 06 de outubro de 1999

JORNAL DO COMMERCIO. *Araquans Mortos em Ação da PF*. Cidades, Recife, 2003.

JORNAL DO COMMERCIO. *Medo impõe silêncio a Cabrobó*. Cidades, Recife 02 de março de 1997

JORNAL DO COMMERCIO. *Roubo e tráfico fornecem armas para briga*. Cidades, Recife, 03 de março de. 1997.

JORNAL DO COMMERCIO. *Briga de Famílias no Sertão é pelo poder*. Cidades, Recife, 03 de março de 1997.

JORNAL DO COMMERCIO. *Família diz que criminosos estavam rondando a cidade*. Cidades, Recife, 22 de março de 1997)

JORNAL DO COMMERCIO. *Famílias rivais selam hoje acordo de paz*. Cidades, Recife, 17 de Outubro de 2000

REVISTA ÉPOCA. *Um pacto em Exu*. Editora Globo. São Paulo, 23 de outubro de 2000.

7.2 – Documentos institucionais

BRASIL, *Relatório CPI Destinada a Investigar o Avanço e a Impunidade do Narcotráfico*. Brasília, 2000.

PERNAMBUCO. Assembléia Legislativa. *Relatório Final da CPI Estadual do Narcotráfico e da Pistolagem*. Recife, 2000.